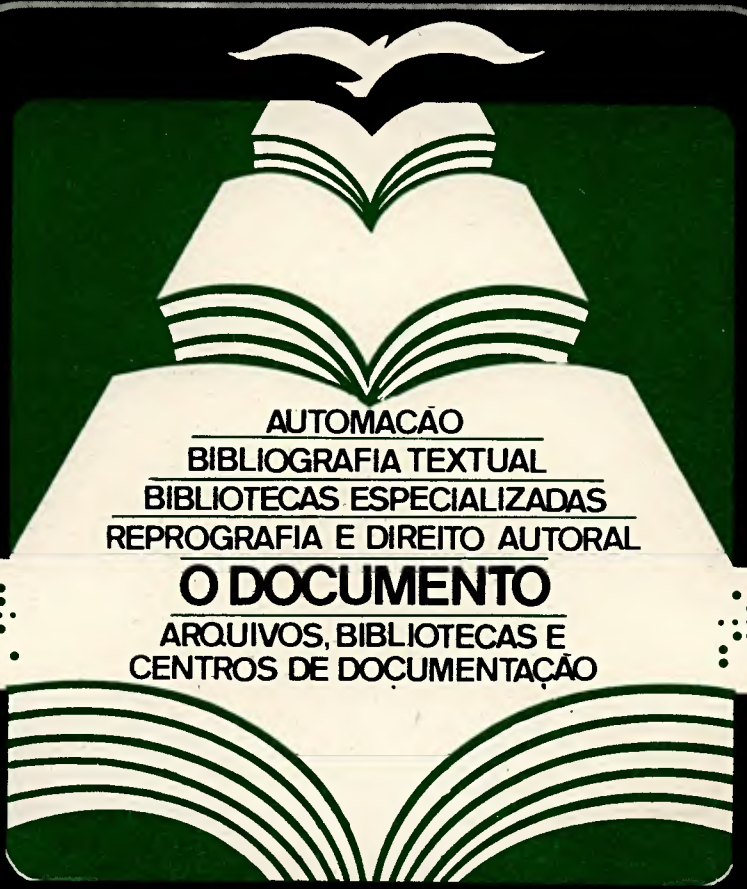
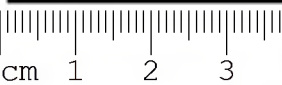


REVISTA BRASILEIRA DE  
**BIBLIOTECONOMIA**  
**E DOCUMENTAÇÃO**

VOLUME 11 • NÚMEROS 3/4  
JULHO-DEZEMBRO  
1978



**AUTOMACÃO**  
**BIBLIOGRAFIA TEXTUAL**  
**BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS**  
**REPROGRAFIA E DIREITO AUTORAL**  
**O DOCUMENTO**  
**ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E**  
**CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO**



Digitalizado  
gentilmente por:



# Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários FEBAB

Diretoria 1978-1980:

**Antonio Gabriel**  
Presidente

**Ronice Maria Albamonte Arruda**  
Vice-presidente

**Maria Cristina Machado Bignardi**  
Secretária-Geral

**Maria Angélica R. Quemel**  
Primeira Secretária

**Neide de Carvalho**  
Segunda Secretária

**Pedro Luiz Martinelli**  
Primeiro Tesoureiro

**Noreth Calmon de Cerqueira Ribeiro**  
Segunda Tesoureira

**Aníbal Rodrigues Coelho**  
Observador Legislativo

**Julce Cornelsen**  
Bibliotecária

## Associações filiadas:

- Associação Paulista de Bibliotecários
- Associação Profissional de Bibliotecários do Estado de Pernambuco
- Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro
- Associação Rio-Grandense de Bibliotecários
- Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia
- Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
- Associação de Bibliotecários de Minas Gerais
- Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
- Associação Campineira de Bibliotecários
- Associação dos Bibliotecários do Ceará
- Associação dos Bibliotecários São-Carlenses
- Associação Paraense de Bibliotecários
- Associação Bibliotecária do Paraná
- Associação Amazonense de Bibliotecários
- Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão
- Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba
- Associação dos Bibliotecários de Santa Catarina
- Associação dos Bibliotecários do Rio Grande do Norte
- Associação Profissional dos Bibliotecários Catarinenses
- Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Rio Grande do Norte.
- Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul
- Associação Profissional de Bibliotecários de Espírito Santo

## Revista Brasileira de BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Órgão oficial da  
Federação Brasileira de  
Associações de Bibliotecários

Editora:  
**Neusa Dias de Macedo**  
Secretária editorial:  
**Maria Angélica R. Quemel**  
Traduções:  
**Rosemarie Erika Horch**  
Legislação:  
**Cecília Andreotti Atienza**  
Reportagens:  
**Beatriz Silva Ferreira**  
Resenhas:  
**Inês Maria Moraes Imperatriz**  
Levantamentos bibliográficos:  
**Thereza Diácoli Quadrelli**  
Noticiário:  
**Carmina Nogueira de Castro e**  
**Thereza Marques de Souza Nogueira**  
Revisão:  
**Anna Maria Balogh e**  
**Maria de Fátima Moreira**

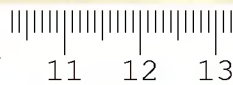
Conselho Editorial:  
**Alfredo Américo Hamar (ECA/USP e**  
**Esc. Eng. S. Carlos)**  
**Celina Tereza M. Ippólito (ECA/USP)**  
**Dinah Aguiar Población (ECA/USP)**  
**Diva C. de Andrade (FFLCH/USP)**  
**Elza Granja (I.Psicologia/USP)**  
**Eufélia Pupo de Paula (Esc.Soc. e Política)**  
**Inês Maria Litto (ECA/USP)**  
**Jandira Batista de Assunção (ECA/USP)**  
**José Teixeira Coelho Netto (ECA/USP)**  
**Luís Augusto Milanese (ECA/USP)**  
**Maria Luiza Rigo Pasquarelli (Fac.Med.Vet./USP)**  
**Maria Terezinha D.de Andrade**  
**(Fac.Hig.S.Publ./USP)**  
**Rosmarie Appy (Biblioteca Central/USP)**

Programação visual e produção gráfica:  
**Luiz Gonzaga de Luca**  
Jornalista responsável:  
**José Hamilton Ribeiro**

Em convênio com o  
Instituto Nacional do Livro/MEC  
Publicação trimestral  
Número avulso: Cr\$ 80,00  
Assinatura até 1978 (4 fascículos): Cr\$ 300,00  
Pagamentos em cheque visado pagável em São Paulo ou ordem de pagamento em nome da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários dirigidas ao Banespa — PEPS, Cidade Universitária, conta nº 120-13-02093-3 ou ao Banco do Brasil S/A. agência 9 de julho, conta nº 70-599-3.



Digitalizado  
gentilmente por:



- 145 | Editorial
- 147 | Rosemarie Erika Horch  
**Bibliografia Textual**
- 155 | Nice Figueiredo  
**Serviços oferecidos por Bibliotecas Especializadas:  
Uma revisão de literatura.**
- 169 | Heloísa Liberalli Belloto  
**Arquivos, bibliotecas e centros de documentação**
- 175 | José Augusto Vaz Valente  
**Acerca de Documento**
- 199 | May Brooking Negrão  
**A reprografia nas bibliotecas e o direito autoral**
- 211 | Terezine Arantes Ferraz  
**Sistema integrado de automação de processos técnicos**
- 221 | Entrevista
- 225 | Noticiário
- 228 | Congressos
- 231 | Cursos

R. bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo  
Volume 11, números 3/4, páginas 141-284  
Julho/dezembro 1978  
ISSN 0100-0691



<b>233</b>	Informação: Publicações	234
<b>235</b>	Comentário	235
<b>238</b>	Resenhas	238
	Levantamentos bibliográficos	
<b>245</b>	1 • Arquivos	245
<b>254</b>	2 • Bibliotecas Especializadas	254
<b>266</b>	Abstracts	266
<b>268</b>	Legislação	268
<b>271</b>	Fichas	271
<b>279</b>	Índice	279

Toda a correspondência para a RBBB  
deve ser dirigida à Federação Brasileira  
de Associações de Bibliotecários  
rua Avanhadava, 40, cj.110  
01306 – São Paulo, SP  
Fone: (011) 257-9979



- 145 Editorial
- 147 Rosemarie Erika Horch  
**Textual Bibliography**
- 155 Nice Figueiredo  
**Special services in specialized libraries:  
review of the literature.**
- 169 Heloísa Liberalli Belloto  
**Archives, libraries and documentation centers:  
from the convergence of their objectives to the diversity  
of documentation and techniques**
- 175 José Augusto Vaz Valente  
**About Documents**
- 199 May Brooking Negrão  
**The reprography in the libraries and the copyright**
- 211 Terezine Arantes Ferraz  
**Integrated automation system of technicals process**
- 221 Interview
- 225 News
- 228 Congress
- 231 Courses

R. bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo  
Volume 11(3/4) pages 141-284  
July/december 1978  
ISSN 0100-0691

143



233	Publications
235	Commentary
238	Book review
	Bibliographical surveys:
245	1 • Archives
254	2 • Specialized Libraries
266	Abstracts
268	Legislation
279	Index

Quarterly publication

Single number - US\$ 4,00 - Subscription price  
abroad (1978): US\$ 15,00

Orders should be placed to "Federação Brasileira  
de Associações de Bibliotecários" Address - rua  
Avanhandava 40, cj. 110 - CEP 01306 - São  
Paulo, Brasil.



P

Passados os momentos de euforia pela publicação do primeiro número da RBBB em sua nova fase, lembrando os bons momentos de receptividade amiga de tantos bibliotecários e conscientes da grande tarefa a levar adiante nesta área, aqui estamos para pensar em voz alta e renovar nossos pedidos de colaboração.

O árduo trabalho de editar uma revista, em condições de voluntariado, só tem sentido quando o grupo envolvido nessa tarefa logra possibilitar a participação daqueles a quem seu esforço é dirigido. De fato, estamos todos num mesmo barco associativo — barco democrático — feito para todos os bibliotecários e por eles mantido financeira e intelectualmente. A uns coube a tarefa de remodelar e publicar a revista, a outros, cabe, conseguinte, a tarefa de mantê-la viva e em progresso contínuo.

Uma revista é um empreendimento sério, difícil e caro. Exige uma infraestrutura, pessoal especializado, materiais, equipamentos, tempo e dinheiro. Por enquanto tudo isto está sendo feito na base do trabalho voluntário e gracioso. Todas as funções estão sendo executadas com boa vontade por pessoal que se encarrega desde a produção até à venda e divulgação. Todo esse trabalho contudo só tem uma finalidade: veicular, fazer chegar às mãos de todo a classe a produção intelectual dos bibliotecários. E aqui um fato curioso se faz notar. Como bibliotecários e documentalistas, todos temos tido invulgar desvelo técnico com os periódicos: catalogamos e analisamos seu conteúdo, preparamos índices para a divulgação dos artigos, enfim, fazemos todo o possível em colocar toda a informação científica ao alcance de todos os pesquisadores, quaisquer que sejam suas áreas. Mas — e aqui nos perguntamos — será que estamos fazendo o suficiente para atender também à *nossa* classe, aos nossos profissionais? Será que não estaremos nos descuidando da produção científica de nossa área?

É preciso que o bibliotecário perca sua timidez. Ou mania de perfeição. E escreva. E pesquise. E publique. Estamos aqui, na RBBB à espera dessa preciosa produção. Neste nosso imenso país, existe muita gente boa que precisa ser conhecida. Para isso queremos estimulá-los e dar-lhes oportunidade de mostrar seu trabalho profissional, suas experiências, suas pesquisas, suas teorias.

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 141-284, jul/dez.1978



Muita coisa importante está acontecendo. É interessante relatar o fato acontecido com os bibliotecários do Instituto de Energia Atômica da UPS. Em meio a um debate promovido pela diretoria da biblioteca, aqueles profissionais tomaram consciência de que seria útil relatar a experiência com automação que com eles estava se processando. O resultado dessa tomada de consciência é o artigo que apresentamos neste número sobre Automação em bibliotecas especializadas.

As Associações estaduais e Comissões Permanentes precisam instar providências para o envio de contribuições locais. É preciso que se diga que, sem a colaboração dos Estados, através das Associações e Comissões Permanentes da FEBAB, a RBBB não poderá tornar-se uma revista plenamente nacional. Movimentemo-nos para movimentar a biblioteconomia brasileira.

NDM





# Bibliografia Textual

Rosemarie Erika Horch\*

*Informa sobre a Bibliografia Textual, o que tem sido realizado fora do Brasil e qual a sua utilidade na época atual. Ilustra e apresenta elementos para a referência bibliográfica deste tipo de bibliografia. Comenta a falta de cursos especializados no Brasil e propõe a sua criação, além da formação de um catálogo central para as obras dos séculos XV e XVI a ser localizado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Sugere também o apoio de entidades oficiais para trabalhos sobre as tipografias nacionais, estaduais ou particulares.*

## 1. Bibliografia Textual

Considerando-se o advento da imprensa como fator inicial para uma nova aceção em termos de bibliografia, esta veio a se transformar de uma simples relação de livros em trabalhos especializados de equipes. No entanto, na maioria dos casos, não perdeu de todo o seu caráter de um rol de livros.

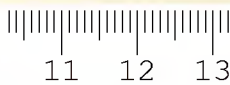
Apesar disto, é necessário notar a que fim uma biblioteca se destina. Nem sempre haverá necessidade de maiores detalhes<sup>1</sup>; umas são críticas, outras seletivas, de um determinado autor, etc.

Existe, ainda, uma espécie de bibliografia que se iniciou após a Primeira Guerra Mundial e vem se desenvolvendo lentamente, com maior ênfase após a Segunda Guerra: é a textual. Além da descrição detalhada, também se ocupa do texto propriamente dito<sup>2</sup>.

### 1.1. Objetivo

A bibliografia textual, também chamada por alguns escritores de analítica, histórica ou crítica, está relaciona-

\* Bibliotecária do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Professora de Bibliografia no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.



da com o estudo e a descrição de livros como objetos materiais. Segundo Dr. W.W. Greg, o objetivo desta bibliografia é reconstruir para cada livro — como veículo material da palavra viva — a história particular de sua vida, fazê-lo revelar nos mínimos detalhes a história de seu nascimento e suas aventuras<sup>3</sup>. Nos últimos anos, os bibliógrafos, usando este método, tiveram a possibilidade de esclarecer textos de grandes escritores, aumentando os conhecimentos a seu respeito. Descobriram contrafações e resolveram também outros problemas, que intrigavam críticos literários e historiadores. Alguns trabalhos recentes não se limitam à parte descritiva de vários volumes: suas entradas são acompanhadas de ensaios que informam, com bastante profundidade, como certos livros foram escritos e também como foram recebidos pelo público. Algumas vezes, acrescentam-se a estas observações, estimativas críticas.

### 1.2. Sua utilidade

Os bibliógrafos apresentam frequentemente descrições detalhadas das formas materiais de obras diversas, arrolando as obras raras ou antigas como objetos especiais de estudos.

É função primordial desta bibliografia assinalar os mínimos detalhes de uma publicação marcando, por exemplo, linha por linha da folha de rosto. Deve também destacar todos os elementos que identifiquem completamente o exemplar e que venha a facilitar o estudo comparativo entre o exemplar descrito e outro que apresenta as mesmas características.

Entretanto, quanto mais técnica e automatizada se torna a impressão de uma publicação, tanto menos irão apa-

recer estas diferenças entre um exemplar e outro da mesma edição.

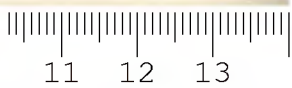
É preciso que se pratique a bibliografia textual para todas as obras publicadas desde o século XV até os fins do século XVIII, para que não fiquemos à margem dos catálogos internacionais em fase de estudo, de implantação e os já existentes. Estes catálogos, alguns já publicados, como o de H. M. Adams, *Catalogue of books printed on the continent of Europe 1501-1600 in Cambridge Libraries* (Cambridge...), 1967 - 2 vols); assim como o catálogo geral do século XVI em curso de publicação, *Index Aureliensis* (Genebra, 1962 —, até agora 6 volumes editados de A a Carroli), apresentam descrição bibliográfica sumária, mas baseiam-se em bibliografias textuais.

Deve-se também elaborar um catálogo central, que poderia se localizar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, uma vez que é a maior detentora de obras relativas a estes séculos.

Embora as bibliotecas brasileiras não possam concorrer com as européias e americanas, no que se refere ao número de livros raros e ou antigos em seu acervo, não deixam de ter, diversas delas, obras raras e exemplares únicos.<sup>4</sup> É oportuno observar que, quando falamos de obras raras, não nos referimos apenas àquelas preciosidades universalmente conhecidas, mas também àquelas especificamente nossas, tais como: as primeiras publicações de uma tipografia nacional ou estadual, outras referentes à história local, as primeiras edições de nossos escritores, etc.

### 1.3. Procedimentos técnicos

É obvio que estas obras não podem sofrer o mesmo processamento técnico de livros recentemente publica-



## Treslado de Latin na lin- goa Portugeza.

*Trattado das Treagoas e suspensão de todo o acto de  
hostilidade o dem assi de navegaçao, Comercio juntamente Soccorro, sei-  
to, remeçado e acabado em Haya de Hollande a xij. de Junho 1641. pe-  
tempo de dez annos entre o Senhor Tristão de Mendocça Furtado  
do Conselho e Embaixador do Serenissimo e poderosissimo Dom Ioão  
IV. deste nome Rey de Portugal e dos Algarves, Eos Senhores Depu-  
tados dos Muito poderosos. Senhores Estados Gerais das Provincia  
Unidas dos Paizes Baixos.*



Em a HAYA.

*Em casa da Viuva e Erdeiros de Hebraant Jacobsen van Woum, Impri-  
midoir Ordinario dos Muy altos e poderosos Smores Estados Ge-  
nerais, Anno 1642. Cum Privilegio.*



dos. Há toda uma sistemática a ser observada e já existem estudos adiantados para um ISBD (A).<sup>5</sup>

Contudo, e apesar disso, ao proceder à catalogação e à referenciação bibliográfica de obras raras (aqui entendidas mais em sentido cronológico, isto é, desde o século XV até fins do século XVIII e com a evidente ressalva para a "Brasileira" que chega até fins do século XIX), é necessário seguir uma sistemática própria a este tipo de obra.

Não tencionamos aqui explicar sobre o que é ou o que pode ser considerada uma obra rara, tampouco pretendemos escrever um código de regras de catalogação para este tipo de livros, mas apenas queremos dar início ao levantamento de princípios para a técnica da bibliografia textual.

Para uma bibliografia textual, há que observar todos os aspectos tanto extrínsecos como intrínsecos, pois não se deve esquecer que, quanto mais antigo é o livro, mais individual ele é, pois foi feito manualmente. Assim pode-se observar que o erro de paginação de um exemplar de uma edição, comparado a outro da mesma edição, traz a paginação corrigida (durante a impressão, o tipógrafo notou o erro). Há obras em que houve supressão de páginas devido à Inquisição, outros exemplares contêm estas páginas, por terem estado em algum país onde aquela não dominava.

Tem-se comentado muitas vezes que se certos livros soubessem falar, o que não teriam para contar..., pois também os livros têm a sua história. De alguns deles pode-se traçar a trajetória através das inscrições de seus antigos proprietários ou dos ex-libris de seus possuidores antigos<sup>7</sup>.

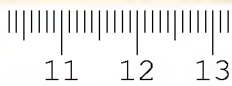
À parte destas características ex-

trínsecas, é necessário, numa bibliografia textual, que se faça uma comparação com as edições anteriores ou posteriores, e isto só pode ser feito com uma catalogação detalhada e minuciosa, conforme se pode observar no exemplo em anexo (ver figuras nº 1 a 3).

A folha de rosto deve ser descrita conforme se encontra no livro; as páginas, as folhas numeradas ou não, são verificadas uma por uma, erros de paginação ou foliação são anotados. Se o livro estiver incompleto, deverá ser indicado o que lhe falta: páginas, gravuras, estampas, etc. e, para o controle interno da biblioteca, o estado em que o livro se encontra (rasgado, encadernação defeituosa ou em mau estado, etc.)<sup>8</sup>.

Nem sempre se tem à mão outras edições da mesma obra; surge, então, a necessidade de consulta a outras bibliografias ou catálogos de livreiros ou leiloeiros. Alguns destes catálogos são verdadeiras bibliografias textuais, tal a riqueza de detalhes citados<sup>9</sup>.

O bibliógrafo textual deverá ter um profundo conhecimento de bibliografias descritivas, assim como de catálogos de livreiros e de antiquários, pois, quase sempre, é neles que vão ser encontradas informações suplementares que, por vezes, passam despercebidas. É evidente que não se deve guardar todo e qualquer catálogo, mas já pela apresentação gráfica como pela parte redacional, pode-se julgar seu valor. Deve-se também saber distinguir uma edição fac-similar de uma original. Aqui entra a experiência de anos para facilitar esta distinção. Há casos, no entanto, que se tornam extremamente difíceis, pois houve no século passado antiquários que descobriram algumas dezenas de folhas de papel antigo (dos



Para uma edição mais completa, ver n. anterior. Acha-se transcrito na "Collecção dos tractados..." de José Ferreira Borges de Castro, no tomo I, p. 24-49. Inocência duvida de sua existência. Leclerc só a menciona com a edição completa.

O original latino tem o seguinte título: "Tractatus Induciarum & Cessionis omnis hostilitatis actus, ut & Navigationis ac Commercij, pariterque succursus factus, initus & conclusus Hagae Comitit die duodecimâ Iunij 1641.

Tempore Decunniij inter Dominum Tristão de Mendonça Furtado, Legatum & Consiliarium Serenissimi, Praepotentis Don Iohannis Quartiojus nominis Regis Lusitaniae, Algarvae, &c. Et Dominos Deputatos Celsorum & Praepotentum Dominorum Ordinum Generalium Unitarum Provinciae Belgicarum. Hagae-Comitit, Typis Viduae ac Haeredum Hillobrandi Iacobi à Wouw, Celsorum & Praepotentum Dominorum Ordinum Generalium Ordinarij Typographi. Anno 1642. Cum Privilegio. 16 p."

Existe uma tradução para o holandês desta mesma obra, com o título: "Translaet uyt het Latijn inde Nederlantsche Tale. Tractaet van Bestant ende ophoudinghe van alle Acten van Vyandtschap, als oock van Traffijcq, Commerciën ende Secours, gemaectt, gearresteert ende besloten in 's Graven-Hage den twaelfden Junij 1641. voor den tijdt van tien Jaren, tusschen de Heer Tristaõ de Mendonça Furtado, Ambassadeur ende Raedt vanden Doorluchtichsten Grootmachtigen Don Ian de Vierde van dien naem, Coninck van Portugael Algarves, xc. Ende de Heeren Gedeputeerden vande Hooge ende Moogende Heeren Staten Generael vande Vereeninghde Provintien der Nederlanden. In 's Gravenhage By de Weduwe, ende Erfghenamen van wijlen Hillebrandt Jacobssz van Wouw, Ordinaris Druckers vande Hog. Mig. Heeren Staten Generael. Anno 1642. Met Privilegi. 16 p."

Este tratado encontra-se citado em Asher, 178; *BDHB*, 624; *Bibl. Bras.*, v. 2, p. 313; Knuttel, 4875 e Tiele, 2827.

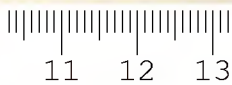
SLR 24, 2, 10 n. 1

*Anais Rio*, v. 8, n. 1709  
*Asher*, n. 177 (*Bibl. Bras. dá*  
 1<sup>ra</sup>)  
*BdHB*, n. 622  
*Bibl. Bras.*, v. 2, p. 315  
*CEHB*, n. 10211

*CEN*, n. 90  
*Horch, Brasileira*, n. 27  
*Inocência*, v. 7, p. 386  
*Restauração*, n. 1521  
*Trömel*, n. 189

337 TRESLADO || FIEL, E VERDADEIRO || DE HÛA CARTA QVE DA VILLA || da Ponte da Barca mandou a Coimbra || certa pessoa de credito, & authorida-||de a hum seu amigo.|| Nella se dà conta do que ategora (*sic*) tem sucedido pello Porto || & Castello de Lindoso, Portella de homem, & Soaya, nas || entradas que se fezeraõ (*sic*) contra o Reyno de Galiza o || anno de 1641. & 42. com felice successo de || nossas armas.|| s.n.t. [Lisboa, 1642?] 13 f. inum.

in 4.º (f. 2a: 16,8 × 10,4 cm)



385 TREGOAS || ENTRÉ || O PRVDENTISSIMO || REY  
DOM IOAM O IV. DE || Portugal, & os Poderosos Estados ||  
das Prouincias Vnidas.|| (*Armas portuguesas*) Impressas em  
Lisboa, por mandado de || Sua Magestade, Por Antonio Alvarez  
|| seu Impressor. Anno de 1642. || Vendese em casa do Liureiro  
de Sua Magestade.|| 17 f. inum.

in 4.<sup>o</sup> (f. 2a: 16,4 × 10,3 cm)

[Tratados de pazes de Portugal, celebradas com os soberanos da Europa. T. I, n. 2, f. 12-28]

Esta edição do tratado de tréguas é mais completa do que a registrada sob n. 386, pois contém ainda os plenos poderes e ratificações, que naquela se suprimiram. Borges de Castro em sua coleção de tratados, também não as reproduz o que redobra o valor deste exemplar. Azevedo-Samodães, aliás, afirma que é "muito raro". Inocêncio nunca viu um exemplar, chegando a duvidar de sua existência.

Existe a edição holandesa (em português) do mesmo ano, que se acha descrita sob n. 386; e ainda uma versão latina e uma versão holandesa.

A folha de rosto desta obra encontra-se reproduzida na *BD:IB* e na *Bibl. Bras.*

SLR 24, 2, 10 n. 2

*Anais Rio*, v. 8, n. 1710  
*Azevedo-Samodães*, n. 3389  
*BDHB*, n. 623  
*Bibl. Bras.*, v. 2, p. 314-5  
*CEHB*, n. 10214

*Horch, Brasiliana*, n. 26  
*Inocêncio*, v. 7, p. 386; v. 18, p. 191,  
n. 121; v. 19, p. 295  
*Leclerc*, n. 2625  
*Restauração*, n. 1523

386 Trelado do Latin na lin-||goa Portugueza.|| Trattado das  
Tregoaes esuspensao (*sic*) de todo o acto de || hostilidade ebem  
assi de navegaçaõ, Comercio ejuntamente Soccorro, fei-||to, co-  
meçado eaccabado em Haya a xij. de Junho 1641. por || tempo  
de des annos entre o Senhor Tristaó de Mendoça Furtado || do  
Conselho e Embaixador do Serenissimo epoderosissimo Dom  
Ioao || IV. deste nome Rey de Portugal e dos Algarvas, Eos Se-  
nhores Depu||tados dos Muito poderosos Senhores Estados Ge-  
raés das Provincias || Vnidas dos Paizes Baixos.|| (*Marca tipog-  
ráfica*) Em a HAYA.|| Em caza da Viuva e Erdeiros de Ile-  
brandt Iacobson van Wouw, Impri-||midor Ordinario dos Muy  
altos e poderosos Snnores (*sic*) Estados Ge-||nerais, Anno 1642.  
Cum Privilegio.|| 8 f. inum.

in 4.<sup>o</sup> (f. 2a: 16,9 × 11,1 cm)

[Tratados de pazes de Portugal, celebradas com os soberanos da Europa. T. I, n. 1, f. 4-11]



séculos XV-XVI) e que com essas fizeram reimpressões fac-similares, de folhetos de quatro ou seis páginas apenas<sup>10</sup>.

Aqui só poderá ajudar a comparação das marcas d'água empregadas na edição original com a de edição fac-similar. Seria muita coincidência apresentarem-se as mesmas marcas! Um técnico de laboratório poderá ajudar também na identificação da tinta empregada na impressão.

É do mesmo modo imprescindível um bom conhecimento da história moderna e contemporânea, assim como a dos fins da Idade Média e do Renascimento. Existem inúmeras publicações anônimas e sem indicações tipográficas, mas que podemos fixar, pelo menos cronologicamente, pelo conteúdo, através de referências sucintas. Com o tempo, adquire-se também a experiência com uma pequena margem de erros, apenas pelo conhecimento de tipos e pela apresentação tipográfica em geral, de localizar uma obra dentro do período de impressão.

## 2. A Bibliografia Textual no Brasil

### 2.1. Ausência de tal atividade

É fato normal nas Escolas de Biblioteconomia do País não se ensinar especificamente a Bibliografia Textual, dado o grau de conhecimentos prévios que a mesma exige.

Constata-se em todas as grandes bibliotecas de acervo rico em obras antigas e raras a falta de bibliotecários especializados neste setor. Há voluntários que, com a máxima boa vontade, se esforçam para manter certo padrão, mas não têm, e nem podem ter, a possibilidade de se aprofundarem, pois a rotina burocrática diária requer muito de seu tempo.

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 147-154, jul/dez.1978

Existe também o outro lado: a compreensão da parte da direção destas bibliotecas para com esses trabalhos, uma vez que não podem ser feitos quantitativamente, pois são morosos, dadas as minúcias exigidas numa catalogação desse tipo.

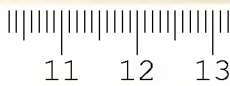
### 2.2. O que deve ser feito

Segue-se disso tudo que só elaborando e oferecendo um curso especializado para este fim, é que poder-se-á dar continuidade a uma tradição iniciada com Benjamin Franklin Ramiz Galvão e sua equipe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Consideramos, contudo, que não devemos e nem podemos ficar à margem dos grandes empreendimentos internacionais. Mas devemos, isso sim, colaborar ativamente nos catálogos internacionais, partindo inicialmente de um levantamento geral de nossos acervos e concentrando este catálogo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que se incumbiria, por sua vez, do envio de fichas aos catálogos centrais referentes às obras dos séculos XV e XVI. Isto incentivaria a publicação de catálogos regionais para os outros séculos (XVII e XVIII).

Com a introdução da tipografia no Brasil no século XIX, começa a produção brasileira. Seria o caso de o governo de cada Estado, através de sua Secretaria de Cultura ou pelo Conselho Estadual de Cultura, incentivar, com prêmios anuais, trabalhos sobre a produção tipográfica de uma determinada tipografia ou mesmo bibliografias textuais de um determinado período.<sup>11</sup>

Finalmente, ao mesmo tempo, esperamos que em futuro próximo sejam oferecidos cursos de especialização para aqueles que os queiram fazer.



## NOTAS

- (1) Exemplo específico: “*Catálogo de obras raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade*”. São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria da Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1969.
- (2) Stokes, Roy B.. Bibliography. *Encyclopedia of Library and Information Science*, New York, 1969, v.2: 407 - 19.
- (3) Roberts, A.D., *Introduction to reference books*, London, The Library Association, 1944, p. 56.
- (4) Só para mencionar alguns números: A Biblioteca Nacional de Viena possui 7837 incunábulo, a British Library cerca de 10.000, enquanto que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui apenas 200 incunábulo.
- (5) Pela Comissão de Livros Raros e Preciosos da F.I.A.B.
- (6) Por exemplo: uma edição latina de 1586 da Obra de Jean de Lery, o nome do impressor aparece incorretamente: Evstathivm Vignon, num outro exemplar foi colado a letra *s* em cima do *m* de Evstathivm e no terceiro desta mesma edição o nome está corretamente impresso: Evstathivs.
- (7) Presser, Helmut, *Habent sua fata libelli. Buecher haben ihre Schickasale*. Mains, Gutemberg — Museum, 1967.
- (8) Para regras de catalogação de obras raras, veja-se: Archer, H. Richard. *Rare book collections...* Chicago, ALA, 1965; Cave, Roderick. *Rare book librarianship*. London, Clive Bingley, 1976; Règles pour la description détaillée des incunables pour le Gesamtkatalog, in *Gesamtkatalog der Wiegendrucke*, Berlin, Akademie Verlag, 1973, v. 8: \*107 \*112.
- (9) Damos apenas como exemplo o de José dos Santos, *Catálogo da ... livraria que pertenceu aos ... condes de Azevedo e de Samodães...* Porto, Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica, 1921, 2v., feito expressamente para um leilão.
- (10) Citamos aqui a edição fac-similar feita em 20 exemplares, da Carta de Americo Vespucci, Tradução alemã: “Von der New gefundē Region...” feita por Adam Pilinski em papel antigo com 6 folhas inumeradas.
- (11) Amostragem recente, quanto ao estudo de uma tipografia, é o caso do trabalho de Renato Berbert de Castro, que fez um estudo sobre a tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, *A primeira imprensa da Bahia e publicações*. Bahia, Imprensa Oficial 1969. (Prêmio Wanderley Pinho).





# Serviços oferecidos por bibliotecas especializadas: uma revisão da literatura.\*

Nice Figueiredo \*\*

*Descrição pormenorizada dos serviços prestados pelas bibliotecas especializadas aos seus usuários, baseada em revisão da literatura da área. Breve introdução histórica e estudo sucinto das características, objetivos, funções e pessoal de bibliotecas especializadas. Apresentação das diretrizes para o futuro, na prestação de serviços, por parte desse tipo de bibliotecas.*

## 1. A biblioteca especializada: breve enfoque histórico, definições características, objetivos, funções, acervo, pes soal.

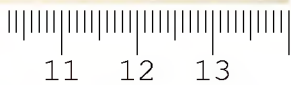
As bibliotecas especializadas, na forma em que são conhecidas hoje em dia, começaram a desenvolver-se em princípios do século vinte, em decorrência da marcha acelerada do progresso científico e técnico:

O prodigioso crescimento da biblioteca especializada revela a existência em nossa sociedade de grande necessidade de bibliotecas dedicadas a

\* Trabalho de curso apresentado ao "Seminar on Library Resources and Services to Readers", dirigido pela Dra. Ruth Rockwood, na "Florida State University", abril de 1974.

Traduzido do original em inglês por Rosmarie Appy, Diretoria da Divisão de Biblioteca e Documentação da USP.

\*\* Mestre em Biblioteconomia pela Drexel University, Philadelphia, USA; Doutora em Biblioteconomia pela Florida State University, Tallahassee, Florida, USA; Coordenadora do Pós-Graduação do Departamento de Biblioteconomia da UNB.



colocar o saber em funcionamento (...) Em termos básicos, o desenvolvimento das bibliotecas especializadas se deve ao número crescente de ocasiões em que uma gerência administrativa em alguma organização, em qualquer lugar, toma a decisão: “precisamos de uma biblioteca”<sup>23</sup>.

O período de maior crescimento iniciou-se após a segunda Guerra Mundial, e a expansão continua, já que, de acordo com Woods, “o fato isolado mais significativo no desenvolvimento das bibliotecas especializadas durante os últimos vinte anos é seu crescimento numérico”.<sup>30</sup> No *Directory of Special Libraries and Information Centers*, edição de 1963, estavam relacionadas 13.000 bibliotecas e centros de informação especializados, equivalendo a um aumento global de aproximadamente 25% num período de cinco anos.

Outra “descoberta das duas últimas décadas”, como foi apontado por Woods, foi o tamanho dos acervos, sua força e importância, embora se trate, em sua maioria, de bibliotecas de pequeno porte. Outra característica das bibliotecas especializadas consiste em que elas proliferam, morrem e renascem ao sabor das pressões econômicas, que parecem afetar em primeiro lugar as bibliotecas especializadas; pode-se formular com segurança a hipótese de que o crescimento em número possa ter desacelerado nos últimos anos, como resultado de cortes drásticos de orçamento, tanto no âmbito do governo quanto no da indústria.<sup>30</sup>

Ênfase particular no que tange a bibliotecas especializadas cabe à cooperação, pois elas participam de múltiplas formas de *cooperação bibliotecária*:

*ria*: centros de armazenamento, empréstimos entre bibliotecas, guias, catalogação cooperativa, permuta de duplicatas, catálogos coletivos de diversas espécies, recursos compartilhados e aquisição cooperativa.

As bibliotecas especializadas diferenciam-se por sua estrutura orientada ao assunto, uma vez que as organizações maiores nas quais se inserem, têm normalmente objetivos mais específicos que gerais. Muito naturalmente se conclui que elas se distinguem também pelos tipos de pessoas de que são servidas: pessoas associadas às organizações mantenedoras e que têm interesses e habilidades especiais.

O problema de definir adequadamente uma biblioteca especializada foi muito discutido na bibliografia dos anos sessenta. Ladendorf, em seu estudo realizado para a Special Libraries Association (SLA), afirma no prefácio que uma das dificuldades que ela teve de enfrentar foi o problema das definições: ... “Eu tinha que descobrir algum modo de distinguir a biblioteconomia especializada tanto de outras formas de biblioteconomia quanto da ciência da informação”.<sup>20</sup>

Nova dificuldade acrescenta-se, nesta busca de uma definição adequada, quando é introduzido o termo “documentação”. Strauss discute este problema em seu livro clássico; eis sua explicação:

A atividade concomitante, em vigoroso desenvolvimento desde a segunda Guerra Mundial, e conhecida como “documentação”, tem metas similares às da biblioteca especializada ou serviço de informação, diferindo principalmente na ênfase dada a certas áreas de atividade. Quem exerce a



documentação lida mais ativamente com a filosofia e os problemas da análise de assuntos do que com a administração de serviços.<sup>24</sup>

Outro problema de terminologia é levantado por Woods quando, após dar as definições de biblioteca especializada e centro de informação, conclui que: "É de se presumir que a biblioteca especializada e o centro de informação são praticamente a mesma coisa."<sup>30</sup> Em seguida, menciona outro conceito de controle da informação, que se desenvolveu durante as últimas duas décadas, o centro de análise da informação, o qual difere de uma biblioteca especializada e de um centro de informação pelo fato de estes lidarem *com* a informação, enquanto os centros de análise operam *com base nesta* informação, transformando-a (p.ex., para a produção de publicações terciárias).<sup>30</sup>

Ainda outra abordagem relativa a este problema de definir bibliotecas especializadas/centros de informação é oferecida por alguns autores que apresentam a idéia de que um centro de informação deve não apenas disseminar informação mas também produzir ou criar nova informação, como afirma Kent em seu livro, de acordo com referência feita por Douville em sua revisão.<sup>13</sup>

Meltzer, em excelente obra publicada pela American Management Association, discute este problema e apresenta uma definição muito clara e aceitável:

O centro de informação é, pois, a biblioteca especializada com a função adicional de analisar e sintetizar a informação requerida pela gerência, pelo quadro administrativo e

pelo pessoal técnico da organização.<sup>21</sup>

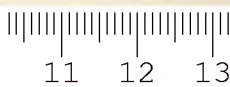
O comentário final acerca deste problema de definição é oferecido por Woods quando relata as tentativas frustradas de fundir a Special Libraries Association com a American Society for Information Science:

Como os objetivos e práticas da biblioteconomia especializada e da ciência da informação pareciam ser similares, as lideranças da SLA e da ASIS retomaram em 1968-69 tentativas anteriores, levadas a efeito em 1957-58 e em 1961-62, para se chegar a uma fusão-cooperação, e procuraram — com sabedoria, porém sem sucesso — reunir 7.000 bibliotecários especializados e 3.000 cientistas da informação dentro de uma organização única.<sup>30</sup>

Strauss, ao explicar o status organizacional das bibliotecas científicas e técnicas, constata que elas se inserem em situações muito variadas. Em sua maioria, são associadas com empresas industriais, outras com órgãos governamentais, institutos de pesquisa independentes, sociedades profissionais, associações comerciais; instituições universitárias com coleções departamentais, e bibliotecas públicas com coleções especializadas, também têm qualificações para serem incluídas na categoria das bibliotecas especializadas.<sup>24</sup>

Em qualquer destas situações, os objetivos da biblioteca especializada ou de empresa são descritos pela SLA nestes termos:

A biblioteca especializada adquire, organiza, mantém, utiliza e dissemina os materiais informativos afins às atividades da organização.<sup>21</sup>



Para cumprir estes objetivos, a biblioteca especializada ou centro de informação desempenha as seguintes funções:

- Adquire informação requerida pela empresa;
- Organiza o material para recuperação posterior;
- Analisa os documentos sob o ponto de vista de valor, validade e abrangência;
- Sintetiza a informação para lhe dar significação mais ampla, maior aplicação e um ponto de referência;
- Armazena os dados para pronta referência;
- Dissemina a informação junto aos que dela necessitam.

Em acréscimo a estas funções básicas, pesquisadores da biblioteca de empresa realizam buscas bibliográficas e compilam os dados em bibliografias e relatórios. Membros do pessoal indexam e resumem relatórios técnicos, revistas e publicações seriadas; preparam um programa de alerta corrente; fornecem serviços de tradução e publicam listas de aquisições recentes.<sup>21</sup>

Waldron, em artigo que focaliza aspectos práticos da administração de bibliotecas especializadas, identifica “quatro elementos que fazem com que a biblioteca especializada seja realmente especializada”:<sup>27</sup>

- 1 Serviço especializado e personalizado
- 2 Material atualizado
- 3 Acervo e serviços não abertos ao público em geral
- 4 Dependência de outras bibliotecas para apoio.

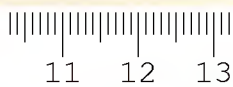
Deixando de lado as generalizações, o que visa a biblioteca especializada, co-

mo qualquer outro tipo de biblioteca, é oferecer um serviço tão bom quanto possível a todos os usuários, nos limites das restrições impostas pelos recursos. Algumas técnicas para oferecer um serviço de alto nível são:

- 1 Encaminhamento de material novo a especialistas em assuntos
- 2 Um serviço de alerta corrente: qualquer coisa, a partir de uma lista mensal de aquisições
- 3 Boa vontade em preparar bibliografias e em auxiliar nas tarefas bibliográficas e de indexação para as publicações da organização
- 4 Uso extensivo do empréstimo entre bibliotecas, tanto formal quanto informalmente
- 5 Uma atitude receptiva em relação ao uso de material não convencional
- 6 Amabilidade e espírito prestativo para com todos os usuários<sup>10</sup>

Estes últimos itens levam à necessidade de discutir duas outras características próprias das bibliotecas especializadas: o acervo, ou os diferentes tipos de material que encerra, e o pessoal.

A biblioteca especializada usa grupos diversificados de materiais, diz Woods, sendo o periódico importante no campo da ciência e tecnologia, enquanto no mundo dos negócios e das finanças se torna vital a informação estatística; recortes, panfletos de opinião, folhetos informativos, relatórios anuais de empresas; informação gerada internamente, como seja: correspondência geral e técnica, anotações de laboratório, relatórios de projetos e os relatórios técnicos. Resumindo, em bibliotecas especializadas, “o número de



metros ocupados por arquivos verticais é uma medida de acervo muito mais significativa que o número de livros.”<sup>30</sup>

É óbvio que a biblioteca especializada necessita de um quadro de pessoal altamente capacitado para poder dar conta dos serviços que tem que executar e oferecer a sua clientela. Ladendorf condensa esta necessidade quando explica o papel do bibliotecário especializado:

Hoje em dia, para alcançar a meta de um serviço melhor num mundo em transformação veloz, os bibliotecários especializados precisam de toda uma gama nova de conhecimentos. Têm que estar completamente em dia com os objetivos e serviços de todos os recursos disponíveis fora da sua organização. Têm que estar familiarizados com o funcionamento de sistemas computadorizados de recuperação. Têm que ser capazes de utilizar a análise gerencial para fazer seus recursos render ao máximo. Finalmente, precisam conhecer sua clientela e avaliar constantemente, cada serviço que oferecem.<sup>20</sup>

## 2.Revisão dos serviços oferecidos

Após ter feita a revisão dos objetivos, características, funções das bibliotecas especializadas, passemos a examinar que tipos de serviços são proporcionados por estas bibliotecas, com base no que foi explanado anteriormente.

De início, porém, alguns pontos devem ser esclarecidos. Parece lógico que, ao planejar ou decidir que serviços serão oferecidos pela biblioteca especializada, precisa ser feito um estudo

aprofundado das necessidades de informação da empresa, a fim de que o material coletado, organizado e difundido seja consistente e relevante para as linhas de pesquisa, os interesses e necessidades da clientela.

Em seguida, a clientela precisa ser identificada, e estabelecido o nível e tipo da informação requerida, antes de ser tomada qualquer decisão. Outras decisões a serem tomadas referem-se à oportunidade dos vários serviços, bem como ao formato em que deverão ser entregues aos usuários.

Tendo em mente estas considerações preliminares, examinemos os serviços geralmente oferecidos por bibliotecas especializadas. Apenas uma palavra de advertência para lembrar que nesta revisão o problema das definições ressurgirá inevitavelmente e é intenção da autora fazer uma revisão também deste aspecto, enquanto são analisadas as principais fontes para o estudo do assunto.

Foskett, em seu livro clássico, aborda a disseminação da informação no capítulo 5, e o serviço de referência no capítulo 6, dando o mesmo nível de tratamento e de importância a ambas as atividades. Diz ele:

Disseminar informação que manterá seus leitores bem informados e atualizados em seu próprio assunto e em áreas correlatas constitui *um* aspecto do serviço de informação; o segundo, de importância equivalente é o suprimento de respostas a indagações específicas ...<sup>14</sup>

Strable, após estabelecer no capítulo 3 que as funções da biblioteca especializada são: adquirir, organizar, disseminar informação e materiais prossegue no capítulo 6 à discussão da



função da disseminação de maneira pormenorizada, diz:

A profundidade e amplidão do serviço informativo proporcionado pela biblioteca especializada é a principal característica que a diferencia fortemente de outras bibliotecas. O esforço primordial, tanto da biblioteca especializada quanto ao bibliotecário especializado, é dedicado (1) a disseminar informação nova tão rápida e eficientemente quanto possível entre os membros da organização, e (2) a responder a questões específicas de referência que possam surgir.<sup>23</sup>

Enumera como atividades de disseminação: circulação rotativa de periódicos específicos a determinados membros do pessoal e serviços de alerta, listas e boletins de aquisição, serviço de referência, traduções. Sob o cabeçalho "Outros serviços bibliotecários", coloca: editoração e publicidade da biblioteca.

De acordo com Meltzer, as atividades do centro de informação acham-se divididas em três áreas principais: serviços gerenciais e administrativos, serviços operacionais internos e serviços externos para o usuário. Interessam ao presente trabalho os serviços operacionais internos, que podem ser subdivididos em outras quatro áreas: aquisição e descarte de materiais, catalogação e classificação da informação, preparo físico do material para uso, e análise dos dados. Sob este último tópico, segue-se a explicação:

A análise, síntese e sumarização da informação por analistas da literatura é a quarta área das operações internas. Aqui os analistas (às vezes chamados, documentalistas ou especialistas de informação técnica) exa-

minam fontes primárias, como sejam relatórios técnicos ou documentos de pesquisa, e indexam, extraem dados ou resumem estes documentos primários. A profundidade da análise depende dos propósitos a serem alcançados. A análise pode ser usada como representante ou substituta do documento original.<sup>21</sup>

Como outros serviços, Meltzer relaciona as seguintes atividades da biblioteca especializada: serviços de referência, busca bibliográfica, pesquisa para informação (o analista da literatura reúne, analisa e correlaciona informação de muitas fontes para resolver um problema de pesquisa)<sup>21</sup> traduções, bibliografias, descobrimentos de informação (frequentemente existe material de valor para a instituição, embora não tenha ainda sido publicado, o conhecimento deste material pode ser feito por intermédio de entrevistas pessoais concedidas por cientistas e engenheiros a algum membro do centro de informação...),<sup>21</sup> resumos.

Após examinar pormenorizada-mente estas atividades, Meltzer conclui que elas parecem constituir os serviços regulares proporcionados pelos centros de informação. No capítulo VII; "Qualitative and Quantitative Growth Patterns" (Padrões qualitativos e quantitativos de crescimento), ele diz que "à medida em que a empresa cresce, são feitas demandas correspondentemente maiores de mais e melhor informação" e esta espiral deve ser refletida pelo centro de informação. Enumera como atividades necessárias, à medida em que a informação prolifera: programa de alerta corrente, disseminação seletiva da informação, indexação KWIC ("key-word-in-context", palavra chave



no contexto), requerem-se técnicas de classificação e indexação mais refinadas, isto é, métodos mais sofisticados de recuperação precisam ser aplicados à medida em que cresce a coleção. <sup>21</sup>

Strauss, no capítulo 10: "Dissemination of currently published information" (Disseminação de informação corrente), menciona em primeiro lugar o serviço de alerta e, como um refinamento deste, o procedimento de disseminação seletiva de informação. Segue-se uma descrição detalhada de todos os métodos possíveis de disseminação da informação:

- 1 Telefonemas a indivíduos
- 2 Anotação de referências em formulários, enviando-os a indivíduos
- 3 Circulação rotativa de periódicos, possivelmente marcando certos artigos que merecem atenção
- 4 Manutenção de um fichário de referências
- 5 Preparação de um boletim para ampla distribuição, em intervalos regulares
- 6 Duplicação de sumários (tabelas de conteúdo) de periódicos
- 7 Assinatura de serviços comerciais centralizados
- 8 Utilização da automação para disseminação seletiva<sup>24</sup>

No capítulo 11: "Reference procedures and literature search" (Procedimentos de referência e busca bibliográfica), ela declara que:

O serviço informativo de referência da biblioteca é dividido em duas categorias: 1) respostas a solicitações relativamente simples de fatos breves ou dados simples, geralmente chamadas "questões de referência" e 2) fornecimento de informação, seja exaustiva seja seletiva, sobre assun-

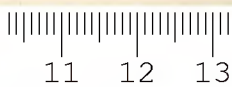
tos específicos, exigindo uma busca bibliográfica metódica <sup>24</sup> (busca bibliográfica exaustiva).

O capítulo prossegue com longos estudos sobre a bibliografia da ciência e tecnologias correlatas, tipos de questões de referência, os procedimentos para a busca bibliográfica exaustiva, o registro das referências desde as simples fichas até em cartões perfurados, estudo da literatura de patentes e a busca de patentes, etc.

No capítulo 12: "Interpreting library services" (A interpretação dos serviços da biblioteca), ela trata especificamente do assunto relações pessoal/clientela na biblioteca; chama a atenção para a necessidade de treinamento do pessoal na utilização da biblioteca e de seus recursos e de serviços individualizados para atender a demandas específicas da clientela, entre outros tópicos.

Em outro livro clássico sobre o assunto, o *Handook of Special Librarianship* (Manual da Biblioteconomia Especializada) de Ashworth, Hanson trata, no capítulo "Subject inquiries and literature search" (Indagações do assunto e busca bibliográfica), da definição e discussão dos diferentes tipos de indagações de assuntos, uma das atividades das bibliotecas especializadas.

Afirma que "indagações de assunto são pedidos de informação sobre um assunto ou de respostas a questões específicas sobre o mesmo", distinguindo-as de solicitações de um determinado documento. Tais indagações podem referir-se a simples fatos ou algarismo, ou ser do tipo "alguma informação sobre", "toda a informação sobre", "agulha no palheiro" (indagações tão



detalhadas e específicas que, possivelmente, somente alguns poucos documentos ou talvez nenhum forneça a resposta precisa ao que foi indagado. As características destas indagações são a exigência de informação muito recente, o uso de bibliografia estrangeira se necessário, e o contacto com fontes exteriores de informação.<sup>15</sup>

No capítulo sobre “Abstracting” (Resumos), uma das principais atividades de bibliotecas especializadas, Ashworth explica:

Periódicos de resumos e boletins de bibliotecas contendo resumos, ao condensar trabalhos originais e agrupá-los sob tópicos convenientes, permitem aos trabalhadores individuais permanecer em contacto com o progresso em seu próprio campo, sem precisar dedicar a isso um tempo excessivo. Se bem indexados, os periódicos de resumos constituem um dos guias mais importantes para buscas retrospectivas.<sup>2</sup>

Em seu capítulo: “A review of mechanical aids in library work” (Revisão do uso de mecanização no serviço bibliotecário), Ashworth repertoria as seguintes atividades em bibliotecas especializadas, baseadas na existência de alguma forma de mecanização: sistemas tautomatizados de recuperação e indexação, disseminação seletiva da informação, tradução mecânica, micro-reprodução, fotocopiagem.<sup>24</sup>

Boodson, no capítulo 12 da mesma obra, tratando das publicações do departamento de biblioteca e informação, diz:

A diversidade e variedade das rotinas na biblioteca especializada são notadas provavelmente de maneira especial nos métodos adotados para a

disseminação da informação (...) Esta diversidade reflete-se na necessidade de existirem publicações da biblioteca, cada uma das quais tem que ser modelada com precisão a fim de desempenhar com eficiência sua função.<sup>8</sup>

Enumera os tipos principais de publicações:

*Boletins técnicos:* Boletins de títulos, boletins de sumários (ou tabelas de conteúdos), boletins de resumos, boletins de normas, boletins de patentes.

*Boletins de biblioteca:* Listas de aquisições recentes, catálogos, recensões de livros.

*Guias bibliográficos:* Listas de leitura recomendada, bibliografias, revisões e levantamentos de literatura.

*Boletins de notícias:* Circulares informativos, informações comerciais do exterior, notícias de eventos futuros, novas condensações de, circulares de notícias de interesse do pessoal.

*Miscelânea:* traduções, relatórios de pesquisas, atas de comissões, boletins internos, guias da biblioteca, relatórios anuais da biblioteca<sup>8</sup>...

Determinando os níveis de funções da biblioteca especializada, Strabel, relaciona as funções de nível mínimo, intermediário e máximo, em relação à atividade de disseminação:<sup>23</sup>

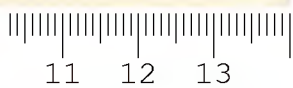
#### Mínimo

— Mantém uma coleção de obras de referência;

— Responde a questões de referência simples, factuais;

— Verifica títulos de publicações e localiza referências;

— Orienta os que necessitam de informação promenorizada ou de busca em fontes conhecidas;





— Circula rotativamente novos números de revistas àqueles que os solicitaram;

— Conhece suficientemente os recursos de bibliotecas locais para fazer pleno uso delas;

— Circula itens individuais a membros da organização cujos interesses são conhecidos;

*Intermediário* — Acrescenta as seguintes atividades ou as exerce em substituição às anteriores:

— Coleta materiais de pesquisa pertinentes a uma questão e os transmite aos solicitantes;

— Prepara bibliografias seletivas;

— Empreende buscas bibliográficas exaustivas a pedido;

— Distribui listas de material corrente recebido, às vezes incluindo resumos copiados de fontes publicadas;

— Tem ampla familiaridade em âmbito nacional com os recursos bibliotecários nos campos de assunto pertinentes;

*Máximo* — Acrescenta as seguintes atividades ou as exerce em substituição às anteriores:

— Localiza, sintetiza e avalia informação, e fornece-a em forma de resumo escrito;

— Prepara bibliografias críticas;

— Prepara buscas bibliográficas exaustivas e avaliativas;

— Distribui resumos do material corrente recebido, preparados na própria biblioteca;

— Providencia traduções de artigos em algumas línguas, elaboradas na biblioteca;

— Prepara e fornece regularmente informação de uso corrente, antecipando as necessidades de informação da organização;

— Está preparada para proporcionar ajuda editorial de toda espécie para as publicações da organização;

— Tem conhecimento profundo de especialistas de assunto e de possíveis fontes de informação não publicada nas áreas de assunto.

Resumindo, Bart Holm diz em sua revisão: “Bibliotecas e centros de informação oferecem serviços de alerta corrente, de disseminação seletiva e de buscas retrospectivas, e uma variedade de pacotes de produtos de informação.”<sup>16</sup>

Estes “pacotes de produtos de informação”, como foi mostrado, são de fato de uma variedade muito grande, e servem para reafirmar a declaração de Waldron mencionada acima: “Vem em primeiro lugar — e é sem dúvida o mais importante — um serviço muito especializado e personalizado, que é tanto uma filosofia quanto uma prática”<sup>27</sup> em bibliotecas especializadas.

Também, como poderia facilmente ser demonstrado, para proporcionar estes serviços especializados, “relações públicas(...) são imprescindíveis em bibliotecas especializadas(...)”<sup>27</sup> e, o que é muito importante, como foi mencionado por Astall: “Relações públicas devem ser exercidas continuamente”.<sup>36</sup>

### 3. Tendências na biblioteconomia especializada: passado & futuro

Na introdução de “Trends in special librarianship” (Tendências na biblioteconomia especializada), o editor, Burkett, constata que as finalidades das bibliotecas especializadas não mudaram nos últimos 20 anos; em média, as



bibliotecas especializadas são do mesmo tamanho como eram 20 anos atrás. Mas os assuntos que abrangem ultrapassaram os campos da ciência e da tecnologia, para incluir administração, problemas sociais e econômicos, etc.; internamente os recursos — acervo, pessoal, informação — tornaram-se um pouco mais sofisticados.

A transformação mais marcante foi notada no que se refere aos tipos e qualidade do pessoal empregado, de tamanha importância para a provisão dos serviços de alto nível oferecidos pela biblioteca especializada. Processos mecanizados, por exemplo, na encomenda e aquisição, conquanto comuns em bibliotecas universitárias, não têm aplicação nas bibliotecas especializadas, onde o movimento total é normalmente bastante pequeno.

O futuro da mecanização em bibliotecas especializadas está provavelmente no desenvolvimento de sistemas totais, em que um registro básico criado no estágio da aquisição, possa ser manipulado para fornecer todos os outros tipos de registros necessários num sistema de biblioteca. A previsão mais brilhante para a aplicação da automação está na área da disseminação seletiva da informação, onde se torna importante a capacidade do computador de manipular arquivos maciços para buscas retrospectivas. Nesta área, os serviços aparentemente mais necessários aos pesquisadores são boletins de informação que encorajem a comunicação interdisciplinar e serviços personalizados para usuários individuais.

Ainda de acordo com Burkett, constitui-se provavelmente no mais significativo de todos os desenvolvimen-

tos, com ênfase especial nas necessidades informativas de cientistas e tecnólogos, a crescente participação governamental nas redes nacionais de serviços de documentação e informação.<sup>9</sup>

Analisando o desenvolvimento e tendências dessas redes, Ladendorf afirma taxativamente:

Uma dependência de recursos externos tem sido uma característica das bibliotecas por muito tempo. O que é novo hoje em dia é a proliferação de acordos cooperativos variados. Há inquestionavelmente uma tendência para o desenvolvimento de coleções mais centralizadas, que vão assumindo a responsabilidade pelo fornecimento de dados bibliográficos e de cópias de documentos para as demais bibliotecas (...) Parte cada vez maior destas coleções centralizadas serão provavelmente armazenadas em microformas e indexadas por computadores (...) Podemos esperar ver se desenvolvendo, cada vez mais numerosas, as centrais de recursos. Ao mesmo tempo, mais bibliotecários locais vão ser necessários para servir de intermediários entre seus usuários e a complexa teia de acordos regionais e nacionais.<sup>20</sup>

Comentando o impacto do computador e das microformas sobre as bibliotecas especializadas, Blair oferece ao exame outro lado deste panorama:

(...) um serviço de pesquisas poderia ter uma biblioteca invisível, com todos os seus dados de referência e informações armazenados à distância e disponíveis para recuperação instantânea e imediata reprodução. O console e o teclado (terminal) constituiriam a única porção visível desta biblioteca. Contudo, é muito



mais provável que os usuários de terminais sejam amanhã especialistas da informação ou bibliotecários de referência estendendo os serviços a biblioteca. Estes terminais seriam úteis para empréstimos-entre-bibliotecas, programas de alerta corrente, buscas bibliográficas, respostas às questões de referência, além de toda a rotina do processamento na biblioteca (...) Os terminais não dariam acesso apenas à base de dados da organização a que se vinculam, mas seriam capazes de inquirir redes locais e nacionais. <sup>7</sup>

Contrastando com estas duas previsões tecnicistas, Ashworth prediz, sob um enfoque totalmente diferente, o futuro dos serviços oferecidos por bibliotecas especializadas:

Sou levado inexoravelmente à conclusão de que o futuro da biblioteconomia especializada precisa continuar a se apoiar nos aspectos pessoais do serviço. Minha experiência no trabalho informativo se estende agora por cerca de 35 anos, durante os quais me parece que a importância do serviço pessoal antes cresceu do que diminuiu (...) No momento em que um serviço se torna impessoal ou distante, quebra-se um vínculo vital. <sup>5</sup>

Na literatura mais recente, dois problemas têm sido assinalados, que poderão causar algumas Mudanças nas tendências futuras das bibliotecas especializadas conforme foram delineadas acima.

Discussões acerca do uso de fontes externas de informação, uma das características das bibliotecas especializadas, têm sido constatadas em número crescente. Tais discussões focalizam o formato, relevância, cobertura, custos,

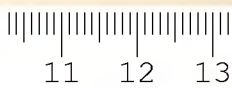
R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 155-168, jul/dez.1978

etc. dessas fontes. Vickery, a quem se deve o estudo mais minucioso, considera os diferentes aspectos do problema, examinando o extenso uso que tem sido feito dessas fontes por centros de informação. Ele acentua a necessidade de reavaliação deste uso corrente à vista do aumento muito rápido de material em microforma e ainda mais desconcertantemente, em forma legível por computador"; a ser levado em consideração também o custo de serviços externos, em comparação com serviços "feitos em casa". Analisa pontos tais como: cobertura, atualização, relevância em relação às necessidades do usuário, confiabilidade, o problema da manipulação de fitas magnéticas, microformas, folhas de saídas do computador, e, muito importante, as consequências desse uso, explicando, ou, antes, indagando:

A introdução de buscas "on-lin e" vai significar menos trabalho de referência para o pessoal da biblioteca (os usuários utilizarão eles próprios os terminais)ou mais? (os usuários não vão querer passar seu tempo operando terminais).<sup>25</sup>

Relacionado com este problema, á outro referente aos boletins da biblioteca, a principal fonte de disseminação da informação em bibliotecas especializadas, que tem sido muito debatido na literatura recente.

Whitehall estudou este problema elaborando um levantamento de como são utilizados os boletins na biblioteca especializada moderna. Partiu do pressuposto de que "agora que existem tantos serviços de alerta corrente disponíveis originados fora da biblioteca especializada, e que em muitas companhias já se tornou realidade a dissemi-



nação seletiva da informação (SDI) interna por intermédio do computador, parece provável que as atitudes para com o uso do conceito do boletim de informação como meio de disseminação tenham mudado”.<sup>29</sup> Este pressuposto levou à hipótese de que o boletim de informação possa estar em via de desaparecimento; por isso, a fim de obter uma idéia concreta acerca da tendência, solicitaram-se fatos e opiniões a bibliotecários e técnicos da informação através de uma carta-questionário. Ao receber as respostas, o autor comparou e estudou diferentes aspectos, tais como: as funções do boletim, os custos, a retroalimentação no uso dos boletins, os tipos (resumos ou apenas referências), a utilização de publicações secundárias de fora como parte dos serviços de alerta corrente, o uso de disseminação seletiva da informação processada externamente em confronto com o processamento interno a partir de fitas magnéticas. Estudou em seguida as restrições que estão atuando para modificar os métodos de disseminação de bibliotecas especializadas, como sejam:

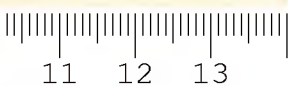
- É mais fácil obter dinheiro do que pessoal;
- A compilação de boletins, usando selecionadores qualificados, é atividade muito onerosa;
- Os especialistas preferem um serviço aprofundado de disseminação seletiva da informação;
- É mais barato processar fitas magnéticas internamente do que por intermédio de um agente, etc.

Em conclusão, ele constata que, do estudo do material reunido pelo levantamento, é possível reconhecer um certo número de tendências no uso de fontes externas, nenhuma das quais implica em rejeição do conceito do boletim de informação. Termina dizendo: “De qualquer forma, parece que o boletim ainda tem futuro”.<sup>29</sup>

Não há dúvida de que estes dois últimos estudos confirmaram de certa forma as previsões anteriores de Blair e de Ashworth, embora contraditórias entre si. O impacto do computador e das microformas sobre os serviços oferecidos pela biblioteca especializada é gigantesco, e já ocasionou algumas mudanças. Mas, como predisse Ashworth, com base em sua experiência, o serviço personalizado (neste caso, os boletins internos de informação) ainda continua em demanda, a fim de satisfazer a necessidade específica dos usuários.

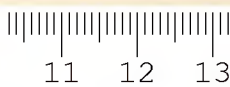
Só podemos dizer que, em vista destes dois enfoques diferentes do problema, talvez uma nova tendência ou uma outra solução emergirão em futuro próximo para fazer face à situação presente.

Contudo, há um fator que permanece inalterado, a necessidade do elemento humano, o bibliotecário especializado, quer atuando como intermediário entre o usuário e a máquina, quer entre o usuário e a máquina, quer “colocando o saber em funcionamento” (o “slongan” do bibliotecário especializado) de uma maneira personalizada.



BIBLIOGRAFIA

- 1 — ANTHONY, L.J. Filing and storing material. In: Ashworth, Wilfred, ed., *Handbook of special librarianship and information work*. 3 ed., London, ASLIB, 1967. p. 233-75
- 2 — ASHWORTH, Wilfred "Abstracting". In: Ashworth, Wilfred, ed., 3. ed. London, ASLIB, 1967. p. 453-481.
- 3 — ASHWORTH, Wilfred. *Handbook of special librarianship and information work* 3. ed. London, ASLIB, 1967.
- 4 — ASHWORTH, Wilfred. A review of mechanical aids in library work. In: Ashworth, Wilfred, ed., *Handbook of special librarianship and information work* 3. ed. London, ASLIB, 1967. p. 524-53.
- 5 — ASHWORTH, Wilfred. Information scene in Britain and Germany. 2. Information in Britain. *ASLIB Proceedings*, 23 (12): 635-44, Dec. 1971.
- 6 — ASTALL, Roland, *Special libraries and information bureaux* London, Clive Bingley, 1966.
- 7 — BLAIR, K.G., Special libraries in the next decate. *California Librarian*, 31 (1): 22-8, Jan. 1970.
- 8 — BOODSON, K. Publications of the Library and Information Department. In: Ashworth, Wilfred, ed., *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, ASLIB, 1967. p. 482-523.
- 9 — BURKETT, J., ed. *Trends in special librarianship*. London, Clive Bingley, 1968.
- 10 — COARD, J., Flexibility the key to service in special libraries. *New Zealand Librarian*, 35 (2): 124-30, Apr. 1972.
- 11 — CORBETT, L., Problemas in using external information services: attitudes of the special library and its users. *ASLIB Proceedings*, 24:96-110, Feb. 1972.
- 12 — Directory of Special Libraries and Information Centers. Detroit. Gale Research, 1963.
- 13 — DOUVILLE, J.A., Technical information centers: specialized services to science and technology: an overview. *Journal of the American Society for Information Science*, 23 (3): 176-84, May 1972.
- 14 — FOSKETT, K.J., *Information service in libraries*. Hamden, Conn., Archon Books, 1967.
- 15 — HANSON, C.W. Subject inquiries and literature search. In: Ashworth, Wilfred, ed., *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, ASLIB, 1967. p. 415-49.
- 16 — HOLM, Part. E.. *How to manage your information*. New York. Reinhold, 1968.
- 17 — HOLM, Part. Library and informations centers management. In: *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 5, 1970. Encyclopedia Britannica, 1971, p. 353-75.
- 18- JOHNS, A.W., *Special libraries: development of the concept, their organizations, and their services*. Scarecrow, 1968.
- 19- KENT, Allen *Specialized information centers*. Washington, D.C. Spartan Books, 1965.
- 20- LADENDORF, Janice *The changing role of the special librarian in industry, business, and government*. New York, Special Library Association, 1973.
- 21- MELTZER, Morton F. *The information center: management hidden asset*. America Management Association, 1967.
- 22- SILVA, Manil *Special libraries*. Andre Deutsh, 1970.
- 23- STRABLE, Edward G., ed. *Special libraries: a guide for management*. New York, Special Library Association, 1966.
- 24- STRAUSS, Lucille; Shreve, Irene M. Brown, Alberta L., *Scientific and technical libraries: their organization and administration*. 2. ed. New York, Wiley-Recker-Hayes, 1972.



- 25- VICKERY, B.C. External sources of information: the kinds of services and facilities offered and criteria for evaluation. *ASLIB PROCEEDINGS*, 24 (12): 664-71, Dec. 1972.
- 26- WHITEHALL, T. A future for the bulletin? The results of an enquiry into how bulletins are used in today's special library. *Aslib Proceedings*, 25 (2): 34-45, Feb. 1973.
- 27- WALDRON, Helen J. The business of running a special library. *Special Libraries*, 62 (2): 63-70, Fev. 1971.
- 28- WASSERMAN, Paul One of a species: the special library, past, present and future. *Library Journal*, 89 (4): 797-802, Feb. 1964.
- 29- WHITEHALL, T. A future for the bulletin? The results of enquiry into how are used in today's special library. *ASLIB Proceedings*, 25 (2): 34-5, Feb. 1973.
- 30- WOODS, Bill M. Two decisive decades: the special library concept of service. *American Libraries*, 3 (7): 759-68, Jul/Aug. 1972.
- 31- WRIGHT, J.E. The special library and information service. In: Ashworth, Wilfred, ed., *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London. ASLIB, 1967, p. 1-11.

*Nota do Editor:* Este trabalho, embora sendo um "paper" para universidade americana feito em 1974, constitui um texto vivo para suscitar discussões acerca de definição de conceitos e terminologia da biblioteca especializada. A RBBD espera receber "cartas de leitores" para debater o tema.



Arquivos, bibliotecas  
e centros de documentação:

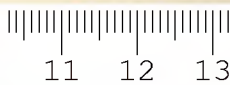
# Da convergência de objetivos à diversidade da documentação e do processamento técnico.

Heloísa Liberalli Bellotto\*

*Arquivos, bibliotecas e centros de documentação têm a co-responsabilidade no processo da recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como no testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes a material de distintas origens. A diferença se baseia, fundamentalmente, no fim para os quais os documentos foram criados. Neste sentido, a moderna recuperação da informação, naqueles três tipos de instituição, exige pessoal altamente qualificado através de formação específica.*

A concretização do NATIS - Sistemas Nacionais de Informação — pelo qual a UNESCO tem se empenhado desde 1974 (o que, pouco a pouco, vem ocorrendo em vários países) pode demonstrar, de *per se*, a oportunidade da aproximação entre arquivos, bibliotecas e centros de documentação. Foi, naquele ano, em Paris, na *Conferência Intergovernamental sobre Planejamento das Infraestruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos* que se definiu, concretamente, o NATIS como sistemas nacionais que abarcassem todos os organismos, recursos, procedimentos e atividades relativas à transmissão da informação. Às Bibliotecas Nacionais dos diferentes países caberia papel de coordenação em relação às várias bibliotecas instaladas em seus territórios, planejando serviços e cooperando com instituições internacionais. Da mesma forma, agiriam os Arquivos Nacionais de cada um dos

\* Bacharel em Biblioteconomia e Doutora em História. Pesquisadora do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Professora do Curso de Pós-Graduação da ECA/USP.



países, em relação à sua rede de arquivos estaduais (ou departamentais), municipais, especiais e particulares.

É evidente que na raiz da implantação de tais sistemas deve subjazer toda uma política nacional de informações. A sua eficácia refletir-se-ia no NATIS e em benefícios, não só do usuários, mas também do próprio desempenho das funções governativas. Aliás, as ramificações daquela política deveriam atingir também as editoras, livrarias, revistas especializadas, centros de informação e órgãos produtores de documentos, fossem públicos ou privados. E, é claro, não se prescindiria dos programas internacionais tipo UNISIST, ISBD, ISBN e de órgãos como a ISO, FID ou a CIA.<sup>2</sup>

O mais importante, nesta tarefa comum da recuperação e divulgação da informação, é que seja evitada a dispersão de esforços. Ora, só um planejamento integrado ao estilo do NATIS terá condições para tanto. Cientistas da informação, educadores e administradores, embora tenham acabado por concluir que a coordenação de seus empenhos convergentes para o objetivo comum da recuperação da informação redundaria no proveito comum do pesquisador e da administração, estão começando a tomar consciência de que há pontos divergentes quanto ao documento custodiado ou armazenado, no concernente à natureza e processamento técnico a ele dispensado.

O processo de fornecer dados, existentes em que tipo for de continente, é da área comum dos profissionais da informação. Neste ponto está o objetivo convergente de arquivos, bibliotecas e centros de documentação. Partindo de material diverso, material este originado, por sua vez, por diferentes razões, através de mecanismos

técnicos completamente distintos, estas instituições podem e devem estar aptas a cobrir, de maneira o mais completa possível, um "campo de investigação". Em comum, portanto, a finalidade a que se destinam e o papel que ocupam no processo social, cultural e administrativo de um país. Nesta direção, cabe-lhes, em co-responsabilidade, a informação, a divulgação científica, tecnológica, cultural e social, assim como o testemunho judiciário e histórico.

As distinções — e estas são o objetivo primordial deste trabalho — se produzem a partir da própria maneira como se origina o acervo e do tipo do documento a ser preservado por aquelas instituições: pela biblioteca, o livro, a revista ( ou os modernamente chamados *multimeios*) que são resultados da atividade cultural, seja ela a criação artístico-literária ou pesquisa de divulgação técnico-científica a humanística; pelo arquivo, o material de uma gama infinitamente variável ( indo de uma tableta assíria ou um relatório impresso de empresa até as provas-objeto de um processo judiciário), oriundos de atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas, produzidos no decurso de suas funções. Os fins, no caso da biblioteca, serão culturais, e no caso do arquivo, administrativos e jurídicos, sendo estes, a longo prazo, históricos. O centro de documentação, por sua vez, no que se refere à origem, produção e fins do material que armazena, representa uma somatória das duas instituições acima referenciadas. Isto porque, configurado, por definição como a "transposição das informações primárias para outros recursos"<sup>3</sup>, termina por assimi-





lar aquelas características a elas inerentes. Por conseguinte, sua finalidade tanto é cultural quanto funcional, segundo a natureza mesma do material reproduzido.

Quanto ao tipo da documentação, na biblioteca, ela é, em geral, impressa e múltipla. Documentos idênticos podem ser encontrados simultaneamente em várias bibliotecas. Já no arquivo, o acervo pode ser manuscrito ou impresso, mas a sua unicidade (ou baixa tiragem) é o que melhor o define. O fator *impressão* não nos parece fundamental, embora, o mais acatado entre os arquivólogos, T.R. Schelleberg, assim tenha se expressado: "Os tipos tratados principalmente pelas bibliotecas são as publicações impressas, enquanto os documentos em forma textual o são principalmente pelos arquivos"<sup>4</sup>. Dentro do estrito senso da definição de arquivos, sendo eles os resultados das funções administrativas (públicas ou privadas), certos impressos aí se enquadram muito melhor do que, por exemplo, um manuscrito medieval de um poema de Virgílio. O tipo documental, no centro de documentação, é, em geral, reprodução, podendo ser a única ou múltipla. Quanto a material áudio-visual, segundo a razão que o gerou, pode pertencer aos três tipos de instituição, embora seja caracteristicamente típico de centro de documentação.

As formas pelas quais entra o material na biblioteca são, via de regra, a compra, a doação ou a permuta. O arquivo,<sup>5</sup> porém, recebe os documentos através de uma passagem natural, dentro do esquema das três idades do documento: arquivo corrente (central), intermediário e final (ou histórico ou

de custódia). O material será obrigatoriamente recolhido, abstendo-se o arquivista da seleção para aquisição, como o faria o bibliotecário.<sup>6</sup> Já o centro de documentação, segundo a sua natureza e filiação — e confirmando a sua posição mista — receberá seu acervo por compra, doação, permuta ou, à semelhança de arquivos, por recolhimento obrigatório.

Assim, podemos até este ponto desta explanação, delinear o seguinte quadro: *biblioteca*: reunião por compra, doação ou permuta, de documentos múltiplos, produzidos por fontes múltiplas e resultantes de atividades, pesquisas ou criação artística, técnica ou científica, com fins culturais; *arquivo*: reunião, por passagem natural de documentos oriundos de uma só fonte geradora,<sup>7</sup> e, em geral, constituídos em exemplar único, congregados em séries ou grupos; *centro de documentação*: reunião por compra, doação, permuta ou recolhimento obrigatório de reproduções (de documentos, por sua vez, múltiplos ou únicos) originados por fontes múltiplas. Logo, a biblioteca é órgão colecionador e que custodia seu próprio material, isto é, seu acervo está fisicamente presente em suas próprias instalações. O arquivo, por sua vez, é órgão receptor. Igualmente, abriga sua documentação em seu próprio prédio. Por outro lado, o centro de documentação é também colecionador, sendo porém, muitas vezes, referenciador. Isto porque, freqüentemente, ele não reúne materialmente os documentos: referencia-os, através de catálogos coletivos ou similares.

É no processo técnico da documentação, todavia, que vamos deparar com as maiores diferenças. Todos os



passos do documento (ou de sua referência no caso de alguns centros de documentação), desde sua entrada na instituição até o seu contacto com o usuário, são bastante diferenciados. O tratamento em si, que, na biblioteca é dado à peça por peça (porém totalizando uma única e grande coleção).<sup>8</sup> no arquivo, é dispensado não à unidade, mas à série, formando agrupamentos, dentro dos diferentes fundos.<sup>9</sup> E, novamente, o centro usará tratamento misto, segundo o gênero de seu material.

Os registros de entrada, além de serem diversos entre arquivo e biblioteca (já que, neste caso, o centro comporta-se semelhantemente a um a outro, conforme sua caracterização), são também diferenciados de arquivo para arquivo, conforme sejam correntes, intermediários ou finais. O tombamento feito em bibliotecas só tem sentido no arquivo final, uma vez que, nos outros, o documento está de passagem (recebendo, é evidente, seu respectivo registro). Nos arquivos, de que tipo forem, as relações de remessa são peças fundamentais. Isto porque os organismos expeditores (criadores) da documentação, como sendo seus autores ou produtores, poderão, a qualquer momento, requisitar vistas a um ou a outro processo. Assim, a biblioteca e o centro de documentação acabam por ser uma reunião artificial de documentos do mais variado tipo; e o arquivo, dentro das próprias coordenadas de sua definição, é uma reunião orgânica: seu acervo faz-se natural e cumulativamente.

Abordemos, agora, as fases seguintes do processamento, apenas no tocante a bibliotecas, centros de docu-

mentação e arquivos intermediários ou finais. Justifica-se a exclusão dos arquivos correntes porque a eles deve ser imposta uma classificação bastante simples e um arranjo funcional, estritamente ligado à própria atividade da empresa ou organismo a que pertencem, dispensa dos maiores estudos acerca do documento.

A fase que, em Biblioteconomia, se denomina *classificação* corresponde, nas modernas técnicas arquivísticas, ao *arranjo* ou *ordenação*. A própria variação semântica nos conduz àquela que seria a dicotomia básica entre as duas áreas. Enquanto que a Biblioteconomia pode ser regida por *normas*, a Arquivística fundamenta-se em *princípios gerais*. Se os sistemas de classificação bibliográfica (CDU e Dewey, os mais disseminados), salvo raríssimas exceções, podem ser rigidamente obedecidos, a ordenação de arquivos deve submeter-se à estrutura dos órgãos geradores do documento e à natureza do material ordenado. Aporta-se assim no *respect des fonds*, preceito essencial do trabalho arquivístico.

A *catalogação* — sendo a via pela qual o usuário chega ao livro — tem seu similar, em se tratando de arquivos, na *descrição*. No primeiro caso, as fichas ou volumes impresso, trazendo os elementos descritivos da publicação, permitem que sejam identificados: autor, título, local, editor e data de impressão e o assunto. A descrição de documentação de arquivo, feita através dos chamados *instrumentos de trabalho*,<sup>10</sup> também permitem a identificação da documentação. Dos mais gerais e abarcantes (guias, relações, repertórios) aos mais minuciosos (inventários sumários e analíticos), estas publica-



ções trazem os elementos descritivos dos documentos de arquivo. São eles: a unidade criadora do documento, a tipologia documental, título e data, seguidos de breve resumo e de cota de identificação e localização. No caso da biblioteca, a forma do meio de busca é, essencialmente, a *ficha*. Um catálogo em fichas permite intercalações, conforme a necessidade das bibliotecas, constantemente em expansão. Além disso, a identificação bibliográfica é sucinta. Aliás, a moderna tendência da catalogação tem-na tornado, cada vez mais racional e simplificada. Ora, no arquivo (e, aqui, reportamo-nos aos finais ou históricos) há necessidade de maior descrição das séries, pela circunstância do fator expansivo não ser imprescindível. Ainda mais, pela razão da unicidade do documento a ficha perde a sua funcionalidade. Pelo fato de o pesquisador precisar saber da localização do material de seu interesse, frequentemente, estando ele a longa distância, faz com que a *ficha* seja substituída por *folhas* (datilografadas ou impressas, contanto que passíveis de multiplicação). E os centros de documentação, repetimos, por sua duplicidade, apenas a partir de seu acervo é que poderão optar por um ou outro meio de pesquisa ou localização.

Finalmente, o fator humano. Quem é o público, quem é o usuário da biblioteca, do arquivo e do centro de documentação e qual é a qualificação necessária a seus profissionais? A biblioteca, teoricamente é, das três instituições, a que possui usuários em maior número e variedade. Fazem uso dela não só o *pesquisador* (aqui configurado como o acadêmico, o professor universitário e o pesquisador profissio-

nal), mas também o *grande público*, abrangendo toda espécie de estudantes, estudiosos e consulentes. Ora, a clientela do arquivo (tenha-se em mente, sempre, a diversidade dos tipos de arquivos) é constituída, antes de mais nada, pelo *administrador*, pelo *empresário* ou por seus representantes (aí se designando o produtor do documento ou o juridicamente interessado), e o *pesquisador*. De outro modo, o centro de documentação, tem nesta última categoria, o *pesquisador*, o seu único público.

“Cientistas da informação” começa e ser a designação comum a abarcar arquivistas, bibliotecários, documentalistas e informatólogos em geral. Desta classe de profissionais exigem-se certas qualidades peculiares, inerentes ao seu tipo de trabalho: perseverança, paciência, memória visual, capacidade de análise síntese, cortesia, espírito de cooperação etc. Mas, quanto ao preparo acadêmico, temos hoje, completamente definidos os seus cursos superiores: *Biblioteconomia e Documentação*, por um lado e *Arquivologia*, por outro. Verificados os dois currículos mínimos encontram-se duas disciplinas em comum: Paleografia (e Diplomática) e Documentação. Esta, porém, com conteúdo programático bem diverso para uma e outra área. Portanto, pode-se concluir pela completa dessemelhança entre os dois cursos. As condições de adaptabilidade do profissional formado por um outro são, a nosso ver, difíceis. Não poderia ser de outra forma, uma vez que as disciplinas técnicas da Biblioteconomia quase que são dispensáveis ao trabalho arquivístico, e vice-versa.

Os pontos conflitantes situam-se



na área das atribuições privativas a cada um dos profissionais, inseridas no Anteprojeto da reforma da lei que dispõe sobre a profissão de bibliotecário.<sup>11</sup> Os conflitos se deram, precisamente, no sentido do centro de documentação, justificadamente área de domínio comum. O inciso c, do artigo 6º, do capítulo I indica como uma das atribuições privativas dos biblioteconomistas o “planejamento, assessoramento, consultoria, organização, implantação, administração e direção de centros e serviços de documentação e ou instituições que tenham como objetivo o armazenamento e ou a disseminação da informação em qualquer área de atividade intelectual, exceto àquelas inerentes à arquivologia”. Por sua vez, o inciso c, do artigo 7º do mesmo capítulo, estabelece que o “planejamento, assessoramento, consultoria, organização, implantação, administração e direção de centros e serviços de documentação e ou informação, no campo da arquivologia e demais entidades e ou instituições, que têm como objetivo o armazenamento e disseminação da informação na área da Arquivologia”<sup>12</sup>. Ora, como precisar o âmbito real destes centros de documentação se, por definição, eles podem agregar, na mesma instituição, documentos tipificados como de biblioteca e tipificados como de arquivo? A mesma contradição ocorre nos respectivos incisos d, referentes aos serviços de reprografia e microfilmagem. Como estabelecer

prioridades para a chefia de um serviço de microfilmagem de uma Secretaria de Estado, por exemplo, na qual, via de regra, existe um arquivo central e uma biblioteca? Casos como este poderiam ser citados à exaustão. Não parece fácil, talvez, nem mesmo viável, a solução para tal impasse. E, na verdade, não cabe no âmbito deste trabalho o apontar-se saídas para o caso. Ocorreu-nos tão somente que teria sentido, isto sim, aqui levantar o problema. Serve para demonstrar enfaticamente a superposição arquivo-biblioteca, quando se trata de centros de documentação.

Se houve tempo em que, não regulamentadas as profissões e não definidos seus cursos de formação superior, era possível uma certa mobilidade, hoje, os caminhos parecem já estabelecidos, mesmo que ocorram “dores de crescimento”. E um exemplo delas é o problema que ocorre no Anteprojeto, como acima referimos.

O objetivo comum requer qualidades comuns e aspirações comuns. No entanto, a diversidade da documentação e do processamento técnico, sensivelmente delineada, passa a requerer, hoje, formação profissional específica. Tal constatação, entretanto, não anula a possibilidade do Conselho Federal em comum, nem minimiza as possibilidades do NATIS, como programa capaz de conduzir a contento a disseminação da informação.

## NOTAS

1 Funcion de las bibliotecas nacionales en los sistemas nacionales e internacionales de documentación... *Boletín de la Unesco para las bibliotecas*, Paris, 31 (1): 8-29, ene./feb.1977.

2 Respectivamente: Universal System for Information in Science and Technology; Internacional Standard Bibliographical Description; International Standard Books Number;



International Standartization Organization; Conseil International des Archives.

- 3 SOARES, Nilza Teixeira. *Arquivos em Sistemas Nacionais de Informação*. Porto Alegre, julho 1977. Trabalho apresentado ao IX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- 4 SCHELLEMBERG, T.R. Relações da biblioteca com o arquivo In: *Manual de Arquivos* Trad. Manuel A. Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959, p.12
- 5 Estamos considerando, quando fazemos menção a arquivos, a definição genérica e preferencial, isto é, a instituição destinada a recolher os papéis produzidos durante as atividades de um órgão governamental ou privado. Abstemo-nos, portanto, de colocar em pauta, por exemplo, o caso de um arquivo particular, quando comprado ou doado a um arquivo público.
- 6 Exceção feita ao expurgo ou descarte, mas esta é uma operação completa e não depende só do arquivista.
- 7 Mesmo que a divisão organográfica origine a constituição de diferentes fundos.
- 8 A não ser que as exceções correspondentes a bibliotecas que compartimentem suas sub-coleções em geral, pelos nomes de seus antigos proprietários.
- 9 Os fundos correspondem, via de regra, às grandes divisões do órgão a que se liga o arquivo.
- 10 A terminologia arquivística no Brasil tem consagrado esta expressão, também usada na França e Espanha. Usa-se paralelamente, *instrumentos de pesquisa*, mas pode-se encontrar, principalmente na bibliografia norte-americana e inglesa, a designação *meio de busca* ou *instrumento de busca*.
- 11 HISTÓRICO dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia. In. *Anteprojeto da Reforma da Lei 4084 de 30 de junho de 1962*. Brasília, Conselho Federal de Biblioteconomia, 1978.
- 12 Anteprojeto da Reforma da Lei 4084 de 30 de junho de 1962..., p.25 e 26.





Frontispício: De re diplomatica de Mabillon



# Acerca de Documento

José Augusto Vaz Valente\*

*Documento, como elemento, de informação, é componente importante em nossa cultura e dá lugar a inúmeras ciências e técnicas. Sua importância não se revelou plenamente a não ser em tempos modernos, mesmo que alguns cuidados na preservação de alguns documentos venham de tempos bem antigos. O trato criterioso do documento (diploma) resultou numa ciência (Diplomática) cujos trabalhos e disposições tiveram o endereço mais próximo na História Científica. Considerava-se, então, o documento escrito, cuja tradição perdurou. No momento, o conceito foi-se ampliando e, como elemento de informação, passou a considerar-se "documento" tudo o que possa revelar o "homem no tempo". Nessa ampliação conceitual cabem designações várias, tais como: testemunho, fonte, prova, marca, vestígio, sinal e algumas outras. Hoje não serve só à História. Outras ciências, em suas pesquisas, fazem do documento — tomado em sentido amplo — instrumento indispensável.*

## Dos Termos ao Conceito

Bem poderá afirmar-se, sem algum risco de erro, que o termo *documento* consta, nos dias de hoje, do vocabulário de todas as línguas cultas; e, na seqüência, dizer que toda a pessoa de mediana cultura detém a noção que corresponde a isso que dizemos *documento*.

Admitimos que esta noção, que em seu conteúdo elementar se possui, resultará da multiplicidade de "elementos documentários", para o que contribuem os vários modos e formas por que o documento se apresenta, resultando em designações várias, a querer referir esses mesmos elementos.

Por certo consenso, nem se estranhará que em circunstâncias determinadas — ou determinantes — se empreguem, indistintamente, os termos: *documento, testemunho, fonte, vestígio, marca, sinal* ou alguns outros que não relutamos em ter por sinônimos.

\* Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Coimbra; Mestre e Doutor pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; Livre-Docente pela ECA/USP; Prof. de Paleografia do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.



Na verdade podemos admitir que um *vestígio*, oriundo de marca ou sinal visível, seja “testemunho” ou fonte de informação a constituir-se em prova que não é mais que “documento”. Nem há alguma inconveniência no que dizemos; e as combinatórias, que com os diferentes vocábulos pudessem fazer-se, seriam válidas e não haveria contradição. Talvez possamos perceber, isso sim, que há uma relativa gradação, a permitir certa intensidade no enunciado pelos vários termos e isso resultante do uso de elementos diferentes em diversas áreas de atuação, com a mesma finalidade. Não deixamos de entender que “documento”, indicado por múltiplas designações, é necessidade de vários campos de investigação, onde o labor próprio se desenvolve à sua custa.

Falássemos de História, jurisprudência, de atividades científicas, técnicas, e especulações teológicas ou atividades didáticas; de linguística e, por especificação, de filologia, ou glotologia, justificariamos por que termos diferentes se equivalem. E, por correlação de índole cultural, nem se estranha o trânsito dos vocábulos de umas a outras áreas, o que nem sequer é inusitado.

Assim falando, consideramos documento em sentido amplo, como elemento resultante de componente, ou componentes, que lhe deram lugar. Esses componentes considerados, e de que se derivou, bem os podemos enunciar como causas de que resultou efeito e que se objetiva nisso que apelidamos dessa maneira. Não nos é difícil entender que um documento, tomado em lato sentido ou sentido restrito, é sempre consequência de um ato, aconteci-

mento ou fato. E, na ordem lógica, é por essa consequência, já agora efeito, a designar-se documento, que se pode refazer ou reviver o ato ou acontecimento de que se derivou.

A reconstituição dos fatos só se faz à custa dos documentos, únicos elementos que daqueles restaram e que sobre os mesmos nos fornecem informação. Isto porque os fatos são efêmeros, passageiros ou mesmo fugazes, ainda que deles resultem consequências.

Anote-se, porém, que, falando nós em ordem lógica na restauração dos atos, se dá a entender que é o pensamento a empenhar-se nesse processo; o pensamento caminhando na ordem inversa à do suceder ou acontecer; acontecer que por fugaz ou passageiro, já o dissemos, tem uma maneira de ser ou de estar no tempo, donde poderão aduzir-se considerações de ordem ontológica.

Não é desavisadamente que fazemos este apontamento. É, antes, para acentuar que o documento se apresenta com importância suficiente, pela razão de atender, ao menos, a esses três domínios: lógico, histórico, ontológico. Daqui se há de intuir, sem grande esforço, o volume de considerações que à volta de documento possam tecer-se, a alargar, a cada passo, a área da explanação, num crescendo constante e, sem dúvida, inesgotável.

A múltipla designação por que se refere documento tem raízes históricas e culturais que podem anotar-se desde a Antiguidade. E, desde lá, poderão intuir-se algumas diferenciações nas várias designações, que sutilmente se patenteiam na enunciação dos diversos





vocábulos. Com Júlio Cesar, o termo documento tinha o sentido de “aviso”, “exemplo” ou “ensinamento”. Em Tito Lívio significava “amostra” e “prova”; para Cícero significativa “modelo”. A lista dos significados nem será pequena ao longo dos tempos, quando outros significados se foram insinuando ou adicionando. Mas aqueles significados que nos clássicos se observam nas acepções de aviso, ensinamento, amostra, prova ou modelo, não fogem ao que se expressa em nossos dias. Que fosse aleatório o uso do vocábulo na Antiguidade e sujeito às circunstâncias de exposição nem nos surpreenderia, fazendo-nos advinhar que a preservação do mesmo *documentum* também não seria de absoluta necessidade e por isso não se lhe dispensariam cuidados especiais na grande maioria dos casos, ao contrário do que ocorreria em épocas posteriores.

O certo, porém, é que por algum sentido, forma, ou trato que suscitasse, já a esses tempos era fonte de informação, guardando a memória de ato, ação, disposição, ou pensamento. É fora de dúvida que, então, já se tinha noção da importância que algum documento podia haver; mas, também fora de dúvida, que essa importância seria particularizada e referida a documentos tomados singularmente. Disto nos sobraram inúmeras provas que resistiram ao tempo.

## Dos Documentos Iniciais

Diremos que o valor exato de “documento” em sentido global, só intui na época contemporânea. Não se negará que de épocas anteriores nos chegaram acervos documentais enormes

e valiosos, que se foram acumulando ao longo dos séculos, por diversas disposições e necessidades. De tradição bem antiga, essa acumulação documental mergulha as suas raízes nos milênios e a exemplificação vem pela citação constante dos famosos estabelecimentos de recolha e guarda, que se referem por “Bibliotecas”, sejam as de Alexandria, de Antioquia, de Pérgamo, as mais conhecidas e as mais referidas. Guardando ciosamente seus papiros, em forma de rolos — *rótulus, volumen* — não se haveriam de procurar ali coleções sistematicamente dispostas. Mas havia documentos valiosos e obras inteiras de autores, com extensão de mais de um rolo, cada um designado *Biblos, Biblion* — nome que chegou até nós, vindo do grego, através da Idade Média. A uma obra de diversos volumes — rolos — que estava sempre presente, chamaram os medievais *Bibliotheca* e não era mais que a Bíblia.

Dessa terminologia sobraram, para nós, alguns vocábulos, dos quais destacamos, ainda, *folium* (folha), *liber* (livro), além do *volumen* que citamos. Destaque-se, porém, que entre *liber* e *volumen* havia diferenças. O livro era a “unidade intelectual”, enquanto o volume era a “unidade material”; assim, diversos livros podiam estar compreendidos num *volumen*; noutros casos — o caso da Bíblia — um livro exigia diversos volumes.

À parte este apontamento, aos quais muitos outros poderiam agregar-se, continuaremos a dizer que acervos valiosos de documentos foram fruto de disposições já antigas, algumas delas resultantes de necessidades imediatas, como a guarda e preservação de documentos importantes; outras, fruto de



comodidade — enviando às ‘bibliotecas’ ou depósitos, os materiais que restariam “inúteis” noutra lugar; e, ainda, quem sabe, se fruto de curiosidade dos encarregados dos estabelecimentos de guarda, que prezariam a originalidade dos materiais à sua responsabilidade.

Se considerarmos a história das nações medievais, as referências a documentos acumulados se exemplificam pelos estabelecimentos de recolha, ou pelos profissionais responsáveis por esses mesmo documentos. Assim quando se fala em tabeliães, em chancelarias-régias, monásticas, comunais e também quando se fala em cartulários, cópias novas — coetâneas — de documentos antigos, com a preocupação de renovação dos originais, já em estado precário, pelo mau estado de conservação.

Mas em todas as situações se dá conta da deficiente conservação de documentos, mesmo dos não muito antigos, como no caso português refere Fernão Lopes, ao falar de “cartários de poderes escrituras, cuja velhice e desfazimento nega o que homens queria saber”,<sup>13</sup> no decorrer do século XV, ao vislumbrar-se, já, o final da era medieval, da qual sobrou em todos os países, enorme massa documental de arquivos reais, senhoriais ou eclesiásticos, que aos homens do período moderno serviriam em vários domínios e para diversos fins.

## No Caminho da Diplomática

Diga-se que foram os estudos de ordem filológica, histórica e teológica dos séculos XVI e XVII que tornaram o documento — diploma — o elemento imprescindível e necessário, dentro de

um procedimento que se foi tornando comum e se viria a dizer de crítica documental, dando lugar a uma designação que se generalizou e do qual resultou um nome — Diplomática — com foros de ciência.

Essa crítica documental, encontrou a sua justificativa, em primeiro lugar, na necessidade de distinção de documentos falsos que, não raro, se misturavam aos verdadeiros; em segundo lugar, pela necessidade de aferir a veracidade das informações dos documentos, mesmo os autênticos, quando se notava que, alguns deles, carregavam consigo suspeição suficiente pelo que veio a designar-se de “ingenuidade documental”. Regras esporádicas informavam aquele procedimento de análise ou crítica que, pelo empirismo patente, não raro deram como suspeitos documentos autênticos, sendo que o inverso se verificou também.

Mas devemos admitir que nestes casos, não eram só razões de ordem diplomática que estavam presentes: razões de ordem política ou interesses outros, tinham peso bastante no julgamento da autenticidade e veracidade dos documentos.

Dizíamos, porém, que foi no século XVI, em sua segunda metade, e no século XVII, que a crítica documental se exerceu, mais criteriosamente, sobre os documentos, o que traria uma nova ciência, que se designou de Diplomática, nascida pela necessidade de distinguir os diplomas falsos das mistificações.

Essa necessidade se fez sentir desde muito tempo antes, porque falsificações foram irregularidades de todas as épocas, cometidas por motivos diver-



tos, fossem apetite de privilégios que se desejavam e não se tinham, cobiça de bens e propriedades, simples vaidade, ou mesmo por medo. Todos estes sentimentos, ou alguns outros, têm levado as pessoas a executar “instrumentos legais” para conseguir os seus fins. Mas bem se entende que esses instrumentos legais fogem a qualquer “legalidade”.

Percebe-se, então, que as mais “aprimoradas” falsificações obrigam, para serem descobertas, a uma análise, pura crítica documental, já que os instrumentos forjados apresentam toda a aparência dos autênticos. Por isto, bem antes do aparecimento da diplomática — ciência, no século XVII — houve trabalhos de análise crítica sobre diplomas e recomendações sobre a forma de levar a cabo essa crítica.

Em plena Idade Média o problema se punha, já com acuidade suficiente, o que nos faz ver que, à época, não estavam ausentes as preocupações de ordem documental e por consequência legal, pela razão de, na maioria dos casos, um documento ser reflexo de ato, com peso jurídico, a valer como prova e garantia de direitos, sobre os quais não deve incidir alguma espécie de suspicácia. Prevenindo esse inconveniente haveria de se atentar nas características que cada instrumento de “garantia de direitos” detinha, a evitar equívocos e mesmo fraudes. A atenção voltada para as ditas características era, sem dúvida, disposição de ordem diplomática e desde bem cedo se procederia assim, mesmo que fosse elementar a análise efetuada e de feição meramente empírica.

Por um apontamento de ordem histórica, poderemos assinalar que as primeiras disposições escritas sobre

questões de Diplomática remontam ao ano de 1198, ao tempo do papa Inocêncio III, pela bula *Licet ad Regimen*, que dispunha, também, sobre as sanções a aplicar aos falsificadores dos documentos pontifícios.

Resultou essa bula do procedimento de um clérigo de Milão, que, pela apresentação, ao cabido da Igreja, de alguns documentos, reclamava um canonicato que lhe haveria sido concedido. Reconheceu-se, entretanto, que o documento que falava da pretensa sinecura não era autêntico, tanto pela escrita, como pelo estilo usado. Não obstante, o selo de chumbo, que validaria o documento, estava aparentemente em ordem. Descobriu-se, porém, em análise paciente, que haviam sido substituídos, com extrema habilidade, os fios que serviam para suspendê-lo, o que dava aparência de legalidade.

Por esta falsificação discriminava-se na referida bula, a pena a aplicar ao falsificador, ao mesmo tempo que se especificavam as artimanhas mais vulgarmente usadas pelos mistificadores. E, ao falar dos estratagemas mais vulgarmente utilizados para tais fins, enunciava algumas regras que deviam atender-se para descobrir as fraudes. Essas regras, descritas com bastante precisão, insistiam sobre a análise das características externas e, bem assim, internas, dos documentos em mãos.

De notável que, nestas disposições — oriundas da Idade Média do século XII — há a salientar algumas observações que não foram desprezadas, mas seguidas, ao tempo do procedimento plenamente científico. Justifica-se, assim, o hábito de referir Inocêncio III como um dos precursores da ciência Diplomática, já que naquelas disposi-



ções se encontravam os princípios básicos da análise documental.

Serviram de exemplo e vulgarizaram-se. Por isso foram utilizadas, no século seguinte, pelos alemães, numa tentativa de sistematização mais dilatada e por muito tempo as indicações daquele papa e daquela bula, foram o guia para procedimento em crítica documental.

## Contribuição dos Humanistas

Continuando a via histórica e pelos apontamentos dos historiadores, em respeito a uma ordem de caráter cronológico, podemos referir os humanistas como os que mais proximamente e mais intensamente contribuíram para o que dizemos de causa crítico-documental, em caminho inevitável para um coroamento científico de tal procedimento.

O humanismo, é certo, adentra uma era excepcional de análises e exames, aos quais não se furta o que, até então, era o conhecimento medieval em todos os domínios, ou mesmo os valores que vinham informando o Homem desde séculos. Crônicas e Anais já não eram suficientes para as exigências dos humanistas no domínio dos relatos e do sucedido. Suas exigências fazem com que a investigação das coisas passadas não dispense os documentos, os quais, porém, não são aceitos como elementos de crédito, sem uma crítica, a tornar-se exaustiva, buscando a certeza, pela evidência dos dados.

Um dos primeiros exemplos dessa crítica, digamos humanística, remonta ao século XIV e envolve o nome de Petrarca, que demonstra, por argumentação de ordem diplomática, que não

jurídica, a inautenticidade de dois documentos com supostos privilégios.

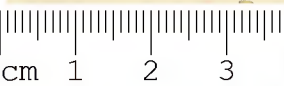
Para tanto deu destaque à estruturação dos mesmos documentos; fez comparação de textos; analisou cuidadosamente a redação e reparou em sua disposição formal, chegando à conclusão de que eram falsos. Essa crítica foi apresentada em carta endereçada ao Imperador do Luxemburgo, em 1361.

Também Lourenço Valla, no século XV, demonstrou ser falso um documento atribuído a Constantino, que regulava uma doação feita no século IV, vulgarmente designado por *Donatio Constantini*. Valla submeteu o referido documento a exame rigoroso, vindo a descobrir a inexatidão de algumas fórmulas nas cláusulas finais do diploma, o que, adicionado a outras observações, veio a demonstrar sua falsidade.

A seqüência destes exemplos foi frequente e deu lugar a um sem número de estudos e análises, que tinham a finalidade de demonstrar a validade de muitos documentos. Por estes pressupostos nem é abusivo concluir, com Ladolini, que fazer a história das falsificações é fazer a história da Diplomática".<sup>10</sup>

Vários domínios de atividade se haveriam de beneficiar deste procedimento crítico, mormente a História que, ganhando nova diretriz em suas investigações, reformulou os pressupostos para a sua construção. E foi pela História Eclesiástica que se iniciou a reformulação, talvez em razão da enorme quantidade de documentos à mão, existentes nos arquivos clericais e que foram aproveitados sob o signo das novas disposições críticas.

Aponta-se, como iniciador dessa



revolução, o abade João Tritheim que elaborou varias obras históricas.<sup>21</sup>

Noutros domínios poderemos destacar, para exemplificação, as questões de Direito, para as quais os juristas adotaram o procedimento crítico-documental, fossem os direitos régios, ou feudais os campos de sua atuação, o que, em alguns casos, revelou um procedimento técnico de bom alcance, em seus trabalhos de análise.

Também as questões nobiliárquicas deram a palavra aos genealogistas, em questões de títulos possuídos por elementos da nobreza. Curioso seria anotar que, enquanto na Alemanha eram as questões de Direito, especialmente Direito Eclesiástico, as mais frequentes e as mais discutidas, na França as discussões e pendências, eram à volta de coisas nobiliárquicas.

### “Guerras Diplomáticas”

Não obstante, mesmo considerando o caudal de trabalhos levados a cabo, teremos de dizer que nem sempre as discussões e as disputas se mantiveram no limite das conveniências. Em raros casos alcançaram a isenção e lisura que à ciência convém. Mesmo no domínio da História, apesar dos propósitos renovadores, o maior benefício que se alcançou foi pelo acúmulo de materiais — documentos — que se tornariam imprescindíveis na sua elaboração, mas, esses materiais acumulados, só tempos mais tarde lhe aproveitariam plena e convenientemente. É que, apesar de todo o exemplo analítico-documental, as diretrizes não eram ainda suficientemente seguras e muitas vezes a intuição substituiu a razão no dilucidar dos problemas. Não se havia,

ainda superado a fase empírica da análise ou exame de documentos. Os critérios de avaliação dependiam mais de convicções de ordem pessoal do que de princípios gerais estabelecidos, o que ocasionava as disputas mais renhidas, em alguns casos com tal violência, que os historiadores passaram a apelidá-las de guerras — “guerras diplomáticas”. — e que foram intensas em fins do século XVI e por mais de metade do século XVII. Isto pela ampliação, sempre maior, dos estudos filológicos e também históricos, prologamento das atividades dos humanistas; de seguida, pelas disputas, a maioria teológicas, devidas à Reforma e depois à Contra-Reforma, onde fatores de todas as ordens não foram esquecidos, incluídos os econômicos, os políticos e, mesmo, os doutrinários. O Concílio de Trento, ordenando a vida da Igreja, à margem das “heresias”, propiciou o rejuvenescimento das atividades literárias e artísticas e bem assim da historiografia, animada, então, de espírito crítico, ao colher dos documentos os fatos ocorridos, na substituição das lendas, mesmo que estivessem presentes ainda, as convicções de ordem pessoal, na análise documental, como acima referimos.

Era com essas disposições e convicções, a denotar ainda o procedimento empírico de muitas décadas, que um jesuíta, no labor editorial de ordem hagiográfica se empenhava em distinguir o lendário e o histórico na vida dos Santos, que ia editando. De nome Daniel de Papenbroeck, este padre estabeleceu a crítica documental — beirando de perto a ciência — entre os do seu grupo, no propósito meritório de depurar, da vida real dos canonizados, o

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 177-198, jul/dez.1978



que pertencia ao domínio do fantasioso. Do proceder crítico adotado não estavam alheados alguns pressupostos de ordem pessoal, que, de certa maneira, comprometiam aquela crítica. Por diversas razões, donde não estariam afastadas algumas influências, Papenbroeck considerava que os documentos seriam tanto menos dignos de fé quanto mais antigos fossem. Diga-se, de passagem, que esta fora a posição do papa Alexandre VII e talvez houvesse influenciado o jesuíta.<sup>6</sup> Marcado por este ângulo, aparece, em 1675, um trabalho do jesuíta que, fazendo restrições a documentos da época merovíngia, levantava dúvidas sobre o acervo documental de alguns arquivos eclesiásticos. Entre os diplomas postos em causa estava uma série publicada, meio século antes, referente à Abadia de São Dinis, de propriedade dos frades da ordem de São Bento.

## A Coisa Diplomática

Os beneditinos, à mesma que os jesuitas e desde o início do século, se dedicavam a trabalhos de busca de documentos, especialmente por intermédio dos “maurinos” — Congregação de São Mauro, cujo primeiro abade foi Tatische — que se empenhavam em estudos de muita intensidade crítica. Assim, já era imensa, pelo labor heurístico, a quantidade de documentos que destinaram a trabalhos de historiografia, patrologia e, tal como os jesuitas, hagiografia. O volume de colheitas não só causou a admiração dos contemporâneos. Também mereceu admiração e até encômios, de autores dos séculos seguintes.

Habitados ao trato com documentos, reagiram a insinuação de Papenbroeck e tomaram a disposição de responder ao “bolandista” — João Bolland, era cabeça do grupo em que Papenbroeck colaborava — designando um de seus irmãos, de maior erudição, para desfazer o equívoco, já que a Ordem inteira era atingida. Foi João Mabillon o indicado e, por seis anos, labutou, abnegadamente, valendo-se do fundo documental de vários arquivos eclesiásticos franceses, alemães, italianos, aos quais se deslocou em consecutivas viagens, que imaginamos fatigantes. O seu trabalho, paciente, metódico e, sobretudo objetivo, detinha características científicas. Teve a virtude de englobar todos os aspectos importantes que à ciência do documento — diploma — convém. E a austeridade, que usou, acabou denotando a probidade do autor, o que evitou discussões e disputas, tal a força persuasiva de suas conclusões. Em 1681 estava dado à estampa o que resultara de seu trabalho; a obra intitulava-se *De Re Diplomática*.

Depois de longo período de procedimentos ocasionais e empíricos, inaugurava-se aí a “ciência das fontes escritas”;<sup>7</sup> “a ciência que tratar da descrição e explicação da forma dos atos escritos”.<sup>20</sup>

O que acima fica nos dará a entender os caminhos percorridos e o tempo exigido, para que o “documento” fosse guindado à categoria de elemento válido e valioso, no processo que se subordina a uma cultura, onde cada passo é o tatear que dá segurança ao seguinte. O procedimento Diplomático, na sua fase empírica, ou após Mabillon, comporta, à volta dos documentos — diria-



mos de alguns documentos, melhor, os manuscritos — um trato que não será extensivo aos documentos de nossos dias. E nisso a nossa vantagem é enorme, já que, sobre documentos atuais, só em raros casos hão de pôr-se as questões, as indagações ou procedimento que terão de se adotar com os que nos vêm de idades transatas. Mas não restam dúvidas de que se hoje, temos, à simples vista, a autenticidade de um documento, isto se deve à chancelada do seu lugar de origem, que, pelos crivos de legislação existente dá a mínima possibilidade de adulterações. E nem evitaremos pensar que para chegar a essa segurança — mesmo assim frustrada algumas vezes — as disposições se foram tomando à custa de ensinamentos que o tempo deixou.

Ao falarmos assim, temos em mente os documentos escritos. Por estes se desenvolvem, nos dias de hoje, numerosos trabalhos que dão lugar a quantidade apreciável de técnicas e de ciências, cujo rol seria difícil enumerar. Um ou outras não têm outra finalidade que a de esclarecer algum aspecto particular que o documento diz respeito, objetivando-o, procurando uma ordem metódica para os elementos que destaca, a tornar claro o problema que levanta na preocupação de explicá-lo. As tarefas que os especialistas vão desenvolvendo, a cada dia, nos estabelecimentos próprios, sejam arquivos ou bibliotecas, depósitos ou museus, são o testemunho suficiente para o que dizemos. E o aprofundar ou minuciar das questões, testemunham, à mesma, as posições novas ou inovadoras, em lufadas de renovação que a cada dia arejam os conceitos que sobre os materiais armazenados se vão fixando.

Vimos falando de documentos *escritos*. Um conceito que ficou e imagem que perdurou, resultante, sem dúvida, do procedimento da Diplomática. O teor de ordem jurídica teve peso bastante já que ao sabor das disposições legais se havia de procurar a autenticidade do documento. De seguida às exigências da veracidade, averiguada nos escritos, que haviam de condizer com os fatos ocorridos, o que elucidava a História. E para o desempenho histórico foi de tão notável importância o documento que a mesma Diplomática foi dita, pelos autores, como “ciência auxiliar da História”. Não cremos que seja por que o documento haja de ser “propriedade” da História; mas, antes, por que esta, superada a fase narrativa ou a feição pragmática, como História Ciência não podia dispensar o documento.

### Entidades de cultura e recolha de documentação

Os modelos da História foram assim alterados e, em sua arquitetura estavam presentes elementos que a distanciaram das crônicas medievais, eliminando o fantasioso, num esforço honesto de torná-la objetiva, buscando a verdade dos fatos.

Garantia dessa verdade seriam as informações, também objetivas, contidas nos elementos à mão e estes só podiam ser os documentos coetâneos, ou os mais próximos, dos eventos passados. A História, pensava-se, era contida, inteira, nos documentos.

E no afã de se refazer o passado, para o conhecimento do qual não eram suficientes os relatos imaginosos, à maneira dos cronicões medievais e seus



seguidores renascentistas, mesmo os modernos, empreenderam-se trabalhos de recolha, por ações individuais ou coletivas de sociedades, institutos, academias que para esse fim se criaram.

Contribuindo diretamente para a elaboração da nova história - a dita história genética - essas entidades empenhavam-se, essencialmente, em tarefas de índole diplomática. Por todos os países os estudiosos levaram a termo exaustivos trabalhos de colheita, em labor heurístico de vulto. E as coleções organizadas foram a todos os títulos meritórias, já por que se sistematizaram e classificaram os elementos recolhidos; já por que se criaram estabelecimentos especiais para a formação de arquivistas e bibliotecários.

Assim, andando o século XIX, assiste-se à fundação da École de Chartes em França, do Instituto para a investigação da História Austríaca, da Sociedade de recolha das fontes da História Germânica, da Academia Portuguesa de História, além de muitas outras.

A Escola Alemã empreendeu a edição da coleção *Monumenta Germaniae Historica*, obra de grande vulto, famosa em todo o mundo culto e que serviu de exemplo às entidades afins nos diversos países, fosse em França ou Itália onde se fizeram publicações similares.

A Portugal serviu diretamente de modelo para a elaboração de *Portugaliae Monumenta Historica*, proposta de Alexandre Herculano à então Real Academia de Ciências de Lisboa. A divisão em quatro secções, do *Portugaliae Monumenta* bem nos dá a entender que havia uma preocupação classificatória dos documentos incluídos. São

essas secções: 1a.) Scriptores; 2a.) Leges et consuetudines; 3a.) Diplomata et Chartae; 4a.) Inquisitionis; obedecendo os diversos volumes à ordem cronológica.<sup>19</sup>

Desse procedimento dos diplomatas nos ficou a idéia e a imagem de documento — documento escrito como acima dizíamos, o elemento imprescindível à construção histórica e sem o qual a História não se faria — “porque nada supera os documentos: onde não há documentos não há história”<sup>20</sup> princípio assimilável e não desprezado pelos historiadores.

## Condições da História

O que demandou de tempo essa constatação nós o calculamos se partirmos das primeiras considerações e disposições de ordem diplomática (século XII) a que acima referimos. O que demandou de esforços talvez se intua pelas dificuldades levantadas, as quais a História haveria de vencer para se afirmar e traria discussões sem conta, posições as mais diversas, e argumentos dos mais desencontrados.

“A História se faz com documentos”. Este princípio carregava consigo a determinação de ciência. À época, o conceito de ciência englobava, na ordem teórica, o somatório de considerações que, desde a sua autonomia em relação à filosofia penosamente conquistada no século XVI, haviam sido expressas por todas as correntes filosóficas.

Não é aqui o lugar de comentar estas correntes ou sistemas que, da Idade Moderna e desde o Racionalismo, orientaram as indagações e susten-





taram posições. Mas não evitamos aludir ao Positivismo, no século XIX, na sua preocupação, por intermédio de seu fundador A. Comte, de, em última análise, reduzir a filosofia à classificação das ciências, no topo da qual se encontra a ciência de mais simples a Matemática; e no fim da escala, a Sociologia, cujo objeto seria o mais complexo.

Digamos que a Sociologia, como ciência, se deve ao positivismo e pelo seu pressuposto seria como que uma espécie de “física social”, a qual no estudo do comportamento das ações e reações da massa humana, não necessita de métodos diferentes dos adotados no estudo dos outros fenômenos da natureza.

As dificuldades dessa física-social, não deixariam os resultados que se haviam idealizado, mas a sociologia, começando por ser descritiva, se firmou sobre a estatística, não contrariando o proceder das ciências modernas — das ciências da natureza — no seu ideal de metrificacão ou mensurabilidade, na expressão exata das relações entre os fenômenos, o suficiente para a enunciaçã das leis.

O que a “lei” científica era, para essa época, de promessas para o homem, estará talvez expresso na euforia de que o cientismo foi possuído, a incluir na sua mundividência a certeza de uma explicação total do universo, sujeito a um determinismo cuja lei se havia de alcançar. Uma vez alcançada, não haveria mais incógnitas. E a ciência não só elucidaria o homem: traria também a sua felicidade plena.

Essa mentalidade e dessas esperanças vivia o homem do século XIX, o que foi registrado por cientistas e lite-

ratos. E neste ponto, nem esquecemos uma página de Eça de Queiroz, eivada de uma ironia perspicaz em *A Cidade e as Serras*, quando um personagem, o “príncipe”, viu transformada sua máxima à forma algébrica imaginada por Carlande: *Suma ciência X suma potência = suma felicidade*.

## “Modelo” da Ciência

Tal como as outras ciências — ciências naturais, tratando dos fatos da natureza — a Sociologia, ao tratar dos fatos sociais, não deixou de ser tomada por aquela euforia dos cientificistas e, apegada a princípios impregnados de Filosofia, que ia verberando, se julgaria a ciência suprema da qual todas as outras seriam subalternas.

Interessa-nos registrar que também a História, já que, em seu sentido restrito, é a ciência dos fatos sociais do passado.

No século XIX “como consequência do pensamento sociológico, dada a necessidade de criar-se um campo próprio, alguns autores chegaram a mostrar uma espécie de imperialismo sobre as disciplinas fronteiras... somente a Sociologia teria caráter científico e a História seria uma técnica auxiliar que a provia de materiais”.<sup>17</sup>

Não é de nosso interesse inventariar esse “imperialismo” da Sociologia, com pretensões que chegaram a nossos dias e que algures se manifestam ainda, por vezes disfarçado, por vezes ingênuo, bebendo, os conceitos inócuos das iniciais ambições dum século antes. Mas os sociólogos conscientes definiram sua posição, afirmando que, não obstante a sua importância, não haverá



de voltar “às pretensões imperialistas de suas origens nem querer reabsorver as ciências sociais particulares e a filosofia”.<sup>9</sup> Mais opiniões, de autores representativos, têm sido expendidas neste sentido.

Fato auspicioso foi para a História aquele pretencioso “imperialismo sociológico”. Teve o mérito de excitar o brio dos historiadores, que aceitaram o desafio.

Então ordenaram os seus conceitos, desdobraram suas idéias e mostraram as possibilidades da História, com obras de mérito e uma disposição de ordem teórica e metódica, que a não sujeitava a simples técnica de uma ciência nascente.

E dentro dos seus conceitos primeiros e dentre suas disposições inadiáveis, estava aquele princípio enunciado e de que demos notícia: “onde não há documentos não há história”.

A História se faz com documentos. É a partir deste postulado que se inicia a atividade da História científica, para a qual os mesmos documentos são a condição *sine qua non* da determinação rigorosa dos fatos, numa preocupação de paralelismo com as ciências da natureza, o “modelo” que se exigia para toda a ciência, nos idos do novecentos.

Isentamo-nos, agora, de fazer considerações sobre a subordinação a esse “modelo” de então, como nos isentamos de tecer comentários sobre isso que se designa de “fato”, cuja noção, não só na História, mas em todas as outras ciências, tem sido fonte de inúmeros equívocos.

O que dizemos, apenas, é que ao exigir-se o documento para a História

tinha-se como certo que a determinação do fato histórico só pelos documentos poderia alcançar-se. A partir deles, constatando o ocorrido, é que seria legítima a tentativa de tornar inteligível o processo histórico.

As atividades iniciadas neste ponto, nem estavam livres ainda dos conceitos que às ciências experimentais se agregavam, quando o labor maior destas é a busca das leis naturais, na redução do particular ao geral, ou do contingente ao necessário, explicando as relações entre os fenômenos. E a pergunta surgia, inevitavelmente: existem leis em História? E enquanto para alguns o processo histórico era um “processo natural” e o objetivo do historiador era o conhecimento das leis do desenvolvimento social, para muitos era ponto assente que não havia possibilidade da formulação dessas leis.

“O conceito de Lei Histórica é uma contradição nos termos”.<sup>18</sup> A dificuldade da Lei histórica insinuará como que uma oposição, sob o ponto de vista do método, às ciências naturais, do que resultava, naturalmente, uma forma de ser peculiar da História.

## A Hipótese Na Ciência

O parentesco entre ciência da natureza e ciência sociais é discutível e não há por que forçar estas a comportarem-se na sua investigação, como aquelas. Mas, em um ou outro campo, o pesquisador há de usar de expediente mental e recorrer a hipóteses, donde não estão alheias as relações entre fatos. Arquitetá-los, desde um ângulo de visão que os torne inteligíveis, não é vedado ao historiador.



A investigação, em qualquer domínio, não é, apenas, o somar dos fatos averiguados; sempre um elemento novo se lhe junta o que os leva a conceber por um prisma novo: “esse elemento novo que se lhe junta é o mental”.

Tal como nas outras ciências, hipótese é a “explicação provisória” em História. “Explicação antecipada”, a orientar o investigador em todos os passos, destinem-se estes à averiguação severa dos fatos, ou mesmo á construção da “síntese histórica”:

Entende-se que a hipótese é sempre uma “invenção” do estudioso, que podemos apelidar de “fantasiosa”. E essa fantasia” é válida, tanto nas ciências experimentais como na investigação histórica, sem que isso possa, em algum caso, significar que haja de aceitar-se qualquer arbítrio da parte do investigador.

Pelo lado do cientista da natureza as explicações hão de firmar-se no campo da realidade objetiva, da qual dão testemunho a multiplicidade de fatos que tem ao alcance e aos quais fatos e á qual realidade se há de cingir. Pelo lado do cientista social, do historiador, as explicações têm de conformar-se com a matéria prima de que dispõe — documentos ou fontes — e a sua atividades não poderá ultrapassar seu conteúdo, mas haverá de ser limitado pelo decorrer objetivo dos acontecimentos ou fatos da História. Quer isso dizer que as hipóteses — explicações provisórias — não poderão, pela sua parcela de fantasia, aliás permitida, ir além do conteúdo objetivo e objetivado pelas fontes.

Esta é a maneira de cercear a vontade ou opiniões particulares, por-

que a História, pretendendo-se ciência, é independente dessas vontades individuais ou opiniões particularizadas.

## Do Hipotético ao Real

A atividade de pesquisa científica, porém, tanto nas ciências experimentais como sociais, não pode ficar confinada não hipotético.

Há um outro passo em seus métodos e este é a verificação da hipótese que se constrói.

Diga-se, previamente, que o historiador não tem mais liberdade, ao gerar uma hipótese, com o fim de tornar inteligível o processo histórico, do que o pensador das ciências naturais.

Acrescente-se, entretanto, que este tem ao seu alcance a experimentação — a possibilidade de fazer repetir o fato, em alguns casos quantas vezes quiser — para a verificação da hipótese.

Ao historiador não é dada esta facilidade; não dispõe da vantagem da experimentação — o acontecimento histórico só se dá uma vez e não mais se repete — e, em geral, não observa diretamente o fato; assim as suas hipóteses só poderão ser verificadas, não experimentalmente, mas cotejando os documentos ao dispor, únicos testemunhos do fluir histórico. E para mais, o valor desses testemunhos, não é, em tantos casos, absoluto.

Entende-se então, que, não obstante todo o rigor e todas as disposições metódicas adotadas, a História não poderá alcançar o grau de certeza que alcançam as ciências ditas exatas ou experimentais.

Mas por essas disposições metódicas que a História científica vem exi-



gindo, poderá ver-se exagero na afirmação de Ernesto Renan, quando, no século passado, afirmava ser uma “cienciazinha conjectural”.

Certamente que as “verdades históricas serão só probabilidades” como havia afirmado Voltaire um século antes.

Neste ponto, porém, poderíamos perguntar com certo à vontade: E o que são as verdades científicas, senão possibilidades? Acaso a Ciência, alguma ciência, se apoia, confiadamente, na verdade absoluta, imutável, acabada?

## Dos Documentos Históricos

Nem havemos de alongar mais as considerações acima. Se foram extensas bastante, só tiveram a finalidade de expôr, in mesmo que sumariamente, a importância que o documento foi ganhando, numa ascensão lenta mas constante através dos tempos.

Esta ascensão, como pode depreender-se, resultou de várias tarefas e disposições, que acabaram desaguando, com maior ímpeto, no campo vasto de uma ciência, que, ao estruturar-se, exigiu a presença assídua do documento, como prova ou testemunho de suas asserções, removendo os prejuízos do fantasioso de alguma época, ou do imaginário de alguns setores.

Ficou dito que atividades diversas tiveram como centro de interesse esse elemento que se designa de documento e do qual guardamos a noção que a nossa cultura nos legou. Mas ficou exposto, também, ou ao menos insinuado, que seu peso maior resultou das proposições científicadoras da História, quando os pensadores cuidaram de torná-la objetiva, quanto possível, e

autônoma, sem peias de alguma espécie. Para nós é ponto assente que foi pelas disposições de ordem Histórica que a importância do documento se revelou e que foi por via da História que seu valor foi compreendido nos mais diversos campos. É que toda a ciência tem a sua conotação histórica; por isso, com maior ou menor constância, todas prezam o documento.

Documento não é mais que um elemento de informação. Sem querermos ser ambíguos, nem recorrer a jogo de palavras, diremos que “É” alguma coisa do que “FOI”; do que “foi” acontecido; que “foi” ocorrido; “foi” passado. Não há trocadilho ou propósito de gracejo naquilo que dizemos. “Traços deixados pelos pensamentos e ações dos homens” é definição que C. Langlois nos dá de documento.

March Bloch, por sua vez ao falar de testemunhos e sua diversidade e infinidade, dirá que é “tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo quanto pode e deve fornecer dados a seu respeito”.<sup>4</sup>

Tudo, então, deve e pode fornecer informações sobre o “homem no tempo”, objecto da História.

“Instrumento perfeito e deformador da verdade, mas o único à disposição para recuperar o passado, chama-se documento ou fonte a qualquer vestígio capaz de nos dar informações acerca de um fato ou acontecimento”, como diria outro autor.<sup>3</sup>

Neste autores, e mais se poderiam citar, nota-se a constância do conceito no que respeita a princípios, o que temos por essencial. O que varia é a designação, que havemos por acidental e sem afetar aqueles princípios, tomando-se por sinônimos *documento*, *teste-*



*munho, fonte, vestígio, traço.* Diverge o vocabulário, mas qualquer dos termos usados nem invalida a idéia de que todo e qualquer elemento que revele o pensamento ou ação do homem é documento. E aqui pode tomar-se no sentido mais amplo, englobando tudo o que possa oferecer outra designação, respeitada a condição de revelar o "homem no tempo". Exigência da História. Mas se algum óbice criou o vocabulário a referir "documento", esse resultou de um enfoque que se relacionava com a preocupação de ordem técnico-científica da classificação dos documentos. E classificações surgiram, no plural, preocupadas com a especificação, a mais clara possível, do material em mãos.

O que o homem pensa, toca, diz, escreve, em suma, tudo o que faz, ou fez, é revelado por variedade extensa de elementos. É documento, para a História, tanto é um pedaço de tecido, um fragmento de vidro ou cerâmica, uma lenda, um monumento, como um texto, ou um diário. Em alguns casos para aquelas classificações tinha importância bastante a origem, a forma, o conteúdo daqueles elementos.

Resumindo e seguindo Jean Glémisson, poderíamos dizer que, quanto à origem, os documentos podem apresentar-se como: *involuntários* sejam monumentos, vestígios arqueológicos, usos, ou costumes; ou como *voluntários*: memórias, crônicas, obras de historiografia, conhecidas, vulgarmente, por fontes narrativas. Se se referir a natureza dos testemunhos estes podem dizer-se: *imateriais*, como tradições, superstições, instituições, ou sejam os traços que, vindo do passado, perderam nos agrupamentos humanos; e

*materiais* tendo como exemplos os pirâmides egípcias, o Arco do Triunfo o Coliseu de Roma e toda a série de dados que seria impossível enumerar, como moedas, medalhas, utensílios, etc.

Em respeito, ainda, à natureza, reserva-se o nome propriamente de "documento" para os atos escritos em toda a sua variedade, sejam os manuscritos, os impressos, qualquer que seja a sua forma ou função<sup>8</sup>.

Bem de ver que, em qualquer classificação que se ensaie, seja qual for sua disposição, suas divisões, seus itens, há sempre a possibilidade de incluir os elementos que ao autor se apresentem como necessários.

Há que ver, porém, que, para cada época que se considere, os testemunhos usados serão diferentes, como para cada aspecto abordado os elementos não de ser diversos. A feição social de uma época obriga a recorrer a dados que serão dispensáveis na história política ou econômica. Daqui não se insinua que haja divórcio entre os vários setores históricos; ao contrário, se afirmaria que a história só se completa quando os diversos campos são abrangidos, ficando prejudicada se algum deles é excluído.

## Ensaio de Classificação do Documento Histórico

Mas não é viável uma relação exaustiva que abarque a totalidade dos documentos e disso adquirimos a convicção, quando ouvimos os autores afirmar que, tudo o que o homem "pensa ou toca, escreve, diz ou fabrica," é documento.



Guilherme Bauer nos diria que “se consideram fontes históricas propriamente ditas tudo o que até nós chegou como efeito cognoscível de fatos: a múmia de uma câmara sepulcral egípcia, os utensílios e enfeites, vestidos, armas, enquanto expressão de determinadas capacidades técnicas; costumes, festas, instituições legais, enquanto efeitos de certas concepções jurídicas e morais e todas as manifestações da via espiritual que nos foram transmitidas por meio da linguagem, escrita e representação plástica, tanto as que se referem a necessidades práticas, a assuntos

oficiais e jurídicos como as relativas à religião e à própria vida intelectual, tendo-se em conta desde as notas econômicas, calendários, códigos, documentos inscrições, atas, até sermões que foram escritos, exposições históricas, árvores genealógicas, memórias, diários, libelos e folhas soltas, periódicos, poesias, etc”. Em seguida, o autor nos afirma que “não se pode dar a enumeração detalhada de todas estas classes de fontes”, oferecendo um quadro resumo, com a advertência de que não tem a pretensão de ser completo, e que é o seguinte:

**Fontes Históricas em sentido amplo**

REALIDADES COMO TAIS		EXTERIORIZAÇÃO DESSAS REALIDADES
Fatos geográficos	Clima, situação	Limites, formas de estabelecimento
Fatos Corporais	constituição corporal, capacidade de resistência física	características da raça, deformidades típicas, restos de cadáveres.
Fatos da vida prática	Técnica, formas econômicas, formas de sepultamento	Desperdícios, utensílios, edifícios, sepulcros, vestidos, armas, moedas, selos, jóias, organização econômica.
Fatos de ordem volitiva	Moral, costumes, direito, opinião pública, Religião	Usos sociais, festas, instituições, leis, constituições, cultos, dogmas.
Fatos das Faculdades Intelectuais	Ciência. Arte	Linguagem, escrita, representação plásticas e tudo o transmitido por estas. Obras de arte. Bibliotecas.



Também elaborou um segundo quadro, este enunciando as fontes históricas em sentido restrito, constituído pelo que são manifestações orais, escritas (impressas) ou plásticas.

I — *Fontes transmitidas oralmente* :  
Lendas, provérbios, canções, contos, narrações, discursos.

II — *Fontes transmitidas por escrito*:  
1° — Que se referem à vida prática:

Fórmulas, receitas, escritos econômicos, calendários, livros de viagem, itinerários, nomes próprios e de lugares.

2° — Que se referem à ordem volitiva:

a): Lendas, provérbios, refrões, textos jurídicos, códigos.

b): Escritos sobre assuntos oficiais de conselhos, cortes, concílios, estatutos, livros de rendas eclesiásticas, registros penais, livros de gastos, notas estatísticas, atas administrativas, atas de relações internacionais, relatórios de embaixadores, atas de assuntos militares, ordens de batalha, partes de guerra, etc.

c): Escritos religiosos, litúrgicos, sermões, tratados, livros de fundações, penitenciais, cartas de indulgências.

3° — Que se referem à vida do espírito:

a)- Descrições históricas, inscrições históricas, árvores genealógicas, genealogias, crônicas, anais, biografias, obras históricas em geral.

b)-Fontes autobiográficas, memórias, diários, cartas.

c)-Meios especiais de expressão publicitária, libelos, folhas soltas, prognósticos, correspondências periódicas.

d)-Escritos artísticos-literários.

Catálogos de Bibliotecas.

e)-Escritos científicos.

III — *Fontes transmitidas por meio da representação plástica*:

1°- De conteúdo geográfico: mapas, planos de cidades, quadros de paisagens.

2°- *De conteúdo antropológico* — retratos.

3°- Que afetam a vida prática: reprodução de utensílios, vestidos, armas, moedas, escudos, películas cinematográficas, cartazes e anúncios.

4°- Representações plásticas de festas, sessões de tribunais, cultos, caricaturas.

Não obstante o vulto das fontes relacionadas, o autor está ciente de que não abarcou a totalidade, com o que não podemos deixar de concordar.

Tem interesse, porém, a classificação a que recorreu, ordenando os materiais indicados, sendo-nos dado ver que o mesmo material pode constar em mais de um item.

Mas nem nos alongamos por outras classificações que existem. As que citamos dão idéia da amplitude do problema, não só quanto à variedade de documentos, quanto à sua distribuição em esquemas ou quadros, onde cada espécie tenha um lugar. Assim se justifica, também, a diversidade de locais de recolha e guarda: arquivos, bibliotecas, museus, cada qual com vários setores, alas, secções, que são os depositários do imenso material de que se servem todos os ramos do saber. É claro que ao falarmos destes estabelecimentos, os designamos de maneira genérica. Não abordamos as especializações, quando cada um tem os seus



desdobramentos pelas especificações possíveis e que são inúmeras. Referíssemos o caso dos museus exemplificaríamos o que vamos dizendo, já que os determinativos se permitem em quantidade elevada: Museu de Arqueologia de Etnografia, de Folclore, de Biologia, de Imagem e Som, de Patologia, etc.

Destacando os documentos escritos, e somente havíamos de sublinhar que estes dão hoje lugar a diversas ciências e técnicas, as quais resultam da forma da escrita, enquanto esta depende do material que a suporta, que condiciona, por sua vez, os instrumentos que para a escrita se utilizam.

Dessas ciências, lembrando só as que têm por objeto as escritas antigas, citaríamos a Paleografia, com manuscritos em materiais de suporte brandos; a Epigrafia, escritas em materiais duros; Xilografia, escritas em madeira; Papirologia, escritas em papiro; Criptografia, escrita cifradas; deixamos de falar das escritas em moedas por ser uma parte, apenas, da Numismática; e também das escritas em selos, que fazem parte da Sifilografia ou Esfragística.

Elementos destas ciências fazem parte de museus, bibliotecas, arquivos e depósitos. Se houvéssimos de especificar, nos dariamos conta das dezenas, quiçá centenas de outras ciências e técnicas, que surgiram pelo estudo dos diversos elementos que se têm por documentos, testemunhos ou fontes.

Convém, porém, dizer, face ao estonteante número e variedade de elementos, que os mesmos demandam outros trabalhos para que possam ser aproveitados plenamente, trabalhos esses que, em muitos casos, se constituem em outras técnicas e outras ciências.

Ouçamos novamente Bauer: “Aquele que quer escavar uma tumba faz um poço, o que lhe permite ver sua disposição e construção, extraíndo o seu conteúdo. Porém, o fim último da escavação não se limita a que só descobrir de um monumento o veja, mas, antes, que seu resultado se guarde e se conserve o melhor possível num museu ou de qualquer outra forma e com isso se faça acessível a outros investigadores. O que é aplicável aos restos pré-históricos tem também aplicação às fontes transmitidas oralmente, por escrito ou plasticamente. E, em primeiro lugar, há que atender: 1) à determinação científica do achado; 2) à conservação técnica do objeto; 3) à sua acessibilidade, ou seja, multiplicar o conteúdo da fonte e, segundo as circunstâncias, também a forma da mesma.

Na determinação do achado trata-se de registrar com exatidão a existência; conteúdo e caracteres da fonte.

A conservação técnica é incumbência que está nos domínios das técnicas da Arquivística da Biblioteconomia e da Museologia.

Para a multiplicidade das fontes, quando se trata de fontes escritas ou impressas, ou de representações plásticas, a “edição” é a maneira de fazer acessível o fragmento”.

Nem havemos de entrar na matéria. *Mutatis mutandis*, o trabalho da Biblioteca comporta essas fases — e mais algumas — desde a aquisição à utilização da obra. Que o acervo de fontes, de algum estabelecimento, não apareceu ao acaso, é noção tão elementar que discutir seria deslocado. Que se há de manter uma ordem indispensável à fácil identificação é o que nos dá a garantia de que museus, bibliotecas,





depósitos ou arquivos, não são amontoados de testemunhos ou documentos. Aquela ordem é mantida à custa de disposições, que são técnicas, a que bibliotecários, arquivistas ou museólogos estão habitados. Fora dessa ordem seria impossível ao pesquisador, ao cientista ao simples leitor, a consulta da fonte que desejasse. Graças, porém, ao trabalho anônimo de extensa legião de pessoal dedicado, é simplificada, quanto à consulta das fontes que se pretendem.

Para essa simplificação ou facilidade estão diversos guias, elaborados em trabalho paciente, sem os quais seria extremamente penosa a busca do pesquisador.

No caso da História transcrevemos o que March Bloch escreveu sobre a questão: “Uma das tarefas mais difíceis com que se enfrenta o historiador é a de reunir os documentos que crê necessitar. Não o lograria sem a ajuda de diversos guias: inventários de arquivos e bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda a índole. Muitas vezes se estranha o tempo sacrificado por autênticos eruditos ao compor obras deste tipo... graças às horas investidas nestes trabalhos, que contém algum segredo atrativo... se ganhará tempo e se economizará muita energia”<sup>5</sup>.

Nós sabemos por experiência. OS bibliotecários o conhecem por seu mister e os vocábulos guias, índices, fichários, inventários, relações, catálogos, são as constantes de sua conversas profissionais. Evitaremos de falar.

### Trabalhos de Heurística

Estamos com March Bloch, quando diz que “uma das tarefas mais

difíceis para o historiador é a de reunir documentos que crê necessitar”.

Essa reunião resulta, necessariamente, de buscas efetuadas pelos locais onde os documentos ou fontes se guardam, com o auxílio do instrumental que se tem à disposição, sejam “repertórios de documentos ou repertórios bibliográficos”, para guardarmos a terminologia de Langlois.

Bem sabemos que, para a pesquisa científica, os meios de busca de fontes são hoje mais fáceis que ontem mas, à mesma, necessários. E não é pela narração das dificuldades encontradas que a Ciência progride; é antes pela solução dessas dificuldades. Falhas, que as há, se encontrarão em todos os lugares, mas ao longo do tempo se têm reduzido, mesmo que saibamos que não serão, alguma vez, totalmente sanadas.

Não obstante essas falhas e dificuldades o historiador sabe que “sem documentos não há História”.

Por isso a busca das fontes há de ser sua primeira tarefa. Sua reunião, anotações sobre as mesmas, aproveitamento ou rejeição, fazem parte dessa busca preliminar e que antecede a atividade científica. “Procurar e reunir os documentos é, pois, uma das principais partes do trabalho do historiador, a primeira, sem dúvida, do ponto de vista lógico. Na Alemanha deram-lhe o nome de Heurística”.<sup>12</sup>

Nós acrescentaríamos que não só do historiador. “Do ponto de vista lógico” a pesquisa, em qualquer ciência, há de ser antecedida desse “procurar e reunir”, que não é mais que Heurística e pela qual se fazem anotações, se adotam modelos, se afere da pertinência da fonte e de sua virtual utilização para o fim em vista.



O ponto de partida da História é sempre uma indagação. “O passado apresenta-se (ao historiador) como um vago fantasma, sem forma nem consistência; para o aprender é preciso encerrá-lo estreitamente numa rede de perguntas sem escapatória, obrigá-lo a confessar-se. Logicamente o processo de elaboração da história é desencadeado, não pela existência dos documentos, mas por uma diligência original — a “questão posta” — que se inscreve na escolha, na delimitação e na concepção do assunto”.<sup>14</sup>

Assim, o documento é o elemento que responde àquelas perguntas sobre o passado; passado que é a perspectiva inevitável da História e que, para o traçado da mesma, tem seus “pontos de fuga” nos documento. E nem o termo “perspectiva” representa aqui algum paradoxo.

“É documento toda a fonte de informação de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, encarado sob o ângulo da pergunta que lhe foi feita. É evidente que se torna impossível dizer onde começa e onde acaba o documento; a pouco e pouco a noção dilata-se e acaba por abarcar textos, monumentos, observações de toda a ordem”.<sup>15</sup>

## Ultrapassando a História

Bem podemos, então, afirmar da importância do documento para a História; melhor, da necessidade do mesmo para que esta exista. E bem podemos versar sobre a multiplicidade e variedade dos documentos, testemunhos, fontes ou provas. Provas, fontes ou testemunhos que podem não servir

só a essa disciplina, numa recíproca, parece que lógica, já que elementos de outras disciplinas são de utilidade para o historiador, sem referirmos, apenas, às chamadas “ciência auxiliares”.

Por isso, talvez, é que o documento, começando a revelar-se imprescindível para a História, houvesse adquirido importância tal, que — dissemos acima — dá hoje lugar a “dezenas”, quiçá centenas” de técnicas e mesmo ciências que cuidam, tratam e versam sobre documento, mas não só os destinados à História. Museus, Bibliotecas, Arquivos, em sentido geral ou específico, com seus desdobramentos — já o dissemos — bem nos dão a entender dessa importância.

Voltamos a dizer, repetindo, que toda a ciência tem a sua conotação histórica. Não sómente porque se possa considerar a ciência, qualquer ciência, sob o ponto de vista de sua história; não por isso. Mas por que todos os ramos do saber, hoje mais do que ontem, voltam a sua atenção para provas, testemunhos, documentos, que garantam ou confirmem as assertivas do cientista; também a servirem de ponto inicial de indagações que, num crescendo de disposições, por ampliação coerente de quadros e esquemas, proporcionem caminhos seguros, para conhecimentos certos.

Exemplificando, poderíamos referir a quantidade infindável de elementos, que se guardam em número apreciável de museus e que se constituem em provas, marcas, vestígios, fontes — digamos documentos — a testemunhar algum processo, a auxiliar o cientista nas teses que sustenta.

Assim o aerólito que se preserva no museu, que não só o geólogo analis-



ta, e do qual se averigua a composição, a liga, a densidade, a coloração e mais particularidades, que possam responder à indagações postas.

Da mesma forma o cálculo conservado no museu de patologia e que serve ao clínico de prova ou de indício, por isso de esclarecimento, sobre doenças ou acidentes renais.

O mesmo diriámos do maxilar, aparecido entre os restos ósseos dos astecas, de dentes conservados, com incrustações de material diversos, vistos no museus, por todos, mas que interessam particularmente ao onodontólogo ou ao estomalogista.

Os exemplos são incontáveis, como pode entender-se. Afirmamos que é por esses elementos, a servir de provas, testemunhos, que os museus, designados em sentido amplo ou restrito, tem a sua razão de existir.

Como diria Bauer, que acima citamos, "o fim último de um achado não é que só o descobridor o veja, mas que o

resultado se guarde e conserve, em Museu, ou de qualquer outra forma e com isso se faça acessível a outros investigadores."

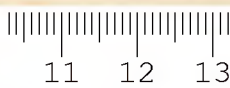
A sua conservação, naturalmente, é importante; mas torná-lo acessível, divulgando-o, é o passo para o exame crítico, sem o qual o achado ficaria inútil.

A maneira de divulgar ou noticiar os elementos existentes em determinado estabelecimento, obedece a disposição e técnica que os museólogos nos museus, arquivistas nos arquivos, bibliotecários nas bibliotecas, conhecem e aplicam, pelos materiais específicos à sua conta.

Importante, porém, salientar que, qualquer espécie de documento, dos diversos estabelecimentos, só será acessível ao pesquisador, quando os guias de várias feições (fichários, relações, catálogos, índices, etc.) — por sua vez também documentos — fazem constar esses elementos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BAUER, Guillermo. *Introducción al estudio de la Historia*. Trad. Luis de Valdeavellano. 3. ed. Barcelona, Bosch, 1957.
- 2 Id., *ibid.*, p.221-2.
- 3 BESSELAAR, José van den. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo, Herder, 1953.
- 4 BLOCH, March. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. 5. ed. Paris, Colin, 1964.
- 5 Id. *Ibid.*
- 6 CUMBRENO, A. Floriano. *Paleografia y Paleografia y Diplomatica españolas*. Oviedo, 1946, p.34.
- 7 Id., *ibid.*, p.220.
- 8 GLENISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961, p.137.
- 9 GURVITCH, George. *A vocação atual da Sociologia*. Paris, PUF, 1950, p.48.
- 10 LANDOLINI, *Elementi di Diplomatica*. Milão, 1926. Apud CUMBRENÔ, A. Floriano. *Paleografia...* p.3.
- 11 LANGLOIS, Charles \* SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. Trad. Laerte de Almeida Morais. São Paulo, Renascença, 1946, p.15.
- 12 Id. *ibid.*, p.16.
- 13 LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Ed. Braancamp Freire. Lisboa, 1915, p.339.
- 14 MARROU, Henri I. *Do conhecimento histórico*. 2.ed. Lisboa, Aster, s.d., p.53.
- 15 Id. *ibid.*, p.69-70.
- 16 NUNES, Eduardo B. *Varia Paleographica - maior ac minora*. Lisboa, 1973.



- 17 RAMA, Carlos. *Teoria da História*. Buenos Aires, Ed.Nova, 1959, p.48.
- 18 RICKERT, *Ciência cultural e ciência natural*. Buenos Aires, 1937.
- 19 RODRIGUES, M.Teresa Campos. *Portugaliae Monumenta Historica*. In: *Dicionário de História de Portugal e Brasil*. Lisboa, 1971, p.453.
- 20 TESSIER, Georges. *La Diplomatie*. Paris, PUF, 1952. (Que sai-je? 536).
- 21 TRITHEIM, João. *Opera historica*. Francfort, 1601. Apud CUMBRENÓ, A. Floriano, Paleografia..., p.31.



Exemplos de símbolos de sinalização usados durante as Olimpíadas de 68, no México, cujo grafismo caracterizam-nos como documentos específicos daquele evento.



# A reprografia nas bibliotecas e o direito autoral\*

May Brooking Negrão\*\*

*A questão do direito do autor, senhor, como todas questões de prudência civil, não é branca nem preta, mas cinza... com vantagens e desvantagens...  
Lord Macaulay<sup>1</sup>*

*A questão da reprodução de documentos face ao crescente uso de máquinas copiadoras e o direito do autor vem sendo objeto de preocupação constante dos interessados, autores, comitês nacionais e internacionais para a proteção do direito dos autores e bibliotecas. O problema se acentua em países desenvolvidos e aqui se apresentam soluções. Para os países em desenvolvimento aconselha-se um equilíbrio entre as partes, tendo em vista a informação como fator de desenvolvimento e o direito do autor à proteção de sua criação.*

## Origens do Problema

O direito do autor nasceu da difusão da reprodução de impressos, sendo um fruto da "Galáxia de Gutenberg". Entretanto, conforme citado por Beard, sua raiz pode ser encontrada na antiga lei judaica: "por esta causa, eis que venho contra esses profetas, diz o Senhor, que furtam minhas palavras cada um ao seu vizinho" (Jeremias, cap. 23, vers. 30)<sup>1</sup>, o que leva o autor citado a concluir que o direito do autor é mais um direito natural de propriedade que um privilégio concedido pelo Estado.

Com seus dois componentes do direito moral e do patrimonial<sup>2</sup>, o direito do autor desenvolveu-se no século passado e mais ainda no século atual, em relação à criação literária, devido à facilidade de copiar documentos, ofere-

\* Trabalho de pós-graduação apresentado ao Prof. Dr. Fábio de Matia, da disciplina Direito do Autor, em 1977.

\*\* Bibliotecária Diretora do Departamento de Bibliotecas Públicas da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Pós-graduanda em Ciências da Comunicação da ECA/USP.



cida pelas modernas máquinas reprográficas.

O termo “Reprografia” — reproduzir o que está gravado — teve seu uso mais difundido a partir de 1961, como título de um periódico alemão; o primeiro Congresso desta nova matéria realizou-se em Colonia, em 1963. A reprografia permite a economia de tempo na reprodução de documentos, acelerando o processo informativo. Considera-se reprodução, neste trabalho, a reprodução exata através de documento original impresso, por processos fotográficos (baseados na película de acetato e sais de prata), heliográficos (diazotipia), térmicos (Thermopha) e eletrostáticos (xerografia e outros).

Após o aparecimento de equipamentos econômicos, barateamento da cópia e divulgação das máquinas que utilizam processos eletrostáticos, a xerografia passou a ser largamente empregada nas bibliotecas para reprodução de material bibliográfico, tendo como vantagens imediatas a diminuição da mutilação de livros e a possibilidade de se substituir exemplares deteriorados de obras esgotadas ou que só são encontradas a preços exorbitantes. Na verdade, não só em relação ao aspecto da conservação de obras, apresenta vantagens, mas também em relação à disseminação da informação. Esta função básica, em relação ao direito do autor, traz um problema ao bibliotecário: respeitar os direitos do criador da obra literária face à legislação internacional e nacional quando, ao mesmo tempo, deve atender aos interesses dos usuários de bibliotecas, obedecendo à uma das leis básicas da biblioteconomia: “poupe o tempo do

leitor”. A utilização de processos reprográficos poupa o tempo que o leitor levaria para copiar um texto à mão, que é um direito reconhecido no Brasil desde 1917.<sup>3</sup>

Uma das funções da biblioteca e do bibliotecário é tornar disponível o conhecimento acumulado da humanidade para o público, seja através de livros ou de outros suportes do material gráfico (discos, fitas, vídeo fitas, etc.). O conhecimento e suas expressões são produzidos (livros, artigos, etc.) e, se conhecidos, ou seja, disseminados, atingem grande número de indivíduos, causando efeitos na sociedade e contribuindo para o desenvolvimento educativo, cultural, social e econômico dos países.<sup>8</sup>

A biblioteca colabora com o criador da obra, tornando-a conhecida através de sua divulgação e de seu uso. Novas idéias serão produzidas, principalmente se a obra for utilizada por estudiosos e pesquisadores. Estes, por sua vez, elaborarão novos produtos deste conhecimento acumulado, com crédito para os criadores das obras geradoras das novas idéias, como observa Edmond Jabés “O livro multiplica o livro”. Seria o caso de considerarmos se o interesse coletivo pelo uso de uma obra importaria limitações ao direito do autor.

Outro ponto a se considerar é que o público, na maior parte das vezes, necessita de parte de uma obra, de uma informação específica nela contida e o que se copia normalmente, em bibliotecas, é a forma onde as idéias do autor estão expressas. Não é, portanto, justo que se copie, numa biblioteca, parte de uma obra para um leitor quando este não precisa da obra total que geral-



mente tem um custo elevado.? O leitor pode então sentir-se estimulado pela leitura da cópia desta parte da obra e será por ela induzido à compra. Quase nunca se reproduz um obra completa, pois, o custo total de sua reprodução reprográfica é maior que o custo de sua aquisição.

Outro fator que afeta o serviço de uma biblioteca é a impossibilidade de conservar todo o conhecimento acumulado, todo o universo bibliográfico — 50 milhões de títulos já impressos mais a impressão anual de 100 milhões de páginas. Para sanar a impossibilidade de se ter tudo, o bibliotecário vem adotando a aquisição planejada, pela qual cada biblioteca de um sistema adquire determinadas obras e, através do empréstimo inter-bibliotecário, o usuário das bibliotecas deste sistema tem acesso a todas obras adquiridas pelo mesmo. Essa cooperação inter-bibliotecas ocasionou dois dos mais importantes casos jurídicos em relação à reprografia em bibliotecas e o direito do autor, na França e Estados Unidos, que exporemos oportunamente. Nos casos mencionados, as bibliotecas substituíam o empréstimo da publicação periódica pela remessa de cópias dos artigos solicitados.

Nos países em desenvolvimento, a certeza do bibliotecário é de que, comunicando, disseminando, promovendo e incrementando o uso da informação, servirá ao bem comum, à cultura e ao progresso. Sua incerteza é quanto ao problema que a legislação sobre o direito do autor traz ao impor limitações à divulgação das informações contidas nas obras através da reprografia, quando se considera o custo elevado das publicações, o baixo poder aquisi-

tivo da população e sua necessidade de informação. O interesse dos países em desenvolvimento, em relação à publicação e disseminação de obras, está expresso no anexo à Revisão de Paris (1971) da Convenção de Berna.

Em resumo, o bibliotecário tem como problema em relação à obra e ao público: a conservação, a utilização parcial das obras, o custo elevado das mesmas, a quantidade de material impresso desde o advento da imprensa, o interesse coletivo e o progresso e desenvolvimento da humanidade. Para servir ao usuário, adota como soluções: a aquisição planejada, o empréstimo inter-bibliotecas e a reprografia. Ao mesmo tempo, quanto ao autor: divulga sua obra, estimula a leitura, induz à compra e respeita seus direitos morais e patrimoniais. Às vezes, o interesse público e o direito do autor são conflitantes, apresentando problemas que têm sido largamente estudados por organismos internacionais, abordados e solucionados em países desenvolvidos, principalmente em relação a reprografia e a respeito da qual tentaremos dar uma visão genérica.

### Organismos internacionais

Na segunda metade do século XIX vários países se reuniram para adotar medidas visando à proteção das obras literárias e artísticas dos autores, surgindo a União Internacional para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas, — dirigida por um Secretariado — e que ajustou uma Convenção conhecida como de Berna, em 1886, e que vem sofrendo várias revisões, realizando-se a última reunião em Paris, 1971.

Com a resistência de alguns países aos princípios adotados pela Conven-



ção de Berna, a Unesco propôs outra convenção conhecida como Universal para a Proteção do Direito do Autor, ou Convenção de Genebra, realizada em 1952, que é administrada por uma Comissão Inter-Governamental, com sede na Unesco, em Paris.

Os sub comitês do "Comitê Inter-Governamental do Direito do Autor" e do "Comitê Executivo da União de Berna" realizaram reunião conjunta sobre a reprodução reprográfica de obras protegidas pelo direito do autor, em junho de 1975, na cidade de Washington, com representantes de 26 países membros das duas convenções e de sete associações não governamentais, para tratar do problema que já havia sido objeto de reunião do Grupo de Trabalho sobre reprodução reprográfica de obras protegidas pelo direito do autor, realizada em 1971, em Paris, sob os auspícios da UNESCO e da OMPI (Organização Mundial de Propriedade Intelectual).

Após várias declarações de caráter geral relativas à situação em cada um dos países representados, os participantes examinaram, descrevendo também o que ocorre nos diversos países, os seguintes pontos:

1. Métodos de remuneração e de regulamentação: sistemas contratuais, sistemas legais, compensação sobre o material.
2. Utilizadores da Reprografia: entidades sem fins lucrativos (bibliotecas, arquivos, centros de documentação, instituições públicas de pesquisa científica), estabelecimentos escolares; empresas comerciais; escritórios de administração pública.
3. Problemas especiais dos países em desenvolvimento.

O relatório da reunião foi publicado na *Revue du Droit d' Auteur* e a reunião foi objeto de vários artigos da imprensa especializada, mas não produziu resoluções concretas pois chegou-se a conclusão de que, como o problema não se apresentava da mesma maneira em todos os países, não se podia falar de uma solução a nível internacional, cabendo a cada país resolver o seu problema, adotando medidas que respeitando ambas Convenções, estabelecessem o que melhor se adaptasse ao seu desenvolvimento sócio-cultural.

Recomendou-se aos países, onde o uso de processos reprográficos é generalizado, que incrementassem o estabelecimento de mecanismos coletivos para exercer e administrar o direito à remuneração. Vários países já empregam sistemas de coleta de taxas sobre as cópias efetuadas. Descreveremos oportunamente alguns sistemas adotados.

### Países anglo-saxões

Nestes países, o direito do autor é conhecido como "copyright", ou seja, o direito de cópia, nascido no século XVI, na Inglaterra, com a criação do Stationer's Company, cujos membros tinham direito de "cop" (copiar e, ao mesmo tempo, coloquialmente, policiar) suas obras. O Estatuto da Rainha Ana, 1709, estabeleceu o direito autoral no conceito de que o Estado define os incentivos que serão dados para criar e publicar obras.

Uma das características peculiares a lei de copyright nos países anglo-saxões é doutrina do *fair use*, uso leal ou justo, a qual foi dada reconhecimento estatutário nos Estados Unidos, pela





nova lei de direito autorai, a PL 94-553/77, em substituição à lei de 1906. A doutrina do uso leai, já havia, anteriormente, sido incorporada à lei britânica.

Esta doutrina influencia sobremaneira a legislação sobre reprografia face ao direito do autor. O uso leai é uma limitação criada judicialmente aos direitos exclusivos do autor; é o privilégio que pessoas, não titulares do direito do autor, têm de usar a obra de maneira razoável, sem o consentimento do titular do direito.

As bases do uso leai, nos Estados Unidos, estão num parecer do procurador geral Story, em 1841, sobre o caso Folson e Marsh, referente à inclusão de 328 páginas de cartas de George Washington registradas no Copyright Office, num livro de 836 páginas: "quando se decide questões desta matéria, deve-se considerar a natureza e os objetivos das seleções feitas, a quantidade e o valor dos materiais selecionados e o grau em que seu uso prejudicará a venda, diminuirá os lucros ou anulará os objetivos do trabalho original".

Cohen, citado por Beard, considerou oito fatores que podem individualmente determinar se o uso é leai: tipo de uso envolvido, a intenção com que foi feito, seu efeito na obra original, a quantidade de trabalho desenvolvido por quem usou, o benefício que obteve, a natureza do trabalho, a quantidade de material usado e seu valor relativo.<sup>1</sup>

A doutrina do uso leai foi, talvez, o motivo que levou a Suprema Corte Americana, em 1975, a não tomar posição oficial no caso Williams and Wilkins, um dos mais conhecidos da literatura jurídica em relação ao direito

do autor, reprografia e bibliotecas. Antes de abordá-lo, descreveremos a situação em relação a estes três fatores, nos Estados Unidos.

Em 1935, houve um acordo em relação à reprografia entre o *Joint Committee on Materials for Research* e a *National Association of Book Publishers* pelo qual era permitido, nas bibliotecas, a fotocópia de parte de obras para fins de pesquisa, embora fosse proibida a cópia quando sua extensão substituisse a compra da obra. Esse acordo, chamado "Gentlemen's Agreement", foi a base do "Código de Reprografia" adotado em 1940 pela American Library Association (Associação de Bibliotecas Americanas) e das recomendações, em 1961, do *Joint Library Committee on Fair Use of Photocopying* que aconselhava a adoção pelas bibliotecas da política de preenchimento de um formulário para cada cópia única efetuada de uma obra ou parte dela. O acordo de 1940 foi um exemplo do que pode ser realizado por partes interessadas, sem necessidade de soluções ou conflitos legais quanto ao problema estudado, e que se repetiu em 1973, na Suécia.

Tal não aconteceu, em 1968, quando Williams and Wilkins, editora de revistas e livros médicos, processou o governo americano pelo fato de seus órgãos oficiais *National Institutes of Health* e *National Library of Medicine* terem infringido a lei do direito do autor, fornecendo regularmente uma única cópia de artigos de periódicos aos pesquisadores, cientistas e intelectuais que solicitassem artigos de seus interesses, em vez de emprestarem a obra em si. Essa política da National Library of Medicine de fornecer a có-



pia e não emprestar o fascículo, de uma revista, justifica-se pelo fato de que a obra deve estar sempre em disponibilidade na biblioteca para atender imediatamente a todos os pedidos chegados e pela necessidade da preservação da mais completa coleção de periódicos biomédicos nos Estados Unidos que não pode expor a extravios ou perdas eventuais, as obras colecionadas.

De um caso entre uma editora e o governo, o caso passou a ser encarado, como entre Editores vs. Bibliotecas, com imensas discussões e amplos debates entre associações de classes, chegando, após decisão favorável às bibliotecas pela U.S. Court of Claims, até a Corte Suprema. O caso foi concluído em 25 de fevereiro de 1975, com um empate de 4 a 4, a abstenção do Juiz Blackmun, e a sentença final: "O julgamento é confirmado por uma corte igualmente dividida" (The judgement is affirmed by an equally divided court). Assim, a Suprema Corte Americana não tomou posição oficial, nem expressou uma opinião que esclarecesse o problema, privando o caso de qualquer valor precedente em questões que viessem a ocorrer no futuro.

Entretanto, foi estabelecida, em 1977, a nova lei de direitos autorais, após vários anos de estudos, autorizados em 1965 pelo Congresso americano, e que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1978. Editores e bibliotecários tiveram participação ativa na elaboração da lei que utilizou recomendações da "United States National Commission on New Technological Uses of Copyrighted Works", que publicou em 1978, o relatório final de seus trabalhos. (CONTU) <sup>4</sup>

A nova lei, segundo FLACKS <sup>6</sup> é

bem flexível, o que a seu ver, embora dificulte sua interpretação, deixa margem ao uso do bom senso e imaginação <sup>6</sup>. Talvez seja este o motivo da mesma ser ainda objeto de tantos artigos nas revistas de biblioteconomia. Várias bibliotecas americanas têm regulamentado internamente os serviços reprográficos, tendo a American Library Association publicado um guia da lei. O escritório de registro de propriedade intelectual é o Copyright Office, órgão da biblioteca ao Congresso Americano que publica regularmente circulares sobre o direito do autor, sendo que R 21 reúne o texto, e as discussões sobre as mesmas, realizadas no Congresso e nas reuniões do CONTU <sup>5</sup>.

A nova lei dedica sua Seção 107 ao uso leal da Reprodução e a Seção 108 autoriza alguns tipos de reprodução em bibliotecas e arquivos, para fins de estudo, pesquisa, intercâmbio interbibliotecas e preservação, permitindo a reprodução de uma única cópia, sem pagamento de direitos, mas requerendo uma taxa para reprodução sistemática. O conceito de cópia única de um mesmo material, em ocasiões diferentes, tem como contrapartida o de reprodução sistemática de uma mesma obra, o que é proibido, como por exemplo, uma assinatura de periódico para uma biblioteca central, com a reprodução sistemática de artigos de revista para os usuários de uma ramal. Os trabalhos de cooperação interbibliotecas foram considerados assistemáticos, a menos que o número de cópias feitas substitua a compra de um livro ou a assinatura de um periódico. A Seção trata não só de reprodução de material bibliográfico, como também



de microformas, video tapes, registros sonoros.

Os bibliotecários e "infratores inocentes" não terão de pagar por danos estatutórios. A lei especifica um prazo de cinco anos para que seja feito um relatório baseado na opinião de editores, autores e representantes de usuários de bibliotecas e de bibliotecários, para demonstrar se a Seção 108, conseguiu manter um equilíbrio entre o direito dos criadores de uma obra e a necessidade dos usuários.

A Austrália publicou, em dezembro de 1976, um relatório da Comissão do Direito do autor sobre a Reprodução reprográfica, baseada nas seguintes premissas: em primeiro lugar, se a lei assegura aos titulares do direito do autor, direitos sobre suas obras, impõe-lhes a obrigação de satisfazer as exigências do público quanto as mesmas; em segundo lugar, se as cópias foram feitas em pequenas quantidades, quando não é economicamente possível cobrar uma remuneração pela cópia, o ato de reprodução não é considerado infração ao direito do autor<sup>9</sup>.

A Comissão ouviu vários representantes de titulares do direito do autor, de bibliotecas e de estabelecimentos de ensino que concordaram que a livre circulação da informação para fins de ensino e pesquisa tem um caráter de interesse público considerável e os interesses de cada titular do direito autoral deveriam ser encarados sob este ponto de vista.

O Comitê considerou também a doutrina do uso leal encarando como tal, a cópia de um único artigo de uma publicação periódica e a cópia de um capítulo ou 10% do número total de páginas de uma monografia.

R.bras. Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 199-209, jul/dez. 1978

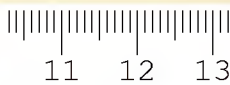
O empréstimo inter-bibliotecas também foi objeto de estudos da Comissão que concluiu que é permitido às bibliotecas copiarem uma obra inteira para uma outra biblioteca ou para um usuário, para fins de estudo e pesquisa, se o bibliotecário honestamente confirmar que é impossível a obtenção de um exemplar novo da obra sem grande demora, ou a um preço médio do mercado. Pelo mesmo motivo, a biblioteca pode copiar obra mutilada, deteriorada, perdida ou roubada. Se não houver microforma à venda de uma obra, a biblioteca pode microfilmá-la para fins de economia do espaço, se tenciona destruir o original.

Os países anglo-saxões, de maneira geral, adotando o princípio do uso leal, contrabalançam de modo justo o interesse público e o interesse dos titulares do direito autoral, permitindo a livre circulação da informação dentro de limites que não prejudiquem o direito patrimonial dos autores.

### Países da Europa Continental

Os países altamente desenvolvidos da Europa adotam sistemas de controle sobre as cópias fornecidas nas bibliotecas. Não abordaremos aqui em profundidade esses processos porque nos parece que para os países em desenvolvimento, como é o nosso caso, é prioritária a livre circulação de informação, tendo em vista, sua necessidade para fins de desenvolvimento. A tolerância, no momento atual, existente nos países anglo-saxões, através do uso leal, seria mais aplicável à América Latina e África.

Entretanto, citaremos as soluções adotadas na Suécia e Holanda e em



detalhes, outro célebre processo contra a instituição oficial, o Centro Nacional de La Recherche Scientifique (CNRS), na França.

Na Suécia, houve um acordo entre o Governo e 17 instituições e não uma lei de direito autoral. O acordo refere-se principalmente ao uso da reprodução para fins escolares tendo o Estado que pagar periodicamente uma taxa ao consórcio das 17 instituições signatárias do acordo e que é conhecido por BONUS<sup>2</sup>.

Na Holanda, a legislação do direito do autor de 1974 permite a reprodução de parte de livros, folhetos e partituras musicais, e a reprodução, na totalidade, de revistas e jornais para uso privado. Os serviços públicos e instituições públicas pagam uma taxa por página copiada, de U.S. \$0,04 e de U.S.\$0.01 para fins educacionais. É permitido a reprodução para empréstimo inter-bibliotecas de uma rede de bibliotecas, porém com o recolhimento de U.S.\$0.04 por página copiada, pela biblioteca fonte do empréstimo<sup>2</sup>.

Caso semelhante ao Williams Wilkins aconteceu na França, quando um editor e alguns autores de artigos científicos atacaram o Centre Nationale des Recherches Scientifiques (CNRS), por fornecer cópias de artigos de revistas de sua coleção, sem controle sobre o destinatário e sobre o número de cópias feitas, e do qual resultou uma das primeiras decisões judiciais sobre o problema, pelo Tribunal de Grande Instância de Paris, em 28 de novembro de 1974<sup>11</sup>.

O Artigo 41.2 da lei francesa de direito autoral declara que, após divulgação da obra, o autor não pode proibir cópia, reservada estritamente para

o uso comprovado do copista. O artigo implica em três condições que permitem a reprodução sem ferir o direito do autor: a) cópias ou reprodução material de obras, b) que deve ser efetuada pela pessoa que a utilizará, c) que deve ser utilizada estritamente para uso privado do copista e não deve ser destinada a uso coletivo. Estes três pontos foram objeto da acusação de violação da lei feita ao CNRS.

O primeiro ponto refere-se ao direito à cópia à mão ou à reprodução instantânea do original por processos mecânicos. A acusação era de que a cópia à mão difere da fotocópia, por ser esta integral e original prestando os mesmos serviços que o original; e sendo tecnicamente semelhante a uma impressão, deve ser considerada como documento impresso, substituindo a própria obra. O Tribunal considerou que os termos "cópia" e "reprodução" cobrem todos os métodos modernos de reprodução não tendo diferença a cópia à mão e a duplicação instantânea e perfeita do original por processos modernos.

Quanto ao segundo ponto, o Tribunal rejeitou a acusação, julgando que a qualidade de copista, sob o critério de "intervenção intelectual", fora atribuída ao usuário do CNRS.

O terceiro ponto — uso privado e não coletivo das reproduções — possibilitou ganho de causa aos acusadores do CNRS. Este, autorizado por sua legislação a realizar, promover e incrementar pesquisas científicas, entrega fotocópias de suas coleções de periódicos a qualquer pessoa que tenha a qualidade de pesquisador, seja um particular, uma administração pública ou diretor de uma empresa. O Tribunal



observou que, além da pesquisa poder ser coletiva, o círculo de pessoas ao qual o CNRS fornece cópia é relativamente extenso, em conflito com a proibição de uso coletivo. O CNRS foi repreendido pelos juizes, por fornecer cópias a indivíduos sem exigir provas de sua capacidade como pesquisador e foi também acusado de distribuição incontrolada, o que equivale a uma disseminação pública de reproduções de obras protegidas, em sua possessão, sem autorização dos titulares do direito do autor.

Schimidt<sup>11</sup> critica a decisão do Tribunal, por ter este se utilizado de um critério baseado na qualidade do pesquisador; considera que o Tribunal de Grande Instância criou uma nova exceção ao direito de reprodução — a cópia para fins de pesquisa científica — e pressupõe que os autores que hoje se sacrificam pela ciência, amanhã podem se sacrificar pelo ensino e cultura. <sup>11</sup> Não nos cabe aqui criticar a legislação, mas o autor do artigo, por sua visão imediatista da matéria, tão diferente da solução australiana, como também por sua solução para o problema — o sistema de contratos coletivos em que as instituições que se utilizam de processos reprográficos para copiar obras de suas coleções pagariam uma cota a um órgão central representativo de editores e autores em troca da autorização de reproduzir fotocópia ou microfilme.

Na Bibliothèque Publique d'Information do Centres Georges Pompidou, em Paris, as máquinas copiadoras de material bibliográfico e de dispositivos tem no visor, onde é colocada a obra a ser reproduzida, um risco transversal que faz com que todas cópias saiam

raiadadas, como medida de proteção ao direito do autor.

## A legislação brasileira

O direito de cópia à mão, de uma obra qualquer, não destinada à venda, é reconhecida pelo Código Civil Brasileiro de 1917, no art. 666, ítem VI.

A recente lei de direito do autor, 5988, de 1973, no seu art. 4º, IV, define “reprodução” como cópia de obra literária científica ou artística e no ítem II do seu artigo 49 estabelece que não considera ofensa aos direitos do autor a “reprodução em um só exemplar, de qualquer obra, contanto que não se destine à utilização com intuito de lucro”, não tratando dos problemas atuais em relação à obra gráfica, advindos do uso da reprografia, embora nos seus artigos 29 a 30 estabeleça que cabe ao autor autorizar a utilização ou fruição da obra por terceiros, no todo ou em parte. Com a expressão “assim como” são enumerados, as formas de utilização: edição, tradução, adaptação e comunicação ao público.<sup>3</sup>

O Brasil, sendo signatário das Convenções de Berna e Genebra, acata duas disposições importantes relativas à permissão de reprodução ou cópia: de notícias do dia, ocorrências com caráter de simples informação de imprensa (artigo 2º, ítem 8), e em casos especiais, quando a reprodução não afeta a “exploração normal da obra nem cause prejuízo injustificado aos interesses legítimos do autor” (artigo 9º).

Entretanto, não foram tratados na Lei os problemas trazidos pela reprografia em relação ao direito autoral e a obra gráfica, apesar de já em 1973 haver uma grande difusão do uso de



máquinas copiadoras. Se o problema não foi abordado especialmente em relação à biblioteca como o foi na recente Lei Americana, é porque a cópia única em bibliotecas, de parte da obra — o que acontece mais frequentemente, e sua utilização para fins educacionais, culturais e educativos, por um único indivíduo, sem visar lucros, não vinha prejudicando os interesses dos titulares do direito do autor. Pelos artigos 116-117 da Lei, entende-se que caberá ao Conselho Nacional de Direito Autoral, dentro das atribuições previstas pelos referidos artigos, esclarecer os casos omissos da lei, inclusive os relativos aos processos reprográficos face ao direito do autor.

### Conclusão

Para a elaboração do trabalho foram consultadas algumas revistas especializadas em direito autoral e também artigos citados nos índices das revistas especializadas em biblioteconomia e ciência da Informação. As revistas americanas como *Library Journal*, *Wilson Library Bulletin*, *Special Libraries* traziam inúmeros artigos sobre o caso Williams and Wilkins contra National Library of Medicine e sobre a polêmica estabelecida entre editores e bibliotecários quanto às minutas da nova lei de copyright e os trabalhos de CONTU relativos à reprodução reprográfica e bibliotecas. É interessante notar como o mesmo assunto direito autoral é tratado sob pontos de vistas diferentes nas revistas especializadas em direito autoral e em biblioteconomia.

Concluimos então pela consulta à bibliografia que:

1. A tendência das convenções internacionais é de considerar que o

problema de reprodução reprográfica deve ser resolvido a nível nacional, respeitadas as condições únicas de cada país: tamanho, complexidade de organização política, sistemas de informação e sistemas educacionais, condições sócio-econômicas, controle governamental do direito do autor ou controle provado do mesmo, homogeneidade de língua e outros. O problema de controle é maior em países tecnologicamente avançados, com grande utilização de máquinas copiadoras, inclusive com sistema de auto-serviço.

2. Nos países em desenvolvimento, o direito do autor está sendo estudado tendo em vista o direito à informação com fins de desenvolvimento, ou seja, o uso da reprodução tendo em vista o interesse coletivo, procurando-se um equilíbrio entre o direito de informação da sociedade e os direitos dos titulares do direito autoral.

3. A explosão dos meios de reprodução foi mais rápida que a legislação do direito do autor.

4. A publicação periódica está mais ameaçada que a monografia. A indústria de publicação de periódicos especializados é mais vulnerável aos problemas advindos da utilização não remunerada do que a editoração de livros, pois a revista especializada, para sobreviver, depende de assinaturas e de anúncios sendo portanto mais afetada pela falta de circulação (Os casos da National Library of Medicine e do CNRS foram provocados pela cópia de revistas especializadas).

Iniciamos o trabalho com uma citação de Macaulay em que a questão é considerada cinza, trazendo vantagens e desvantagens para as partes interessadas, no caso o usuário de



bibliotecas, escritores e editores protegidos pela legislação do direito autoral.

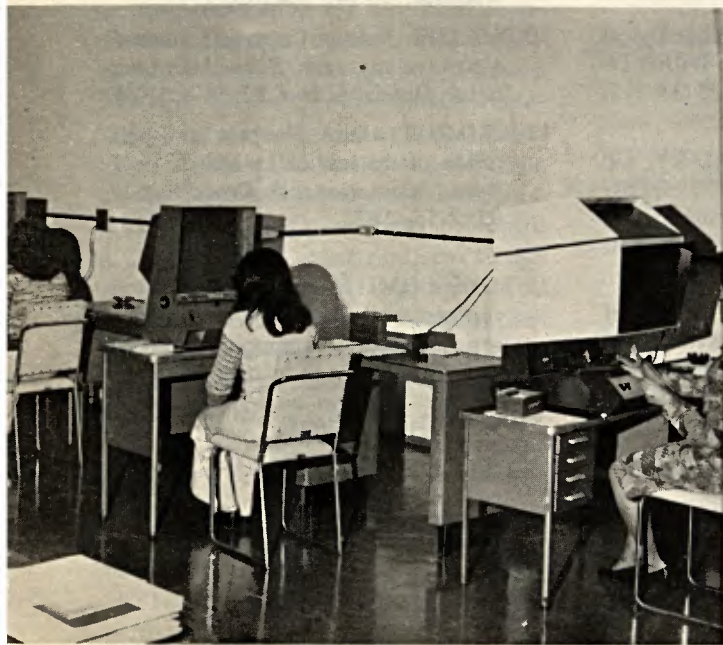
Havendo compreensão entre as partes, para evitar polêmicas que só as prejudicam, pode-se chegar a um equilíbrio entre os direitos do criador e as necessidades de reprodução de suas obras. A proteção para encorajar a criatividade intelectual, incrementa a

produção literária e conseqüentemente aumenta a quantidade de informação a ser disseminada.

A informação é uma necessidade específica do usuário de bibliotecas, que pode ser imediatamente atendido pela reprografia do material onde está contida a informação.

- 1 BEARD, Joseph, J. The copyright issue. *Annal. Review of Information, Science and Technology*, New York, 9: 381-411, 1974.
- 2 BENJAMIN, Curtis J. Regulation of photocopy: a world wide quandary. *Libray Journal*, New York, 100 (15): 481-3, sep. 1, 1975.
- 3 BRASIL. Leis, decretos, etc. *Consolidação das leis sobre direitos autorais*. Rio de Janeiro, Auriverde, 1976.
- 4 COMMISSION on New Technological uses of copyrighted works. *Wilson Library Bulletin*, New York, 51 (3): 215, nov., 1976.
- 5 ESTADOS UNIDOS. LIBRARY OF CONCGRESS COPYRIGHT OFFICE. R eproduction of copyrighted works by educators and librarians. Circular R 21, 1978.
- 6 FLACKS, Lewis I. Living in the gap of ambiguity: an attorney's advice to librarians on the copyright Law. *American Libraries*, Chicago, 8 (5): 252-7, May 1977.
- 7 MATTIA, Fábio Maria de. *O autor e o editor na obra gráfica: direitos e deveres*. São Paulo, Saraiva, 1975.
- 8 MCQUEEN, David. Copyright. *Candadian Libray Journal*, Ottawa, 32 (6): 433-49, 1975.
- 9 PEARCE, D.C. Rapport de la Comission Australienne du droit d'auteur sur la reproduction reprographique. *Le droit d'Auteur*, 90 (4): 96-100, 1977.
- 10 PHILLIPS, Jeremy. Copyright: towards a positive approach. *Révue International du Droit d'Auteur*, 82: 51-6, 1974.
- 11 SCHMIDT, André. The case law application of the law of 11 March 1975. *Révue International du Droi d'Auteur*, 85: 2-15, 1975.
- 12 SOUS COMITÉ du Comité Intergouvernmental du droit d'auteur sur la reproduction reprographique d'oeuvres protégées par le droit d'auteur. Rapport. *Bulletin du Droit d'Auteur*, 9: 2/3, 17-49, 1975.





Biblioteca do IPEN/USP: sala de leitura de microformas e salão de leitura da ala central





# Sistema integrado de automação de processos técnicos\*

Terezine Arantes Ferraz\*\*

*Descrição do sistema de automação das rotinas de aquisição, de processos técnicos e de empréstimo utilizado pela biblioteca do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares de São Paulo (IPEN). Revisão dos problemas e dificuldades encontrados na fase de implantação, resultados finais, com ênfase nos recursos e facilidades que o sistema oferece.*



Este trabalho pretende dar uma visão do sistema de automação utilizado na área de processos técnicos da Divisão de Informação e Documentação Científicas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares de São Paulo.

Objetiva fornecer uma visão geral da estrutura do sistema e do que representa, em termos de tempo e recursos humanos, a implantação de um sistema automatizado, considerando a extensão e as características da coleção dessa biblioteca.

## O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)

O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares é uma entidade dedicada à

\*Resumo, preparado por Regina C. F. Castro da Equipe Técnica da DIDC, do trabalho de FERRAZ, T. A. et alii. O sistema de processamento de dados utilizado pela Divisão de Informação e Documentação Científicas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. São Paulo, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, 1979. Publicado na série "Informação IPEN".

\*\*Diretora da DIDC

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 211-220, jul/dez.1978

211



Digitalizado  
gentilmente por:



pesquisa e aplicações pacíficas das várias formas de energia, inclusive a nuclear, abrangendo também áreas do conhecimento básico: física, química, engenharia, medicina etc.

Com uma área de 478.000m<sup>2</sup> dos quais 65.000m<sup>2</sup> construídos o IPEN abriga cerca de 1000 pesquisadores, muitos deles estudantes de cursos de especialização e pós-graduação (mestrado e doutorado) promovidos pelo próprio Instituto.

### A Divisão de Informação e Documentação Científicas (DIDC)

A criação da biblioteca cuja denominação atual é Divisão de Informação e Documentação Científicas, DIDC, ocorreu em 1956, no mesmo ano da fundação do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares.

Em fins de 1972, foi iniciada uma revisão total da estrutura organizacional, administração e organização da DIDC. O objetivo visado era dotar a DIDC de novos serviços e atividades, para que servisse de apoio ao desenvolvimento do programa técnico-científico do IPEN.

As atividades de processamento técnico constituíram as primeiras a serem reformuladas e os estudos sobre a viabilidade de automação dessas atividades foram reativados.

A DIDC conta, no momento, com um grupo de 16 bibliotecários, incluindo chefias e diretoria, e com 14 auxiliares. Ocupa uma área de 1795 m<sup>2</sup> dos quais 1333 são destinados ao Salão de Leitura e saletas individuais de estudo.

O acervo da DIDC é constituído de cerca de: 15.000 livros, 230.000

relatórios em microficha e 38.000 relatórios em formato convencional, 1561 títulos de periódicos dos quais 763 são correntes e de 2079 folhetos.

As atividades da DIDC estão concentradas em três áreas, a saber: processamento, informação e documentação. São oferecidos os seguintes serviços aos usuários: serviços gerais de informação e referência, levantamentos bibliográficos retrospectivos e correntes, automatizados e manuais, disseminação seletiva da informação, empréstimos a domicílio e inter-bibliotecas, cursos de pesquisa bibliográfica e orientação individual sobre o uso da biblioteca, seus serviços e coleções, serviços de reprodução, saletas individuais de estudo, aparelhos de leitura e ampliação de microfichas.

No momento, a DIDC edita quatro publicações correntes: Boletim da Biblioteca, boletim bibliográfico de novas aquisições; *Sumários de Energia Nuclear*, reprodução das tabelas de conteúdo de títulos selecionados; Scientific and Technical Papers, bibliografia analítica que registra os trabalhos publicados pelo corpo técnico-científico do IPEN e a *Lista de Publicações Periódicas Correntes Recebidas por Compra, Permuta ou Doação*, tipo índice KWIC.

### 3 Processamento Técnico automatizado

Em 1968, quando se começou a considerar a necessidade de automação dos processos técnicos da DIDC, decidiu-se adotar o sistema utilizado na biblioteca do Centro de Processamento da Informação Científica (CETIS) em Ispra, Itália — o *Integrated Library System, ILS*.



A filosofia do sistema, que o próprio nome traduz, é integrar os serviços da biblioteca desde a aquisição, processos técnicos, até à circulação e informação. Essa integração se dá na medida em que uma única folha de entrada de dados permite os vários tipos de saída e acesso ao sistema.

### 3.1 Fase de estudos/testes

O sistema *ILS* foi trazido ao IPEN em 1968, mas até 1972 nada se fez sobre automação da DIDC. Em fins de 1972, os estudos para automação começaram a se efetivar.

Nessa época, o material que a DIDC dispunha sobre o sistema *ILS* reduzia-se a informações contidas em dois documentos que descreviam de maneira genérica o sistema idealizado em Ispra.<sup>1,2</sup>

Constatou-se a inexistência de um código especial de catalogação descritiva necessário ao preenchimento das folhas de entrada (Fs. E) que apenas em fins de 1972 chegou à DIDC.<sup>3</sup>

Desde o início dos estudos, vários problemas para adoção do sistema foram constatados devido às diferentes características da biblioteca de Ispra e da DIDC. Por exemplo, em Ispra adotava-se o esquema de classificação da EURATOM, que foi considerado pela DIDC totalmente inadequado à coleção bibliográfica que se pretendia automatizar. Além disso, o sistema original de Ispra previa localização fixa do material bibliográfico, o que contrariava o tipo livre acesso às estantes prevalente na DIDC.

Esses e outros problemas ensejaram prolongados estudos e adaptações dos programas e das normas de entra-

da de dados (*input*) pelas equipes do CPD e da DIDC.

Paralelamente a esses estudos, os bibliotecários deram início ao programa de aprimoramento dos seus conhecimentos básicos de matemática, física e química. Tal programa foi considerado indispensável ao desempenho eficiente desses profissionais.

Em 1973, deu-se início ao preenchimento das Fs.E. em fase experimental. Decidiu-se que a primeira coleção a ser reprocessada seria a de livros. Os campos referentes à indexação e classificação ficavam vagos, pois a questão de escolha do sistema de classificação a ser adotado continuava em estudo.

Adotou-se, posteriormente, a Classificação Decimal Universal (*CDU*) e a expansão da classe 62 para tecnologia nuclear para fins de localização do material nas estantes e as *charts* e o *Thesaurus* do *INIS* para indexação.

A perfuração dos dados era feita com equipamentos *Flexowriter* e as fitas resultantes eram posteriormente encaminhadas ao CPD.

De abril de 1973, data da 1ª remessa de Fs.E ao CPD, a fevereiro de 1975, vários testes e análises foram efetuados de forma a atender a todas as exigências do serviços da DIDC. Algumas alterações introduzidas no programa foram idealizadas pela DIDC e não estavam previstas no sistema original. É o caso, por exemplo, da apresentação do *Subject Catalogue* e a introdução de um *Subject Index*.

Finalmente, em fevereiro de 1975, foi encaminhada ao CPD a primeira fita considerada decididamente definitiva (D).

É oportuno lembrar que o período decorrido entre o início dos estudos



(novembro de 1972) até a data inicial da implantação do ILS, marcada pelo envio da primeira fita ao CPD (fevereiro de 1975), poderia ter sido reduzido, não fossem os percalços que acompanham tais projetos, chegando a constituir, quase que invariavelmente, características inerentes aos mesmos.

Nessa ocasião, estimava-se que em 24 meses a coleção de livros estivesse reprocessada (cerca de 14.000 volumes na época).

### 3.2 Fase de implantação

O reprocessamento da coleção existente, cujo início "definitivo" se deu em fevereiro de 1975, foi concluído em outubro de 1978.

O prazo previsto para o término do reprocessamento foi muito comprometido por fatores que devem ser mencionados para que a experiência da DIDC possa beneficiar colegas que estejam cogitando automatizar os processos técnicos de suas bibliotecas.

Em grau decrescente de importância, o primeiro fator a ser considerado foi o próprio programa que, por ser desconhecido tanto dos técnicos do CPD como dos da DIDC, obrigou ambas as equipes a dispenderem tempo precioso na fase de estudos/testes.

Em segundo lugar, as exigências da DIDC, em relação aos resultados obtidos pelo programa original de Ispra, divergiam da biblioteca do CETIS, o que obrigou a equipe do CPD a introduzir alterações no programa original. Essas alterações, conforme opinião de um dos idealizadores do programa ILS que visitou o IPEN na fase de implantação do mesmo, contribuíram para enriquecimento do programa original, tornando-o mais compatível

com a concepção brasileira (americana) de biblioteca especializada.

Um terceiro elemento, esse de capital importância, foi a falta de conhecimentos básicos nas áreas de física, química e matemática por parte dos bibliotecários (característica quase sempre presente na formação do bibliotecário brasileiro), necessários para a indexação dos documentos. A exigência de aquisição desses conhecimentos e o treinamento requerido nas técnicas especiais de catalogação (preenchimento das Fs. E.), constituiu fator decisivo no alongamento da fase de implantação.

Um quarto elemento, que não pode passar sem menção, é o fato de que por mais de um ano a unidade bibliográfica era submetida a dois processos técnicos diferentes. Havia ficado decidido que até a ocasião em que o sistema fosse considerado confiável, a catalogação seria feita tradicionalmente e também de acordo com o sistema ILS, o que causava um duplo envolvimento de tempo.

Outro elemento cuja importância não pode ser subestimada foi decorrente do sistema, que prevê tratamentos diferentes para o material a ser reprocessado (*backlog*) e o material a ser adquirido (*order*).

Decidiu-se tratar a unidade recém adquirida como *backlog*, vez que o programa de aquisição (*order*) seria estudado posteriormente. Essa decisão, evidentemente, não permitia que o número de unidades *backlog* decrescesse na proporção das unidades reprocessadas, pois as novas aquisições não estavam sendo tratadas como *order*, como deveriam ser.

Para completar a lista de fatores



que dificultaram e retardaram a implantação do ILS há que se mencionar: a complementação das notas contidas nas apostilas do sistema, que eram pouco detalhadas e elucidativas; e a rotatividade dos bibliotecários do IPEN, ocasionada por motivos que escapam ao interesse deste documento. Não se estaria errando muito se se dissesse que, em média, três bibliotecários têm se envolvido regularmente com o ILS, compreendidas as fases de entrada, análise e correção.

### 3.3 Descrição genérica do sistema ILS

O ILS foi concebido de forma a eliminar, senão todas, pelo menos boa parte das tarefas e operações manuais repetitivas de uma biblioteca, no que se refere às quatro atividades básicas:

- aquisição
- processos técnicos
- circulação
- informação

Para fins do processamento técnico, as publicações são agrupadas em "tipos" de acordo com sua natureza, daí resultando a forma como serão tratadas pelo sistema e, posteriormente, representadas nos vários catálogos.

Para aquisição, o sistema prevê várias modalidades, como: pedido avulso, assinatura, pedido global, permuta, doação, etc.

O sistema prevê a extração de várias listas e catálogos:

#### Listas Bibliográficas

- Listas para fins de aquisição
- Listas para fins contábeis
- Listas para procedimentos de empréstimo
- Estatísticas.

#### Catálogos

— *Main Catalogue*, catálogo de autor e título, ordenado numa única ordem alfabética.

*Subject Catalogue*, ordenado alfabeticamente de acordo com as 61 grandes categorias do assunto constantes do *INIS Charts* (1ª hierarquia); sob estas, ainda em ordem alfabética, aparecem os descritores extraídos do *Thesaurus INIS* (2ª e 3ª hierarquia). Dentro das hierarquias, os livros são ordenados em ordem decrescente de data.

— *Subject Index*, ordenado alfabeticamente pelos descritores, evidenciando as hierarquias com artifícios tipográficos: 1ª hierarquia, caixa alta, negrito; 2ª, caixa alta; e 3ª, caixa alta e baixa.

— *Conference Catalogue*, separado por título da conferência, local e data.

— *Monographical Series Catalogue*, ordenado alfabeticamente pelo título da série e dentro desta, ordem crescente do número dos volumes.

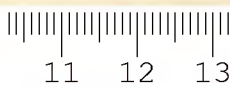
— *Corporate Author Catalogue*, ordem alfabética pelas entidades e, sob estas ordem alfabética de títulos das obras.

*Shelf List/Working Catalogue*, catálogo topográfico, ordenado pela classificação CDU

— *Accecion List*, lista de publicações recém adquiridas

\* Os títulos dos catálogos e listas foram conservados em inglês, até o momento

\*\* O *Order*, tanto de livros como de periódicos, deverá ser implantado até o final do 1º semestre de 1979.



- *Periodicals Catalogue*, ordenado alfabeticamente, contém a transcrição da coleção.
- *Special Information List for determined Subjects*\*\*\*, divulga informação sobre publicações recém chegadas por assunto.

### 3.3.1 A entrada de dados (input)

Devido à natureza variada das publicações e a conseqüente variedade de problemas daí resultantes, para fins de processamento pelo sistema *ILS*, as publicações foram agrupadas em “tipos”, conforme suas características principais:

- M - Monografias
- MS - Séries monográficas
- P - Periódicos
- PS - Séries periódicas
- R - Relatórios
- OP - Opus
- T - Teses
- PM - Panfletos
- A - Analíticas

Os “Tipos” de publicação são os tradicionalmente conhecidos dos bibliotecários; o tipo “A” (analítica) tem no sistema *ILS* a mesma conotação da catalogação tradicional e, da mesma forma, conserva o número de chamada da publicação da qual se originou. O tipo *Opus* compreende publicações de caráter monográfico, divididas em vários volumes, com títulos próprios.

Cada um desses tipos requer um processamento especial, não necessário, obrigatoriamente, aos demais tipos.

Na fase de aquisição, por exemplo, o procedimento para o pedido (*order*), recebimento (*arrival*) e paga-

mento para uma publicação periódica difere daquele dispensado a uma monografia. A fase de catalogação também exige registros bibliográficos diferentes, de forma que as unidades cujas características se enquadram num determinado “tipo” apareçam caracterizadas como tal nos diferentes catálogos.

#### 3.3.1.1 Categorias

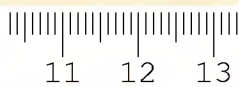
Para que o produto final (listagens) corresponda a todas as exigências da biblioteca, as informações bibliográficas são fornecidas ao sistema mediante o preenchimento de nove categorias, a saber:

- 1 identificação
- 2 descritores (indexação de assuntos)
- 3 autor
- 4 título
- 5 imprensa
- 6 outros dados bibliográficos
- 7 número de chamada (CDU mais Cutter) (vago no programa original de Ispra)
8. vago
- 9 dados administrativos

A quantidade de dados relativos a cada unidade bibliográfica é extremamente variável, como também o é a extensão da informação relativa a cada categoria.

Como regra, todos os dados devem ser entrados somente uma vez. Para evitar trabalhos repetitivos, quando são feitas complementações ou alterações na entrada de dados (*input*), as

\*\*\* Esta sub-rotina ainda não está implantada.



informações contidas em cada categoria individual são divididas por campos.

Os campos pertencentes a uma dada categoria são separados pelo sinal de ponto e vírgula (;), que opera como separador. A ausência de um campo é denotada pela presença do separador e a extensão individual de cada campo é limitada aos caracteres presentes. O alinhamento e expansão dos campos em formato fixo são executados pelo programa por meio de tabelas que especificam as características dos campos dentro de cada categoria.

As categorias, por sua vez, são subdivididas em subcategorias, conforme o conteúdo da informação que representam. Por exemplo:

- 3n — Autor (es) nominativo(s)
- 3cl — Autor corporativo
- 3c2 — Autor corporativo
- 6b — Dados bibliográficos
- 6c — Dados de conferências
- 6h — Acervo de P e SP (transcrição da coleção)

Há ainda categorias separadas para indicações de remissivas.

### 3.3.2 As folhas de entrada (Fs. E.)

Para o registro dos dados de entrada, é utilizada uma Folha de Entrada (F.E.) onde são anotadas, também, as remissivas e, no verso, os descritores

## 3.3.3 Procedimentos Técnicos

### 3.3.3.1 Pré-catalogação

Os dados bibliográficos são introduzidos no sistema por ocasião da aquisição da primeira cópia, mediante o preenchimento da F.E.

Com os elementos então introdu-

zidos, obtém-se os dados para o pedido (*Order*) ao fornecedor. Esses dados formam, também, a base para completar, posteriormente, a catalogação.

### 3.3.3.2 Catalogação

Ao se receber a publicação, nova F.E. é preenchida alterando ou acrescentando novos dados àqueles fornecidos no momento do "*Order*". O número de identificação, que caracteriza a unidade bibliográfica para todas as operações do sistema, é sempre o mesmo, o que permite a alteração automática dos dados.

É nessa ocasião, com a unidade bibliográfica em mãos, que se completa a catalogação, sendo então o livro classificado pela *CDU* e indexado pelo *Thesaurus INIS*.

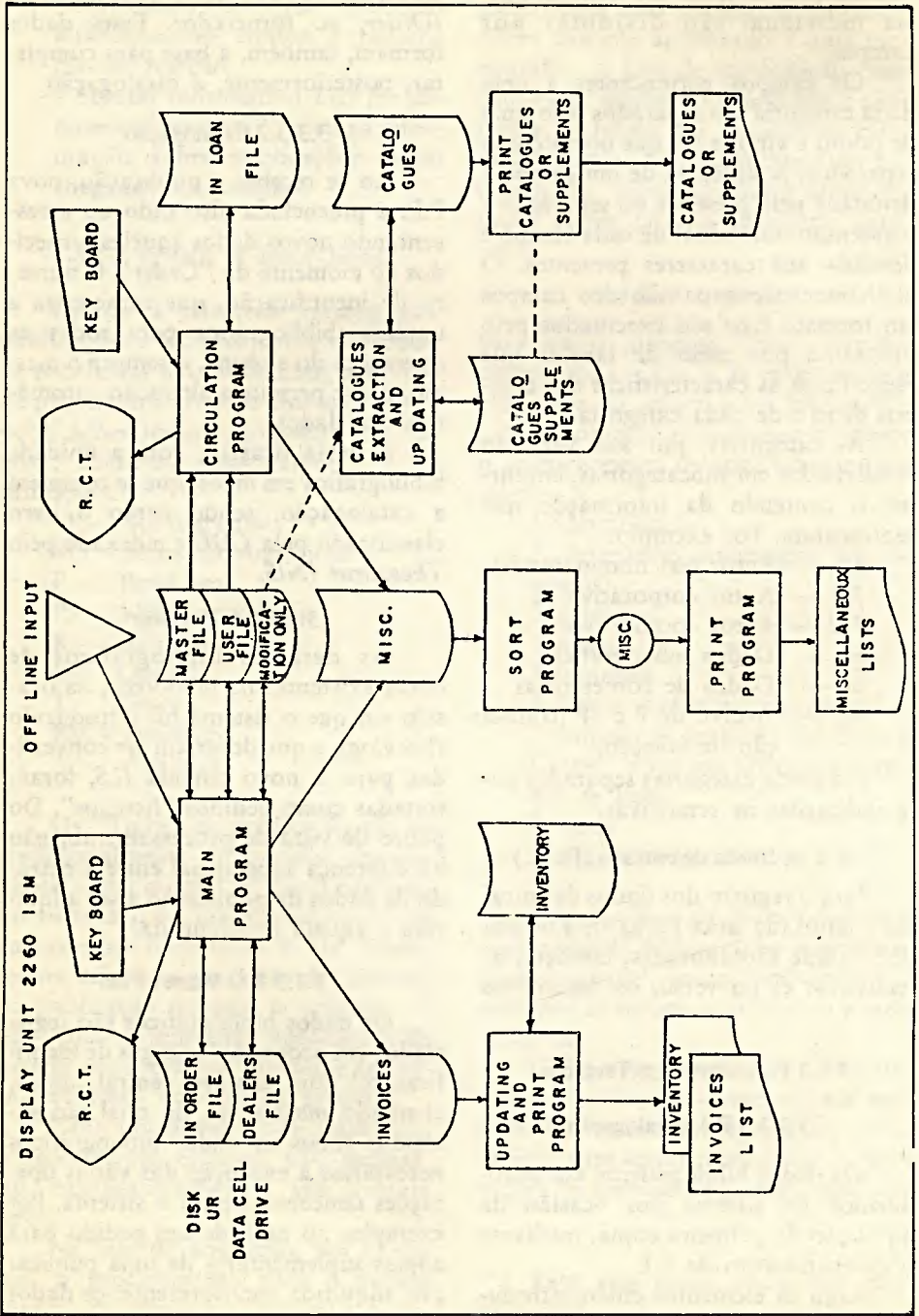
### 3.3.3.2.1 Backlog

Os detalhes bibliográficos de obras existentes na biblioteca, na ocasião em que o sistema foi introduzido (*backlog*), e que deveriam ser convertidas para o novo sistema *ILS*, foram tratadas como pedidos "fictícios". Do ponto de vista de processamento, não há diferença substancial entre a entrada de dados de publicação a ser adquirida e aquela já adquirida.

### 3.3.3.3 O Master File

Os dados bibliográficos são registrados em ordem de "códigos de identificação" num arquivo central, único, chamado *master file*, do qual são extraídos todos os dados bibliográficos necessários à execução das várias operações concebidas para o sistema. Por exemplo, no caso de um pedido para cópias suplementares de uma publicação adquirida anteriormente, os dados





Fluxograma do sistema





necessários à execução do novo pedido são extraídos automaticamente desse arquivo.

O sistema prevê também um *dealers file*, com nome e endereço dos fornecedores e um *user file*, cadastro de usuários.

A figura 2 mostra o fluxo do sistema.

### 3.4 Emissão dos Catálogos

#### 3.4.1 Catálogos semanais e mensais

A impressão das emissões obedece a cronograma que estabelece as datas de envio de Fs. E. para o CPD e a de entrega das emissões do CPD à DIDC. Correspondente a cada envio, o CPD emite:

a) *Input Error List for Order (IELFO)*

b) Catálogo Suplemento

O *IELFO* emitido sempre que um lote de unidades é trabalhado. Relaciona os dados introduzidos na F. E., dispostos na mesma ordem, representando a transcrição exata dos dados de entrada. Registra mensagem de erro quando ocorrem divergências entre as regras *ILS* e o preenchimento da F. E.; é uma listagem de uso exclusivo da área de processamento, constituindo a primeira emissão a ser consultada ao se fazer a análise.

O Catálogo Suplemento, emitido após o *IELFO* correspondente, é formado pelo conjunto de todos os catálogos (*Main, Subject, Working, Monographical Series, Conference and Corporate Authors*) com as informações correspondentes às unidades enviadas semanalmente ao CPD, destina-se à área de processamento e é utilizado

para análise, sendo a segunda emissão a ser consultada.

Além do *IELFO* e do Catálogo Suplemento, são extraídos semanalmente — para a área de informação — o *Main* e *Subject*, cumulativos parciais. A emissão de uma semana engloba a emissão da semana anterior e assim sucessivamente.

Na última semana de cada mês, há uma emissão cumulativa completa de todos os catálogos de interesse das áreas de informação e processamento.

#### 3.4.1.1 Etiquetas

Juntamente com a emissão dos catálogos semanais, o sistema emite etiquetas, impressas em formulários contínuos, correspondentes a documentos relacionados nesses catálogos.

#### 3.4.2 Catálogos cumulativos anuais

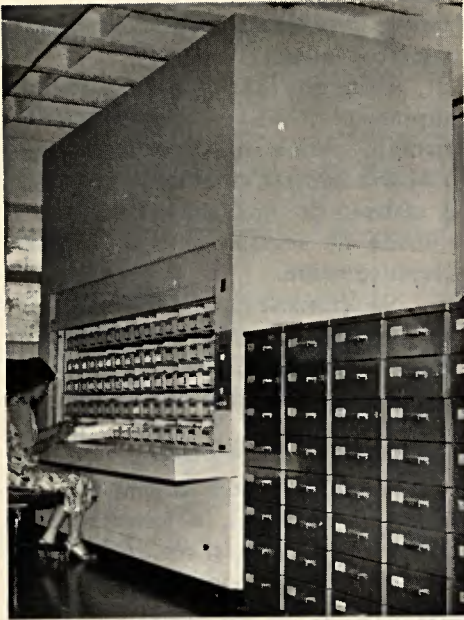
No final do ano, faz-se uma análise geral das emissões e extrai-se o cumulativo global que arrola os catálogos do ano em curso, incorporando os dos anos anteriores.

### 3.5 A análise

A análise é sempre a última etapa do *ILS*, e sua necessidade se faz sentir desde o início da implantação do sistema. Inicialmente, a análise surgiu como uma decorrência da entrada de dados para averiguar a consistência dos programas *ILS*. Posteriormente, a análise mostrou ser necessária para se manter a consistência dos catálogos cumulativos no decorrer dos anos.

A finalidade da análise é aferir a correção do processamento *ILS* desde o *input* (preenchimento das Fs.E.) até o *output* (listagens). Ela visa a observar





Equipamento eletrônico Eurot para armazenagem compacta de microfichas. Cada equipamento comporta 250 mil microfichas.

essas etapas no sentido de corrigir eventuais falhas decorrentes de incorreções causadas pelo elemento humano (bibliotecário e digitador) ou pelo próprio sistema.

### 3.6 O empréstimo

O terminal de computador, instalado no Balcão de Empréstimo da DIDC, permite o registro *on-line* de todas as transações referentes ao empréstimo. Além desses controles, o programa de empréstimo (*loan*) prevê a emissão de estatísticas diárias do movimento de empréstimo, bem como a emissão de reclamação a usuários em cujo poder se encontrem documentos com prazo de devolução vencido, lista de publicações em empréstimo permanente etc.

No ato de empréstimo, o encarregado digita as informações, confere os dados na tela e carimba no impresso colado à capa interna do livro a data de devolução do documento. O programa informa se o livro desejado está na "reserva", se o usuário está dentro do limite de unidades às quais tem direito, se está em dia com as devoluções etc.

### Conclusão

A substituição das rotinas tradicionais (manuais) da biblioteca pelas automatizadas representa mais que uma sofisticação, um acompanhamento da evolução dos sistemas de biblioteca no sentido de proporcionar maiores facilidades para o intercâmbio de informações.

Antes de se pensar em automação há que se considerar porém, vários fatores importantes como extensão da coleção, serviços que se pretende desenvolver e em que nível a automação poderia atendê-los, disponibilidade de computador para as atividades da biblioteca etc.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - CÁCERES AGUILERA, C. *Processamento automático integrado da Biblioteca do IEA*. São Paulo, Instituto de Energia Atômica, 1969. (IEA-Inf13).
- 2 - EURATOM. *1968 meeting of European librarians working in the nuclear field. A selection of papers read at the 5th annual meeting of scientific librarians organized by the Centre for Information and Documentation (CID) and the Scientific Information Processing Centre (CETIS) at Stresa (Ispra) Italy, April 24-26, 1968*. Luxembourg, CID, 1969. (EUR 4256e)
- 3 - ILS: *Integrad Library System. Descriptive cataloguing*. Ispra, CETIS, 1971.



**Leila Magalhães Zerlotti Mercadante:**

## **A implantação da Biblioteca Central da UNESP**



*Leila Magalhães Zerlotti Mercadante desempenhou um papel importante num projeto que raras vezes se apresenta ao bibliotecário brasileiro: a criação de uma Biblioteca Central e a organização de sua rede complementar. Nossa entrevistada é a atual Diretora da Biblioteca Central da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e também coordenadora do Curso de Biblioteconomia e Documentação*

*da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e Documentação de Marília (SP). A ela deve-se também a criação do curso de Biblioteconomia da UNESP. Respondendo às perguntas de nossa entrevistadora, Beatriz Silva Ferreira, Leila Magalhães coloca sua experiência a serviço da classe e presta esclarecimentos importantes sobre a organização do projeto.*

*A UNESP foi criada em 30 de janeiro de 1976 e é a mais recente Universidade paulista. Ela congregou vários institutos isolados de ensino superior espalhados pelo interior do Estado. São 21 institutos localizados nas cidades de Marília (onde se encontra a Biblioteca Central), São José do Rio Preto, Franca, Jaboticábal, Araraquara, Rio Claro, Guaratinguetá, São José dos Campos, São Bernardo do Campo, Botucatu, Assis, Presidente Prudente, Araçatuba e Ilha Solteira. A reitoria localiza-se em São Paulo.*

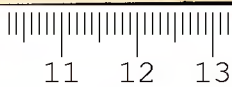
**RBBB** — Leila Magalhães, como surgiu a Biblioteca Central?

*Leila — Bem, na criação da Universidade, pensou-se na implantação de uma biblioteca central, não no sentido de unidade, mas com a significação de um sistema. Nós, os bibliotecários dos antigos Institutos Isolados, havíamos concluído um trabalho onde ressaltávamos a necessidade de um trabalho cooperativo, com coordenação de serviços e contatos periódicos, para maior*

*rendimento das tarefas comuns a todas as bibliotecas. Quando estávamos para encaminhar este trabalho à direção da*

*CESESP — que era o órgão que congregava os Institutos, foi criada a Universidade. O Reitor nomeou uma comissão de três bibliotecárias, presidida por mim, para elaborar um projeto de estruturação da Biblioteca Central (janeiro de 1977). O projeto foi calcado nos estudos que já tínhamos feito, levantamento de dados para conheci-*

R.bras. Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 221-224, jul/dez. 1978



mentos da situação das bibliotecas, consultas a material bibliográfico, etc. Assim, a 13/06/77, o Conselho Universitário aprovou sua criação conforme Resolução UNESP nº 10. Após aprovação, tivemos a implantação autorizada em junho de 1977, e eu, que era bibliotecária-chefe do campus de Marília, fui convidada para dirigi-la.

**RBBB** — Uma vez que os institutos, antes de criação da UNESP, trabalham todos eles com autonomia, não houve resistências ao projeto de centralização?

*Leila* — A centralização como foi dito, era uma necessidade. Os bibliotecários são co-participantes ativos do Sistema, com disposição, vontade e trabalho, para que a UNESP possa dar ao usuário o atendimento dentro dos melhores padrões. Para implantação de um órgão novo temos sempre que esperar pressões contrárias, divergências de idéias, mas tudo isso é natural, e concorre para a melhoria do sistema. Afinal, muitos de nós, vimos trabalhando como bibliotecários nos Institutos há 18 anos.

**RBBB** — Como se situa a Biblioteca Central dentro da estrutura administrativa da UNESP?

*Leila* — A Biblioteca Central está subordinada diretamente à Reitoria da Universidade. Ela é o órgão de coordenação da Rede de Bibliotecas da UNESP, que estão, tecnicamente, ligadas à Biblioteca Central e, administrativamente, à Administração dos Campi. Apresentamos anualmente a nossa proposta orçamentária à Reitoria, sendo o órgão responsável pelo controle da aplicação dos recursos financeiros destinados a material bibliográfico no

âmbito da Universidade. Esse princípio é válido mesmo quando tais recursos advêm de fundos especiais, convênios ou doações estabelecidos por quaisquer unidades.

**RBBB** — E como é a estrutura da Biblioteca Central?

*Leila* — Sou assessorada por uma comissão técnica, designada por portaria do Reitor, constituída de cinco membros escolhidos entre os docentes da Universidade e presidida pelo Diretor da Biblioteca Central. As atribuições do órgão, bem como as de seus dirigentes, são definidas dentro da estrutura administrativa da Reitoria, e regulamentada por portaria específica. Procurou-se, dentro dos critérios recomendados por autores e estudiosos da biblioteca universitária, definir as interligações com as autoridades da Universidade, em vista do poder decisório que uma Biblioteca Central deve possuir.

**RBBB** — A Biblioteca Central possui autonomia?

*Leila* — Por constituir justamente um órgão que influi na política bibliotecônica da Universidade, há necessidade de autonomia em assuntos de sua competência, bem como de ligações diretas com o próprio Reitor. Sem essa situação, uma Biblioteca Central pouco poderá realizar, constituindo suas atribuições apenas afirmações teóricas, sem expressão real.

**RBBB** — Quais as atividades que estão sendo desenvolvidas?

*Leila* — A Biblioteca Central é um órgão de ligação, com necessidade urgente de centralizar as informações, e ao mesmo tempo apresentar resultados à comunidade



*científica da Universidade. Assim, ao mesmo tempo em que se cuida da estrutura básica do sistema, os serviços estão sendo realizados. As principais atividades durante o ano que decorreu entre a sua criação e os dias de hoje são:*

1. *Catálogo coletivo de periódicos — abrange 7525 títulos, já impresso em cinco volumes e distribuídos.*
2. *Catálogo Coletivo de Livros — reúne 270.000 fichas, duplicadas das fichas matrizes de cada biblioteca da Rede.*
3. *Aquisição Centralizada — as assinaturas de periódicos foram realizadas para todas bibliotecas da Rede pela Biblioteca Central, para o ano de 1978, procurando-se não duplicar títulos, a não ser os de referência e os nacionais. As compras de livros foram planejadas, adotando-se ficha padrão para todas as bibliotecas.*
4. *Sumários de periódicos — A informação das revistas assinadas para o Sistema de Bibliotecas, 2.005 títulos, chega aos usuários, através dos Sumários Correntes de Períodos da UNESP, com saída quinzenal, agrupados em três grandes áreas: Ciências Humanas, Ciências Exatas e Tecnologia e Ciências Biomédicas. São distribuídos às bibliotecas, um exemplar de cada área, e aos Departamentos, no assunto específico.*
5. *Serviço de Comutação Documentária — Partindo da premissa de que “o livro, a revista ou documento são patrimônio da instituição depositária e a informação gerada por esses veículos é um direito de toda a comunidade científica da*

*Universidade”, os usuários através desse serviço, solicitam e recebem cópias de artigos científicos existentes no âmbito da UNESP e outras instituições.*

6. *Levantamento de teses e pesquisas — Por atribuição, a B.C. é a depositária das teses e publicações da UNESP. Assim estão sendo levantados dados referentes às teses defendidas, pesquisas concluídas e ou em andamento, no intuito da posterior divulgação de toda a produção intelectual de nossa comunidade científica.*
7. *Normas de Serviço — Em atendimento às diretrizes que norteiam as atividades desenvolvidas pela B.C., são emitidas “Normas de Serviços”. Até o presente momento foram estabelecidas às referentes à: Publicações Periódicas, Aquisição de Livros, Patrimônio de Publicações, Reclamação de Assinaturas, Tombamento, Incorporação e Baixas de Materiais.*
8. *Seleção de pessoal — Como órgão responsável pelo preenchimento das funções de bibliotecários na Universidade, a B.C. para atender às necessidades de várias unidades, fez realizar 2 (duas) Provas de Seleção até o momento.*

*RBBB — Com você tem-se arranjado com problema de distância dos campi?*

*Leila — Com o objetivo precípuo de atenuar esse aspecto da “distância geográfica”, procurou-se mobilizar alguns recursos principalmente os bibliográficos que considero bastante válidos e estratégicos. Assim, a informação chega até ao usuário da UNESP sob várias*



modalidades de formas tanto de publicações quanto de comunicações. São os sumários, os catálogos coletivos, os xerox de artigos científicos, as mensagens através da Rede de Telecomunicações da UNESP-DSA-CAGE, que colocados em trâmite visam atender à demanda de informação.

RBBB — E o Curso de Biblioteconomia de Marília?

Leila — O curso de Biblioteconomia, ministrado no período mínimo de quatro anos, pela Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação de Marília, oferece anualmente 30 vagas, funcionando em período diurno.

Integram o corpo docente do mesmo

três diretores de Serviços da BC e vários outros professores advindos de diversas escolas de Biblioteconomia do Brasil.

Creio que um aspecto bastante favorável para esse curso é o fato dele funcionar junto a uma Faculdade que se dedica ao ensino na área da Educação, Filosofia e Ciências Sociais. Nesse contexto é dada ênfase especial também às disciplinas de caráter geral visando à formação humanística do profissional bibliotecário. Convém realçar o fato de que a experiência da integração das bibliotecas da UNESP tem sido vivida intensamente pelos próprios alunos de Biblioteconomia e, portanto, constituído um fator de grande alcance didático.

### Uma retificação necessária e um esclarecimento

“Sra. Editora: Cumprimentando-a pelo primeiro fascículo da nova fase da revista da FEBAB, faço notar um pequeno lapso na entrevista por mim concedida e gostaria também de esclarecer alguns pontos.

A falha quanto a Rochester estar no Canadá e ao mesmo tempo nos Estados Unidos (p.74, 2ª coluna) foi por mim apontada na primeira prova. A cidade de Rochester é perto do Canadá, pertencendo ao Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

Quanto à questão de modelo de biblioteca pública, citei na entrevista que no II Encontro de Bibliotecas Públicas e Escolas foi levantada a questão: as experiências de Pernambuco, escolhido pela UNESCO para aplicar um projeto piloto para bibliotecas da América Latina, poderiam servir de

base para outros Estados, face às diversidades regionais existentes em nosso país?

A bibliotecária coordenadora do Sistema de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Norte, Eliana C. Pessoa, como exemplo de criatividade para todos nós, mencionou, no referido Encontro, que, na ausência de fichários, utiliza caixas de sapatos nas Bibliotecas do Sistema em lugares longínquos. O Encontro foi todo gravado e suas fitas se encontram à disposição dos interessados, para elucidação dos pontos discutidos.

Com os agradecimentos pela honra de ter sido entrevistada, apresento votos de muito sucesso para a revista.”

May Brooking Negrão — Diretora do Departamento de Bibliotecas Públicas da cidade de São Paulo.



● **Nova presidente no Conselho Federal de Biblioteconomia.** Tomou posse no cargo de presidente do CFB, a conhecida bibliotecária paranaense Nancy Westphalen Correa que dirigirá aquele órgão até 1981. Profissional dedicada e dinâmica, Nancy se tornou conhecida nos meios associativos bilbiotecários pelo interesse e empenho com que se dedica aos problemas da classe. A nova presidente, a RBBB augura felicidades e grandes decisões.

● **Rio Grande do Norte ganha sua Associação.** Foi criada em Natal a Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Rio Grande do Norte, sendo sua primeira presidente Maria Aparecida Esteves Caldas. O endereço de nova associação, ainda em se de provisória, é o seguinte: Biblioteca Pública Câmara Cascudo, av. Potengi s/n°, 590000 Natal, RGN. Em Vitória também está sendo cogitada a criação da Associação local.

● **Sistema Nacional de Arquivos é instituído.** Com a finalidade de preservar os documentos do setor público, foi criado o Sistema Nacional de Arquivos, SINAR, por decreto nº 82.308, de 25/12/78. Integram o SINAR os órgãos da Administração federal direta e indireta, incumbidos de atividades de arquivo intermediário e permanente. Mediante convênios, poderão integrar o SINAR, os arquivos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, bem como os existentes nos Estados, Territórios, Municípios e Distrito Federal.

● **FEBAB pede um bibliotecário na Biblioteca Nacional.** Por ocasião da escolha do sucessor ao cargo de Diretor da Biblioteca Nacional — tendo sua Diretora, D<sup>a</sup> Janice Montemor requerido aposentadoria —, a FEBAB, na pessoa de seu presidente, dirigiu ao Ministro da Educação, prof. Eduardo Portela o seguinte telegrama:

“Excelentíssimo Senhor: A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários — FEBAB — fundada em 1959 e com sede em São Paulo, congrega atualmente vinte associações de bibliotecários, representando cerca de dez mil profissionais da área.

Por seu Presidente, abaixo assinado, e tendo em vista o plano de ação de Vossa Excelência à frente do Ministério da Educação, vem cumprir o dever de fazer-lhe um apelo no sentido de que a Biblioteca Nacional continue tendo à sua frente um bacharel em Biblioteconomia, de acordo com o que dispõe a Lei nº 4084, de 30 de junho de 1962.

Agradecendo antecipadamente a atenção que Vossa Excelência se dignar dispensar ao presente apelo, apresenta-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração. (a) Antonio Gabriel, presidente.”

● **Nova diretoria da Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolas** foi empossada: Katia Maria de Carvalho Silva (presidente); Maria da Guia de Oliveira Santiago (vice-presidente); Ligia Batriz Meurer (1ª secretária); Moema Figueiredo Brasileiro (2ª secretária) e Wanda Marques Ramos (tesoureira).

● **Antonio Gabriel visita as Associações do Norte/Nordeste.** O presidente da FEBAB, Antonio Gabriel, durante o mês de novembro, esteve em visita às Associações do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, João Pessoa, Fortaleza, São Luís, Belém, Manaus e Brasília. No Maranhão, participou do II Encontro de Bibliotecários e, em Brasília, discutiu a criação do Grupo de Referência, a reativação do Grupo Agrícola e a situação da Comissão Brasileira de Publicações Ofi-



ciais, que não está ainda vinculada oficialmente à FEBAB.

● **Feira do Livro em Santo André.** Realizou-se, de 21 a 28 de outubro, no parque municipal Duque de Caxias, em Santo André, SP, a II Feira do Livro, que teve como destaque o painel coordenado pelo prof. Hamar, com exposição do prof. Antonio Miranda, sobre "A formação do Bibliotecário". Vários editores e livreiros do País participaram com estandes de exposição e venda.

● **II Encontro de Bibliotecários do Maranhão.** Realizou-se em São Luis, de 23 a 25 de outubro, o II Encontro com o patrocínio da Universidade Federal, Seplan, e da Associação local. A pauta deste II Encontro centralizou-se no estudo do ensino e exercício profissional do Estado. Na ocasião, foi divulgado importante documento com resultado da pesquisa sobre o mercado de trabalho especializado no Maranhão.

● **O PRECIS INDEX SYSTEM em português.** Um novo sistema de indexação de assuntos, utilizado pela British National Bibliography, está sendo preparado para ser aplicado à língua portuguesa pela bibliotecária Jandira Batista de Assunção, professora de Classificação do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP como matéria de sua tese de doutorado. Contando com a orientação do prof. Cidmar Teodoro Pais, do Departamento de Linguística da FFLCH/USP, o trabalho está sendo desenvolvido baseado em exaustivos estudos e experimentação.

O PRECIS — Preserved Context Index System — é uma linguagem natural que combina habilidade de indexação humana com a moderna tecnologia computacional. Fundamentando-se na análise sintática e semântica da língua em que será usado, o sistema prevê uma série de "indicadores de função" para caracterizarem a posição e o significado dos termos usados num cabeçalho de assunto encarados em seu contexto. Esses Indicadores de função, além de preci-

sar o papel semântico de cada termo, possibilitam a manipulação dos mesmos por computadores, solucionando, ao mesmo tempo, os problemas de programação e enriquecendo a Informática lingüística.

Nas palavras do seu autor, Dr. Hans H. Wellish, "o sistema tem potencial para ser aplicado a qualquer língua, tornando-se, na verdade, a primeira linguagem de indexação translingüística" — ou multilingüe, como afirma Derek Austin, responsável intelectual pelo sistema. Austin e outros vêm publicando vários trabalhos sobre o PRECIS, notadamente no *Journal of Documentation* e em *Libri*.

● **São Paulo implanta audiovisual na Biblioteca Pública.** A Biblioteca Mário de Andrade, de São Paulo, está implantando um novo serviço para atender a seus consultantes: um setor de audiovisual equipado com audiovídeos, gravadores cassete, projetores e fones de ouvido. O audiovídeo é um aparelho para utilização individual onde imagem e som são sincronizados. Diapositivos são projetados numa tela de 20 x 20 cm localizada no próprio aparelho e acionados pelo sistema carrossel. A fita cassete correspondente, colocada num dispositivo do audiovídeo, pode ser ouvida normalmente ou através de fones de ouvido.

O acervo para este novo departamento inclui atualmente 21 séries de diapositivos com narração em fita cassete sobre temas culturais e artísticos brasileiros. Também se incluem diapositivos sobre arquitetura e folclore brasileiros. Além disso, todos os debates e conferências promovidos semanalmente pela Biblioteca Mário de Andrade estão à disposição do público em fitas cassete. A experiência tem tido êxito e está sendo ampliada e aperfeiçoada.

● **Nova Associação de Bibliotecários em São Paulo.** Em 11 de novembro de 1978 foi fundada em São Paulo, a Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo — APBESP — que tem como finalidade constituir-se em instrumento represen-





tativo dos profissionais da área não só junto aos órgãos governamentais como também junto às categorias que atuam no campo da informação e da comunicação. O presidente da APBESP, que não é filiada à FEBAB, é Oswaldo Francisco de Almeida, e a sede provisória tem o seguinte endereço: Rua Augusta 555, sobreloja, 01305 São Paulo SP.

● **Programa Geral de Informação na América Latina** — PGI — Foi nomeada Assessora Regional na América Latina do PGI, Ursula Albertas, da República Federal Alemã que fixou residência em Havana. Suas funções incluem a assessoria e o planejamento de sistemas nacionais de informação, planejamento e direção de programas de formação, assessoramento em cooperação regional, planejamento e desenvolvimento de instituições de informação (inclusive bibliotecas escolares, universitárias, nacionais e públicas) e a promoção e desenvolvimento de associações profissionais nos Estados membros do PGI. O endereço de Ursula Albertas é o seguinte: Calzada n° 551, Esq. D. Vedado, apartado 4.158, Havana, Cuba.

● **Comissão Brasileira de Bibliotecas Univertárias solicita reconhecimento.** Em seu ofício n°1, 14 de novembro de 1978, a nova Comissão de FEBAB, criada por ocasião da IV Assembléia das Comissões Permanentes da FEBAB, solicitou ao presidente do conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Lynaldo C. de Albuquerque, o seu reconhecimento perante aquele Conselho, uma vez que sua criação está prevista nos Estatutos do referido Conselho como um grupo de trabalho. O texto do documento é o seguinte:  
"Senhor Presidente:

A Comissão Brasileira de Bibliotecas Centrais Universitárias e Órgãos Similares — CBBU, foi criada por ocasião da IV Assembléia das Comissões Permanentes da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários — FEBAB, realizada em São R.bras.Bibliotecon.Doc. 11 (3/4): 225-237, jul/dez.1978

Paulo, no período de 12 a 18 de agosto do corrente ano, estando presentes os representantes das Universidades Federais do Pará, Ceará, Rio Grande de do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Fluminense, Rural do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Santa Catarina, bem como as Universidades Estaduais de Feira de Santana, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A primeira diretoria da referida Comissão, ficou assim constituída: Presidente: Luiz Antonio Gonçalves da Silva (UFPb); Vice-Presidente: Leila Magalhães Zerlotti Mercadante (UNESP); 1° Secretário: Cremilda Leda Paschoal Perruci (UFP e); 2° Secretário: Alice Barros Maia (UFF); Tesoureiro: Marília Júlia de Almeida Gardini (UFMG).

A Comissão Brasileira de Bibliotecas Centrais Universitárias ou Órgãos Similares, propõe-se a:

- a) analisar a situação das bibliotecas centrais brasileiras;
- b) elaborar programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos para bibliotecas centrais universitárias;
- c) assessorar a criação e o desenvolvimento de bibliotecas centrais universitárias;
- d) cooperar na solução de problemas bibliotecários comuns, procurando a padronização e economicidade dos serviços;
- e) desenvolver o intercâmbio de informações entre as bibliotecas centrais universitárias;
- f) contribuir para a criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias;
- g) sugerir aos órgãos pertinentes diretrizes de política, a nível nacional, para bibliotecas universitárias.

CONSIDERANDO que as Universidades brasileiras têm por objetivo o ensino superior, indissociável da pesquisa, o desen-



volvimento das Ciências, Letras e Artes e a formação de profissionais de nível universitário, e que tal objetivo não se atinge senão tendo por suporte, principalmente, o conhecimento cumulado, preservado e disseminado através de documentos;

CONSIDERANDO que a instituição universitária encarregada de preservar e disseminar o conhecimento documentado é a Biblioteca;

CONSIDERANDO que as bibliotecas centrais das Universidades do país originaram-se, na maioria das vezes, da reunião de coleções pertencentes a várias entidades de ensino, de uma mesma região, que se constituíram em Universidades apresentando, pois, problemas específicos não observados em modelos estrangeiros;

CONSIDERANDO a necessidade de uma interação maior entre os Reitores e as Bibliotecas Universitárias;

CONSIDERANDO que o Conselho de Reitores congrega os dirigentes máximos de cada universidade brasileira para promover o estudo e a solução dos problemas relativos ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil;

CONSIDERANDO que o Estatuto do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em seu art. 9º, prevê a constituição de grupos de trabalho de caráter temporário, com a finalidade de estudar e propor soluções para problemas de interesse das universidades;

CONSIDERANDO que os propósitos da Comissão Brasileira de Bibliotecas Centrais Universitárias ou Órgãos Similares estão em consonância com o parágrafo anterior;

CONSIDERANDO que o apoio do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras seria fundamental para a promoção, apoio e execução dos objetivos definidos pela Comissão;

Solicitamos a V.Exa., data vênua, a possibilidade de reconhecer a Comissão Brasileira de Bibliotecas Centrais Universitárias ou Órgãos Similares, CBBU, como um dos grupos de trabalho previstos no Art. 9º do Estatuto desse Conselho.

(a) Luiz Antonio Gonçalves da Silva  
Presidente da Comissão"

## CONGRESSOS

● **Documentação Médica.** Será realizado em Belgrado, Iugoslávia, em setembro de 1980, o IV Congresso Internacional de Biblioteconomia Médica. O tema principal será "Informação Médica em um mundo em desenvolvimento". Informações podem ser obtidas no seguinte endereço: Institut 3<sup>o</sup> strucno usavrsavanje i specijalizaciju zdravstvnih radnita (at. Dr. Ljubisa Sablić) Nusicéva 25/1 — 11000 Belgrado — Iugoslávia.

● **Seminário sobre publicações oficiais.** A Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras (CPOB), instituída em 1975, está organizando o 3º Seminário sobre Publicações

Oficiais Brasileiras, que será realizado juntamente com o 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Curitiba, de 22 a 27 de julho próximo. Serão abordados diversos temas relacionados a direitos autorais nas publicações oficiais, problemas postais de distribuição das mesmas e editoração de publicações oficiais.

A Comissão, através de sua Subcomissão de Processos Técnicos e de Consultoria de Normalização, já editou dois trabalhos importantes para a área: **Cabeçalhos Uniformes para Entidades Coletivas: Governo do DF** (divulgado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal) e o **Manual**

R. bras. Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 225-237, jul/dez. 1978



de Normas Mínimas de Editoração (edição patrocinada pelo Ministério da Justiça).

● Congresso Latino-americano na Bahia. Continuam a se desenvolver os trabalhos preparatórios desse Congresso. A Comissão Organizadora já definiu o período de sua realização: 21 a 26 de setembro de 1980. O local será o Centro de Convenções que será inaugurado em março de 1979, empresas especializadas na organização de congressos já estão sendo contactadas.

● Notícias de 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Está sendo solicitado ao Presidente da República e Governadores de Estado, autorização para dispensar do ponto os funcionários públicos da administração direta e indireta que comparecerem ao 10º CBBB: Até o momento, já autorizaram a dispensa os governos de Alagoas, Ceará e Espírito Santo.

O Congresso será realizado no Auditório Bento Munhoz da Rocha Netto, no Teatro Guaíra, situado no centro de Curitiba. O local é facilmente acessível e situado próximo à melhor rede hoteleira curitibana. Também já estão organizados vários "tours" turísticos e colocados à disposição dos congressistas.

Vários conferencistas oficiais já confirmaram sua presença. Estarão presentes o prof. Emir José Suaiden, assessor do Programa Nacional de Bibliotecas do INL, e o prof. Wilson Martins, do Department of Spanish and Portuguese Languages and Literature da New York University, autor de várias obras, a última publicada aqui no Brasil em vários volumes intitulada "História da Inteligência Brasileira". Também confirmaram sua presença a Drª Nice Menezes de Figueiredo, coordenadora do curso de mestrado em Biblioteconomia da UNB, Antonio Gabriel, presidente da FEBAB, prof. Antonio Agenor Briquet de Lemos e prof. Maria José Theresa de Amorim, do curso de biblioteconomia da UFPr, atualmente concluindo doutorado na Case Western Reserve University.

Os cursos até agora confirmados: Administração de Bibliotecas Especializadas (pelo prof. Eduardo José Wense Dias, UFMG); Documentação Jurídica: Necessidade de Método na Indexação de Disposições Legais (prof. Cecília Andreotti Atienza, do Centro de Documentação e Informática da Câmara Municipal de SP); Processos de Conservação e Restauração de Livros e Documentos (profa. Lindaura Alban Corujeira, UFBA); Administração de Bibliotecas (profa. Abigail de Oliveira Carvalho, da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais); Planejamento de Sistemas de Informação (profa. Maurice Line, da British Library Lending Division); Bibliotecas Públicas e os Serviços de Informação para a Comunidade (profa. Annet Skov da Dinamarca).

Tema central: Biblioteconomia brasileira: avaliação crítica e perspectivas.

Sub-temas:

— O bibliotecário: avaliação crítica e perspectivas (Formação do bibliotecário; Atualização profissional; Desempenho e responsabilidade profissional, valorização da profissão, Perspectivas da profissão).

— O usuário: a Referência em questão (Estudo do usuário; Disseminação da informação; Pesquisa e bibliotecas; Censura ou liberdade de leitura, direito à informação).

— A biblioteca, ou equivalente, como fonte de informação, realização profissional para o bibliotecário e base para o desenvolvimento nacional.

— O processamento da informação (Planejamento e gerência de bibliotecas; Custos; Processos Técnicos; Microformas; Publicidade em bibliotecas; Estatística; Automação; Arquitetura aplicada às bibliotecas; Conservação e restauração; Transformação da informação; Linguagens de indexação; Avaliação de serviços).

Além das sessões plenárias, serão realizados no período da tarde os Encontros de bibliotecários por áreas especializadas. Assim teremos:

5º Encontro de Bibliotecários de Bibliotecas Centrais Universitárias;



4º Encontro de Bibliotecários Especialistas em Processos Técnicos;

8º Encontro de Bibliotecários Agrícolas;

8º Encontro de Bibliotecários Biomédicos;

8º Encontro de Bibliotecários Jurídicos;

7º Encontro de Bibliotecários da Área Tecnológica;

3º Encontro de Bibliotecários de Bibliotecas Públicas e Escolares;

2º Encontro de Bibliotecários da Área de Ciências Sociais e Humanas;

Para o 3º Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras, que se realizará juntamente com o Congresso, as inscrições serão realizadas nos dias 21 e 22 de julho.

Maiores informações: Associação Bibliotecária do Paraná, Caixa Postal 8796 — 80000 Curitiba PR.

● VII Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses Por delegação da B.A.D. (Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas), na Universidade de Lisboa de 21 a 23 de novembro, p.f., realizar-se-á o VII Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses, para discutir o Tema "Planejamento das Infra-estruturas da Informação". Esse tema será desenvolvido em seus diferentes aspectos, em várias seções, de acordo com o regulamento a ser distribuído em breve.

A Comissão Organizadora, que terá como Secretário Geral a bibliotecária Maria José Sabino de Moura é constituída por Maria Ines Barroso e Elvira Queiroz, da Universidade de Lisboa, pelo Engenheiro Carlos Pulido, Coordenador do Centro de Documentação Científica e Técnica e por Luis Abreu Nunes, Presidente da Direção da B.A.D.

O Encontro conta com a participação dos organismos internacionais de maior relevo no campo da Informação, e propõe-se a discutir e confrontar os diferentes pontos de vista de profissionais interessados num objetivo comum.

A Associação de Alunos e Ex-alunos do Curso de Mestrado em Biblioteconomia

da P.U.C. de Campinas entrou em entendimentos com a Comissão Organizadora, visando coordenar a participação de bibliotecários brasileiros no Encontro, tendo já recebido Fichas de Inscrição Provisória. Junto às autoridades portuguesas e brasileiras estão sendo desenvolvidas diligências a fim de facilitar e incentivar a participação brasileira ou Encontro.

● SALALM O Seminário sobre Aquisição de Materiais de Bibliotecas Latino-americanas, cuja primeira reunião foi realizada em 1956, tem como principal finalidade o controle e disseminação da informação bibliográfica sobre todos os tipos de publicações latino-americanas e o desenvolvimento do acervo das bibliotecas da América Latina, como suporte da pesquisa educacional.

As pessoas, instituições ou outras organizações interessadas em participar, podem tornar-se membros do SALAM mediante o pagamento de taxas anuais, tendo direito a receber todas as publicações da entidade, inclusive estudos e bibliografias especializadas. A Secretária Perpétua do SALALM é a Bibliotecária Marietta Daniels Shepard.

De 17 a 22 de junho de 1979, será realizada uma reunião do SALALM na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Para maiores informações dirigir-se a: Ms. Anne H. Jordan SALALM Secretariat - Benson Latin American Collection - The University of Texas at Austin - Texas 78712.

### Calendário de Congressos Internacionais para 1979

7 de maio a 1 de junho: "UNISIST /FID Curso e workshop Internacional para professores e profissionais da área de Informação, a se realizar em Graz e Viena, Áustria. Informações: Division for the GIP, Unesco, 7 Place de Fontenoy, 75700 Paris, França. O curso será ministrado em inglês.

9-14 de junho: Conferência Mundial sobre Bibliotecas Especializadas, com o



tema "Impacto da Política e Economia sobre os serviços de informação e bibliotecas", a se realizar em Honolulu, Hawaí. Informações junto à IFLA.

. 11 - 13 de junho: IV Congresso Nórdico de Informação e Documentação, com o tema "Papel da Informação nos 1980s", a se realizar em Upsala, Suécia. Informações: Swedish Society for Technical Documentation, Box 5073, 10242 Estocolmo, Suécia.

. 18 - 22 de junho: V Congresso Internacional de Reprografia, a se realizar em Praga, Tchecoslováquia. Informações: K. Stolejda, Poslova 7, 11000 Praga 10, Tchecoslováquia.

. 13 - 23 de agosto: "Scandinavian Summer Seminar 1979" a se realizar em Copenhagen, Dinamarca, terá como tema: "Libraries in Denmark - Structure and Extensive Activities", refere-se principalmente a bibliotecas públicas. Haverá palestras, visitas e debates. Este seminário organizado pelo De danske Selskab (The Danish Institute) em cooperação com The Royal School of Librarianship, Copenhagen, terá

lugar na sede do Instituto Dinamarquês onde também poderá ser obtido um detalhado programa das atividades deste acontecimento. Informações: Kulturvert 2, DK - 1175 Copenhagen K, Denmark.

. 20 - 24 de agosto: Seminário sobre programa de Bibliotecas Públicas, sob os auspícios da Seção de Bibliotecas Públicas da IFLA, a se realizar em Lund, Suécia. Informações: F. Ettrup, c/o Danmarks Biblioteksforening, Trekronergade, 15, 2500 Valby, Dinamarca.

. 27 de agosto a 1 de setembro: Reunião do Conselho da IFLA, sobre o tema "Legislação Bibliotecária", a se realizar em Copenhagen, Dinamarca.

. 3 - 8 de setembro: Conferência Bibliotecária Afro-Nórdica, a se realizar em Helsinque, Finlândia.

1980 - 27 de janeiro a 2 de fevereiro: VI Congresso Mundial da Associação Internacional de Bibliotecários e Documentalistas da Agricultura, com o tema "Informação Agrícola para o rápido desenvolvimento" a se realizar em Manila, Filipinas.

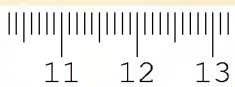
## CURSOS

\* **Treinamento em Biblioteconomia nos Estados Unidos** O Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília teve aprovado o seu projeto de Treinamento de Professores e Profissionais Especializados em Biblioteconomia pela Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura da OEA. O projeto está sendo coordenado pela professora Nice Figueiredo e terá por finalidade, entre outras, propiciar a professores e profissionais brasileiros a seguirem treinamento nos Estados Unidos em

áreas ainda não existentes aqui no Brasil. Mediante o projeto, abre-se também o curso de mestrado da Universidade de Brasília e interessados da América Latina.

\* **Professores ingleses no mestrado da UNB.** Vários professores ingleses têm vindo à Universidade de Brasília para trabalhar no Curso de mestrado do Departamento de Biblioteconomia daquela entidade. A vinda dos especialistas tem sido patrocinada pela CAPES e pelo Conselho Britânico.

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 225-237, jul/dez.1978



Durante o mês de agosto de 1978 estiveram trabalhando os professores Max Broome e Stephen Parker, especialistas em Planejamento Bibliotecário. De setembro a novembro, a professora Gileon Holroyd lecionou Serviços Técnicos de Bibliotecas e Centros de Documentação e também Planejamento e Avaliação de Sistemas de Informação. Em novembro, o professor Herbert Goldhor conduziu um seminário intensivo sobre Pesquisa em Biblioteconomia. O professor Goldhor veio patrocinado pela UNESCO. Em janeiro de 1979, lecionou o professor Peter G. New, dando a disciplina Metodologia. O professor é especialista em reprografia, tendo já publicado um livro sobre o assunto.

Em 1979, a atividade do Departamento continua intensa. Com a subvenção da Comissão Fulbright, para doze meses, o Departamento já tem vários professores estrangeiros contactados para virem lecionar no curso de mestrado.

• **Novo Curso de Pós-graduação.** Foi aprovado e autorizado o Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia, a nível de especialização, na Universidade Federal de Santa Catarina. Esse curso terá a duração de 3 anos — 1979 a 1981 — nos meses de janeiro, fevereiro e julho. Para maiores informações dirigir-se à Profa. Regina Celia Montenegro de Lima, Presidente da ABEBD, no seguinte endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Biblioteconomia, Campus Universitário - Trindade, 88000 - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil (Fone 0482-33-1000 - Ramal 210).

• **Curso na França sobre informação e documentação científica.** A Comissão francesa da UNESCO organiza, em Grenoble e em Lyon, no período entre meados de outubro de 1979 até fim de junho de 1980, um curso pós-universitário para a formação de especialistas da informação e da documentação científica. O curso terá a duração de 10 meses, incluindo um estágio de aplicação. O diploma, outorgado pela Comissão francesa da UNESCO, será concedido, após defesa de tese e participação integral.

O curso é destinado aos especialistas de uma disciplina particular que sejam bacharéis, chamados a organizar ou dirigir os serviços de informação em seu setor. Mesmo os profissionais que não possuem títulos podem fazer o referido curso, desde que comprovem sua experiência no campo da informação e documentação durante um mínimo de cinco anos.

Os interessados devem entrar em contato com o CENDOTEC, av. Waldemar Ferreira, 204 - 05501 São Paulo SP. Fones 212-8600, 212-8211 e 212-7855.

• **Bolsas de Estudos da OEA — O Programa de Desenvolvimento Cultural da O.E.A., pelo Projeto de Comunicação Coletiva, Bibliotecas e Arquivos,** coordenado por Carmen Rovira, está divulgando a concessão de Bolsas de Estudos de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciências da Informação, na Universidade de Porto Rico ou em Universidades dos Estados Unidos, destinadas ao aperfeiçoamento de professores das Escolas de Biblioteconomia da América Latina e aos dirigentes nacionais ou regionais de sistemas de

R.bras. Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 225-237, jul/dez. 1978



bibliotecas e centros de informação e visando à obtenção ao título de Mestre. Os formulários de solicitação podem ser obtidos no Escritório da Secretaria Geral da OEA Caixa Postal 13 — 2027 — Brasília — D.F.

\* Curso de especialização na Paraíba — A Universidade Federal da Paraíba, através do Departamento de Administração e Contabilidade do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (Cidade Universitária. João Pessoa. P.B.) em convênio com o MEC/DAU/CAPES,

está oferecendo, no período de 5 de março a 30 de junho de 1979, o 2º Curso de Especialização, em Sistemas de Bibliotecas, para graduados de quaisquer áreas.

O Curso objetiva qualificar com 27 créditos pessoal ligado à Administração, Educação, Planejamento e Pesquisa capacitando-o a analisar criteriosamente os problemas da Biblioteca e a atuar eficazmente no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Informações: Alba Souza da Silva — Fone: (DDD 083) 22472, Ramal 198 João Pessoa.

## INFORMAÇÃO Publicações

\* Acabaram de sair os volumes II e III de O Ensino de Biblioteconomia no Brasil, editados pela CAPES. Trata-se do relatório da equipe de pesquisa sobre as condições atuais das escolas de biblioteconomia e documentação brasileira, com especial enfoque sobre a situação do corpo docente. A editora é Nice Figueiredo e a equipe é constituída por Abigail de Oliveira Carvalho, Maria Martha de Carvalho e Antônio Miranda. O volume I traz uma análise e caracterização das entidades e do pessoal; o II apresenta o cadastro de entidades e professores e o volume III, a análise da literatura recomendada no ensino de biblioteconomia no Brasil.

\* Foi publicada a primeira fase do Catálogo de Pesquisas da USP. Refere-se esta primeira fase às pesquisas em andamento; a segunda será sobre as obras publicadas e a terceira ao material não convencional. O levantamento foi feito pela Coordenadoria das Atividades Culturais (CODAC) e pela Câmara de Pesquisa (CPq), tendo o Centro de Computação Eletrônica (CCE) colocado seus analistas e equipamentos à disposição

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 225-237, jul/dez.1978

para o devido processamento dos dados. O catálogo relaciona pesquisas efetuadas na USP a partir de julho de 1974 até junho de 1976. Contém dados referentes a trabalhos realizados pelo corpo docente e os realizados em colaboração com pesquisadores de outras entidades, como também as pesquisas realizadas por alunos de pós-graduação e que estão em fase de redação.

A segunda fase — as pesquisas a partir de julho de 76 até junho de 78 — já se acha em andamento.

\* O IBICT está fazendo uma promoção especial: a **Bibliografia Brasileira de Documentação** (1971/77, v. 3/4) e a revista **Ciência da Informação** (1978, v.7, n.1-2) estão ambas sendo oferecidas pelo preço total de 450 cruzeiros. Os pedidos podem ser efetuados ao IBICT, av. General Justo, 171, 3º andar, 20021 Rio de Janeiro RJ, acompanhados de vale postal (agência Central RJ), ordem de pagamento ou cheque pagável na praça do Rio, ou ainda, através de ordem de crédito no Banco do Brasil (agência Centro, RJ, conta 1842-2).



\* **Dissertações e teses defendidas na FFLCH/UPS: 1939-1977** é o título do catálogo de teses publicado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (1977) e organizado por Diva Andrade e Alba Costa Maciel.

\* **Microforms: The Librarian's View, 1978-79**, de autoria da bibliotecária norte-americana Alice Harrison Bahr, é um valioso manual sobre micrográfrica empregada em bibliotecas, útil para os que desejam aprofundar-se nesse campo e também para se ter uma visão da situação atual da micrográfrica nas bibliotecas dos Estados Unidos. A micrográfrica, em si, diz a autora, não irá aumentar o rendimento dos serviços na biblioteca, porém, uma das áreas de maior crescimento do microfilme nas bibliotecas é a sua utilização para substituir os catálogos, sejam eles em cartões ou livros. Mais de 40 bibliotecas americanas já converteram os seus sistemas para o "Computer Output Microfilm". A obra fornece instruções sobre planejamento, aquisição e seleção de equipamentos, armazenamento, etc. Os pedidos podem ser feitos a Knowledge Industry Publications, INC., 2 Corporate Park Drive, White Plains, NY 10604, USA: O preço é de US\$ 24,50.

\* **Guia de Obras de Referência em Tecnologia no Estado da Bahia**, trabalho apresentado durante a IV Assembléia das Comissões Permanentes da FEBAB, em agosto de 78, em São Paulo, foi agora publicado em colaboração com o CEMAN e a Escola Politécnica da UFBA. A equipe responsável pela obra teve como coordenadora a bibliotecária Marinha de Andrade.

\* **Librarianship** — este "Guia do Bibliotecário" está sendo distribuído pelo Conselho Britânico, através do seu consultor em biblioteconomia Tom Maughan. O opúsculo contém bibliografia de publicações recentes de livros e periódicos relacionados com a profissão bibliotecária, além de referências sobre as últimas publicações e das indicações sobre catálogos de editoras e de

edições; traz também um artigo sobre o centenário da Library Association de Londres.

\* **Guia Internacional de Bibliotecas**. A editora alemã K. G. Saur está solicitando os seguintes dados das bibliotecas brasileiras: 1) nome e endereço da biblioteca; 2) nome do diretor ou gerente da biblioteca; 3) ano de fundação; 4) número de telefone e de telex; 5) número de obras arquivadas; 6) coleções especializadas. Tais informações destinam-se a ser inseridas na quinta edição do Guia Internacional que sairá em fins de 1979. A edição precedente inclui aproximadamente dados a respeito de 37 mil bibliotecas distribuídas por 150 países em todo o mundo. A inserção no Guia é gratuita, a obra, porém, irá custar DM 240; há um plano especial de subscrição para a mesma pelo preço de DM 160. Informações e remessa de dados: K. G. Saur Verlag KG, Pörsbacherstr. 2b, Postfach 711009, D-8000 Munique 71.

\* **Periódicos ingleses técnicos e especializados**. O Central Office of Information de Londres, através do Conselho Britânico, está distribuindo a publicação *Technical and Specialized Periodicals Published in Britain — 1978*. O catálogo contém: lista alfabética dos principais assuntos com o número CDD referente à lista principal, lista alfabética de títulos de periódicos acompanhados do respectivo CDD remete à lista principal e a lista principal classificada e agrupando os periódicos por assunto, de acordo com a CDD. Cada referência indica o título, a periodicidade, o editor e descreve o conteúdo. Há ainda uma lista alfabética de editoras.

\* **Normas ABNT sobre Documentação**. Trata-se de obra atualizada pela Comissão de Estudos de Documentação do CB-14, editada em dois volumes, dos quais o primeiro aparece agora. Com 58 páginas, a obra apresenta as seguintes normas brasileiras: NB-61 (apresentação de artigos periódicos), NB-62 (apresentação de publicações

R.bras. Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 225-237, jul/dez. 1978





periódicas), NB-66 (referências bibliográficas), NB-69 (numeração progressiva das seções de um documento), NB-73 (revisão tipográfica), NB-83 (legenda bibliográfica), NB-85 (sumário), NB-88 (resumos), NB-217 (apresentação de livros e folhetos), NB-311 (apresentação de ofício ou carta A-4) e NB-500 (correções datilográficas).

O primeiro volume das Normas ABNT sobre Documentação pode ser adquirido diretamente na sede da ABNT (avenida 13 de Maio, 13, 28º andar, 20.000 Rio de Janeiro, RJ) ou em suas delegacias regionais, ao preço de Cr\$ 250,00 por exemplar (para os associados, 50% de desconto).

## COMENTÁRIO

### Sobre a Semana Nacional da Biblioteca

Reverter papéis velhos não é apenas recordar, nem desejar livrar-se deles por inúteis.

Um Bibliotecário nunca faria isto!

É reviver idéias que não tomaram corpo. É procurar as causas de suas frustrações, ou a razão de seu florescimento, do vigor de sua seiva, das transformações através do tempo, a direção de novos rumos.

Escrever sobre a Semana Nacional da Biblioteca é pensar logo em uma extensa programação de palestras sobre conscientização do usuário, ciência da informação, cursos de alto padrão, sistemas e centros sofisticados de informação teleguiada...

Em geral, problemas para o bibliotecário, não para o usuário.

Mas eu quero escrever sobre a Semana Nacional da Biblioteca, quando não era ainda "Nacional", mas provinda de um convite da OEA. Ela conclamava as bibliotecas latino-americanas a enaltecerem, numa Semana especial, o valor da Biblioteca, seu potencial para gerar cultura através de leitura em todos os níveis, obrigatória, necessária, para uma melhor aproveitamento do saber.

A Semana Nacional da Biblioteca celebrou-se pela primeira vez nos Estados Unidos, de 16 a 22 de março de 1958, idealizada pela National Book Committee, com o apoio da American Library Association, desenvolvendo um programa nacional de

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 225-237, jul/dez.1978

leitura, com o expressivo lema: "Wake up and read" — "Desperta e lê" — com o interesse maior em dar ênfase ao valor da leitura em todas as camadas sociais.

O sucesso foi tal, que a Semana passou a repetir-se como acontecimento anual obrigatório. Cinco mil comunidades participaram do primeiro evento, tendo sido publicados 22 artigos em revistas com circulação de 68 milhões de exemplares: E a ALA, em seu boletim de maio de 1958, se preocupou com a continuação da realização da semana pelos anos seguintes.

A nossa primeira Semana Nacional da Biblioteca (paulista), ainda não "nacional", celebrou-se de 3 a 9 de abril de 1960, com o mesmo slogan americano "Desperta e lê". Como tudo que se inicia, e contando com minguados recursos, pouco se pode fazer na ocasião.

Lembro-me que a TV Record tinha um programa intitulado "Escolha sua carreira", dirigido por Marília Moreira, e foi nele que, no dia 31 de março, antecedendo a Semana, entraram na TV o saudoso Abner Lellis Vicentini, Guiomar Carvalho Franco, Esmeralda Aragão, Laura Moreno Russo, falando do estudo de biblioteconomia, do exercício da profissão de classe, da FEBAB e da Semana; era o primeiro contato com o público.

Pediu-se a colaboração de algumas instituições que merecem ser lembradas, pelo apoio que deram à APB: Associação



dos Bibliotecários Municipais, Biblioteca Municipal “Mário de Andrade”, Biblioteca Infantil “Monteiro Lobato”, Fundação do Livro de Cego no Brasil, Movimento de Arregimentação Feminina, Serviço Social da Indústria, São Paulo Light, Colmeia, Câmara Brasileira do Livro e Departamento de Educação.

Fizeram-se cartazes, algumas palestras, exposições, tudo meio improvisado, sem meditação profunda do valor de um programa que deveria alcançar mais o povo do que os bibliotecários.

A Semana Nacional da Biblioteca passou a “naturalizar-se” brasileiro, no III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado de 8 a 15 de janeiro de 1961, em Curitiba, Paraná.

Lembro-me que no Tema V — Relações Públicas e Intercâmbio —, foi apresentado o trabalho “Semana Nacional da Biblioteca e o Brasil” pela bibliotecária Lourdes Mesquita Siqueira, do ITA, no qual ela, estudando a função dinâmica da Biblioteca e a evolução do seu conceito através dos séculos, enfatizou a necessidade de maior divulgação da Biblioteca moderna e de suas finalidades e sugeriu a realização anual da Semana Nacional da Biblioteca, de forma bem estruturada, enquadrando seu programa nas atividades da FEBAB.

As Resoluções 41 e 42 do III Congresso e a Deliberação da Reunião Anual da Assembléia dos Delegados, realizada no Rio de Janeiro, dias 22, 23 e 24 de janeiro de 1962, trouxeram então as seguintes determinações:

a) Comemoração da Semana Nacional da Biblioteca no Brasil, anualmente, de 12 a 19 de março;

b) Comemoração anual, no Brasil, do dia do Bibliotecário, 12 de março;

c) Instituição de um prêmio anual, pelo Instituto Nacional do Livro, a ser entregue, dia 12 de Março, ao autor do melhor livro sobre biblioteconomia.

Instituída pelo Decreto Federal nº 884 de 10/04/1962, a Semana Nacional da

Biblioteca deveria ter os seguintes objetivos:

1. Difusão do Livro da Biblioteca;
2. Conhecimento do conteúdo e da verdadeira finalidade da Biblioteca, conforme seus tipos e as suas características, por parte da comunidade;
3. Atração de usuários em potencial;
4. Elucidação de como o Livro e a Biblioteca, atingindo as diversas camadas que estruturam um grupo social, poderão contribuir para a elevação de todo o grupo;
5. Elucidação de como o Livro e a Biblioteca poderão, nas diversas faixas, contribuir para o desenvolvimento intelectual do indivíduo, refletindo, inclusive, em muitos aspectos de sua vida particular e comunitária;
6. Conscientização do profissional de Biblioteconomia no que se refere a seus amplos e complexos deveres, em relação ao público de sua área de ação.

E para recordar um pouco mais de história, com referência ao dia do Bibliotecário, foi o Prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro) que, considerando toda a laboriosa vida intelectual de Manoel Bastos Tigre seus relevantes serviços prestados como bibliotecário ao desenvolvimento cultural da terra carioca e a dedicação ao livro, durante grande parte de sua existência, resolveu baixar a Resolução nº 5, de 11 de março de 1958, com os dois seguintes artigos:

Art. 1º — Fica instituído no Distrito Federal o “dia do Bibliotecário;

Art. 2º — O “Dia do Bibliotecário” será comemorado a 12 de março de cada ano, data do nascimento do saudoso bibliotecário e poeta Manoel Bastos Tigre.

Há quase vinte anos vimos comemorando Semanas Nacionais da Biblioteca, mas sentimos que ainda não atingimos o verdadeiro objetivo do certame: atingir as massas, conscientizando-as do valor da instrução, da necessidade da leitura, do conhecimento do pensamento humano em todas



as suas expressões, enfim, do que podem tirar das Bibliotecas, como leitores assíduos, como usuários interessados em melhorar o produto de que se utilizam, de elogiar e criticar construtivamente, de ajudar a conduzir as melhores soluções.

Recordemos os tantos slogans usados nas Semanas da Biblioteca:

“Desperte e leia”

“Não seja analfabeto por incúria”.

“Ajude o Brasil a ter um analfabeto de menos”.

“Não é só dentro da Biblioteca que se lê”.

“Mais livros para um Brasil maior”

e muitos outros...

— Mas bastarão apenas slogans?

Zenobia P.S. de Moraes Bastos  
do Instituto Geológico, SA — S.Paulo



### De Brasília, o incentivo

“Sra. Diretora da RBBB: tenho a grata satisfação de parabenizá-la e a toda a dinâmica e empreendedora diretoria da FEBAB pelo relançamento da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, cujo volume 11, nºs 1/2 inclui variado, atual e relevante material.

O visual é moderno e atrativo, com diagramação diversificada e bom aproveitamento do espaço. As seções indicam uma abertura que concilia material de atualidade, divulgação e utilidade com artigos de caráter científico ou didático. Louvo, particularmente, as resenhas (palavra mais atrativa que “recensões”!) que incluem livros de temática ampla, ao contrário de outras revistas nacionais, assim como os levantamentos bibliográficos, entrevistas e noticiários que dão uma idéia da polivalência e amplitude na reestruturação da RBBB.

Em nome da diretoria da ABDF, desejo ao corpo editorial da RBBB e à Diretoria da FEBAB a força, o entusiasmo e perseverança que nunca lhes faltaram para vencer as terríveis dificuldades que enfrenta um empreendimento editorial dessa magnitude em país, ainda, sem as condições infra-estruturais indispensáveis, e com parte da classe bibliotecária ainda sem a conscientização necessária para um respaldo adequado.”

Antonio Miranda, — presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal.

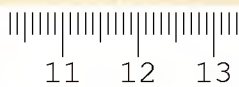
R.bras.Bibliotecon.Doc. 11 (3/4): 225-237, jul/dez.1978

### Incentivo também da Energia Atômica

“Sra. Editora: Foi com satisfação que recebi o fascículo 1/2 do volume 11 da RBBB da qual V.S.<sup>a</sup> é editor. O referido fascículo foi examinado e lido pelos bibliotecários desta Divisão os quais foram unânimes em considerar necessário e oportuno o ressurgimento desse órgão. O nível dos trabalhos apresentados foi julgado bom e o cunho noticioso da publicação foi igualmente apreciado. Não passaram despercebidos o cuidado e a atenção dados à diagramação e apresentação gráfica do fascículo. Em nome dos bibliotecários desta Divisão e em meu próprio, congratulo-me com V.S.<sup>a</sup> pelo trabalho editorial, pedindo-lhe estender a todos os integrantes do corpo editorial os meus cumprimentos pela oportuna iniciativa. Outrossim, formulo votos para que nesse fascículo constitua um marco numa nova e duradoura fase para a RBBB.”

Terezine Arantes Ferraz — Diretora da Divisão de Informação e Documentação Científicas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares da USP.

Agradecemos os votos de sucesso neste empreendimento. E lembramos que a força, o entusiasmo e a perseverança necessários à nova RBBB nos são instilados quando recebemos dos colegas demonstrações como esta de apoio. Muito mais ainda entusiastas seremos, quando nossa classe se conscientizar de que a nova RBBB está sendo feita para ela, e os bibliotecários e documentalistas passarem a colaborar, mais e mais, neste projeto editorial comum.



ADVANCES in librarianship. New York, Academic Press, 1978. v.8.

(Livraria Canuto, R. Consolação, 348/2°. São Paulo)

A moderna tecnologia oferece condições de desenvolvimento e expansão aos serviços prestados pelas bibliotecas. Antes, contudo, de serem utilizados, é oportuno levar em consideração a influência dos vários fatores sociais, econômicos e políticos sobre a atividade profissional do bibliotecário e as diversas instituições.

“Advances in Librarianship”, no seu volume 8, editado por Michael H. Harris, trata de problemas relativos à profissão que, de certa forma, possam ser afetados pela nova tecnologia, mas que independem de seu auxílio para serem solucionados. Apesar de estritamente ligados ao ambiente bibliotecário norte-americano, os sete artigos que compõem a obra abordam aspectos de interesse para o bibliotecário brasileiro.

O primeiro trabalho, intitulado “Collection Development in Large University Libraries”, por R.M. Magrill e M. East, da Universidade de Michigan, analisa as mudanças ocorridas no setor do desenvolvimento das coleções das grandes bibliotecas nos últimos anos. Na década de 1960, muitas das grandes bibliotecas universitárias norte-americanas foram sensivelmente atingidas pela demanda crescente de seus serviços, o que as levou a uma expansão considerável no que se refere à seleção e aquisição de material bibliográfico. Entretanto, problemas econômicos dos anos 70 — inflação, preços elevados e desvalorização — determinaram reduções drásticas nos orçamentos dessas instituições que, dessa forma, viram-se obrigadas a buscar soluções adequadas para dar continuidade a um trabalho eficiente.

Novos critérios e prioridades foram estabelecidos quanto às coleções, dentre os quais: 1) seleção mais rigorosa das novas aquisições, muitas vezes com o auxílio da



avaliação de especialistas; 2) utilização de procedimentos mais eficientes nos serviços; 3) maior confiança em outras bibliotecas, com vistas ao desenvolvimento de programas cooperativos. As novas aquisições foram restritas a monografias correntes, pois as obras retrospectivas, coleções seriadas, estrangeiras, raras e dispendiosas não figuravam entre as prioridades. Além disso, havia uma tendência de se adquirirem publicações que fossem destinadas a um grande número de consulentes, intensificando assim o intercâmbio com as outras bibliotecas para os materiais raros ou pouco usados. As medidas temporárias poderão tornar-se definitivas em relação ao desenvolvimento das coleções em muitas bibliotecas universitárias, se os orçamentos permanecerem reduzidos.

O artigo de John Y. Cole, da Biblioteca do Congresso, sobre "The Library of Congress in American Life", focaliza os aspectos históricos daquela instituição, ligada ao poder legislativo, e que se tornou uma biblioteca nacional. Recentemente, alguns estudos sobre as finalidades, organização e planejamento dos serviços da Biblioteca foram realizados por uma comissão denominada "Task Force", criada em 1976, com os seguintes objetivos: 1) revisão das presentes atividades da Biblioteca e elaboração de recomendações para o seu aperfeiçoamento; 2) obtenção de "críticas construtivas e sugestões imaginativas" do pessoal da Biblioteca e de outras instituições. O relatório final, apresentado em 1977, deu ensejo à criação de um novo programa de trabalho, já iniciado, visando à melhoria e expansão dos serviços da instituição.

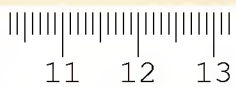
O terceiro artigo, "Affirmative Action and American Librarianship", de E. Dickinson (Broward County Division of Libraries, Florida) e Margaret Myers (American Library Association), trata dos aspectos legais e sócio-econômicos da discriminação de candidatos a empregos e propõe algumas medidas para eliminar esses critérios que por vezes prejudicam a admissão de profis-

sionais competentes. Estudos iniciais para um plano de "ação afirmativa" têm a finalidade de identificar as fontes de discriminação e estabelecer as etapas necessárias para a criação de novos processos de avaliação, orientação e seleção de profissionais, principalmente os ligados à Biblioteconomia.

Charles T. Townley, da Universidade de Michigan, é o autor do trabalho sobre "American Indian Library Service". Inicialmente, o autor faz algumas considerações sobre o termo "índio", usado em sentido amplo, para indicar os primeiros habitantes das Américas, assim como para designar os americanos nativos, povos nativos, etc., pois não há um consenso sobre o termo adequado para designar esses primeiros habitantes da região e seus descendentes. Tais indivíduos são geralmente membros de tribos ou grupos organizados, residentes em determinadas áreas do país, ou mesmo esquimós e nativos do Alaska, e atualmente constituem parte considerável da população.

O artigo não trata especificamente do papel das bibliotecas como transmissoras da cultura do índio americano ao mundo exterior. O fato é que os próprios índios chegaram à conclusão de que o acesso à informação e o seu uso são os primeiros requisitos para decisões mais acertadas. Dessa forma, apenas os materiais relativos à cultura desses povos e relacionados especificamente aos serviços de biblioteca são comentados nesse trabalho. Estudos realizados sobre o assunto pela "National Indian Education Association" e pela A. L. A. deram origem, em 1973, aos "Goals for Indian Library and Information Service", cuja aplicação já foi iniciada, com boas perspectivas de sucesso. Há ainda previsões complementares para a aplicação desses estudos nos próximos anos.

O artigo sobre "Trends in Library Education-Canada", de John P. Wilkinson, da Universidade de Toronto, aborda os problemas pertinentes à formação do bi-



biotecário naquele país. Há escolas de pós-graduação para Mestrado e Doutorado, com uma certa variação de programas. Paralelamente, existem cursos de treinamento para técnicos em bibliotecas e cursos para profissionais de bibliotecas escolares. São comentados ainda alguns aspectos da formação e atualização do bibliotecário, as associações de classe e as perspectivas futuras.

No artigo de Elizabeth W. Stone, da Universidade Católica de Washington, sobre "Continuing Education for Librarians in the United States", considerações são feitas a respeito de assunto, de fundamental interesse, que é a necessidade de atualização do bibliotecário. Algumas tentativas têm sido feitas com o intuito de tornar a atualização uma atividade central e não marginalizada, sem critérios de orientação. São duas as suas finalidades: 1) manutenção do nível dos serviços bibliotecários a todos os interessados; 2) desenvolvimento das carreiras do bibliotecário. Foi criado recentemente o CLENE (The Continuing Library Education Network and Exchange), que é um serviço especial destinado a tornar acessíveis as oportunidades de atualização ao pessoal de bibliotecas em todos os níveis, nas diversas instituições.

Todos os artigos são criteriosamente desenvolvidos e acompanhados por bibliografia complementar. Finaliza a publicação um índice de assuntos.

Inês Maria de M. Imperatriz  
Instituto de Química  
Universidade de S. Paulo

FERRI, M.G.; MENEZES, N.L.;  
MONTEIRO-SCANAVACCA,  
W.R. *Glossário ilustrado de botânica*. S. Paulo, EBRATEC-EDUSP,  
1978. 197p.

Trata-se de obra de autoria de três consagrados professores de Botânica, todos do Instituto de Biociências da Universidade

de São Paulo, com larga experiência no ensino da morfologia e anatomia vegetal. O autor principal, Mário Guimarães Ferri, além de ter sido diretor do Departamento de Botânica, é também autor de vários outros livros que tratam de diversos aspectos da biologia das plantas.

O glossário, já publicado anteriormente, reaparece agora em nova edição melhorada e ilustrada, o que certamente aumentará a sua importância no ensino da Botânica no Brasil.

Destina-se a publicação especialmente aos estudantes universitários e pré-universitários pertencentes ou candidatos às áreas de Biologia, Agronomia, Farmácia e Biomedicina, que nele encontrarão conceitos e definições seguras para os termos técnicos imprescindíveis aos estudos relativos à área.

A apresentação é elegante e permite pronta localização dos verbetes, escritos em linguagem bem cuidada, e com ilustrações em traços simples, mas sempre claras e precisas.

Em comparação com outras obras já clássicas editadas em outras línguas, como o consagrado Font-Quer, mostra-se um tanto limitado. Entretanto, por outro lado, como o objetivo dos autores não era fazer uma obra muito abrangente, esta condensação é benéfica e facilita a utilização dos interessados, além da vantagem de ser uma obra de baixo custo e facilmente acessível à maioria de nossos estudantes, como de resto acontece com as obras co-editadas pela Universidade de S. Paulo.

Além de seu caráter didático intrínseco, a referida publicação traz outra, e não menos importante contribuição à Botânica, no que se refere à padronização da terminologia específica da área, o que é de fundamental importância, não só para o perfeito entendimento entre professores e alunos, mas também entre os especialistas.

Com esta nova edição, o *Glossário Ilustrado de Botânica* torna-se ainda mais útil e necessário a todos os que se interes-

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 238-244, jul/dez.1978.



am pelos vários aspectos do estudo das plantas.

**Eurico Cabral de Oliveira Filho**  
Instituto de Biociências  
Universidade de São Paulo

**CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977. 156p.**

Professor de cursos sobre métodos de pesquisa para alunos de pós-graduação em Economia e Educação, pesquisador do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), no Rio de Janeiro, Cláudio de Moura Castro é já autor de várias publicações sobre apresentação e elaboração de trabalhos científicos. "A prática da pesquisa" é o seu trabalho mais recente na área, fruto de sua experiência pessoal em cursos dessa natureza.

A obra apresenta prefácio, seguido de tradução da "Carta aos Jovens", de I. Pavlov, médico-pesquisador russo, que ilustra a orientação do autor a respeito das condições para se empreender um bom trabalho científico.

Composto de vários capítulos e seções, o volume é iniciado com "O lugar da pesquisa"; a ciência, o pensamento e o processo científicos, a investigação, suas limitações e impactos, são focalizados.

No segundo capítulo, "As regras do jogo: a metodologia científica", definem-se a filosofia da pesquisa, a metodologia científica, algumas "instruções de como proceder, como pesquisar, por onde começar, qual a seqüência a escolher, etc." (p.34).

Em "A escolha do tema", considerações sobre a "importância, originalidade, viabilidade" (p.55) do tema são colocadas. Classificam-se, também, os vários tipos de pesquisa: "aplicada ou fundamental, contribuição original ou diagnóstico, pesquisa descritiva" (p.58). Uma taxonomia das diferentes formas de como se proceder à elaboração de teses é focalizada, analisada e criticada: "propostas ou planos, tese didática, revisão bibliográfica, teses tipo levantamento ou descritivas, teses teóricas, teses teórico-empíricas" (p.68). Ainda no mesmo capítulo o Autor faz referência às bibliote-

cas brasileiras. Considera o seu acervo falho em obras de referência e periódicos especializados na área de ciências sociais. O investigador encontra dificuldade, pois, no levantamento de bibliografia recente e atualizada e recorre, na maioria das vezes, à orientação de especialistas mais experientes (p.76), "que usualmente têm conhecimento do trabalho de seus colegas e dispõem também de versões preliminares de trabalho em curso ou inéditos" (p.77).

No capítulo "A montagem da pesquisa", são estudadas questões relativas à coleta de dados, amostragem, estilos alternativos de análise, tratamento estatístico e uso do computador.

Em "Um roteiro de pesquisa", as etapas da investigação são descritas didaticamente; mas, como o próprio autor afirma, elas não podem, nem devem, ser seguidas à risca, pois "seguir à risca não garante a qualidade da pesquisa" (p.113). Este roteiro pode, sim, "servir como controle, uma lista de verificação" (p.113).

A publicação é finalizada com um capítulo sobre "A gerência da pesquisa", a direção que é dada à investigação sob o ponto de vista da instituição onde ela se realiza e também do próprio pesquisador. São estudadas seções sobre "a natureza das instituições e seus donos, relações entre pesquisas e pesquisadores; sobre massa crítica e o módulo mestre-aprendiz (aqui se classificam vários graus de pesquisadores, de acordo com sua experiência), problemas de pessoal, administração do tempo e dos dinheiros, o que fazer com o produto; publicação e distribuição" (p.111).

A obra apresenta notas de rodapé, índice analítico e vasta bibliografia sobre o assunto. É importante notar que o autor friza o valor de se normalizar, rigorosamente, dentro dos padrões e normas vigentes, as referências bibliográficas de toda e qualquer investigação científica (p.9).

De caráter didático e destinada à orientação do pesquisador iniciante, na área das ciências sociais, a publicação será, também, instrumento útil de trabalho àqueles que desejam iniciar-se na atividade de pesquisa em biblioteconomia e documentação.

**Laila Gebara Spinelli**  
Fundação Carlos Chagas - São Paulo



ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS DE MINAS GERAIS. Grupo de Trabalho em Ciências Sociais e Humanas. *Bibliografia de Dom Pedro II e sua época*; levantamento realizado em Minas Gerais, por ocasião das comemorações do sesquicentenário do nascimento do Imperador. Belo Horizonte, Biblioteca Central da UFMG, 1977. 160p. ilus.

Bibliotecários, e não historiógrafos — o que é francamente auspicioso, como que a denotar os novos tempos de conscientização das nossas possibilidades reais de atuação — acabam de lançar em Belo Horizonte, por ocasião do sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II, uma bibliografia sobre sua vida e obra.

O Grupo de Trabalho em Ciências Sociais e Humanas da Associação de Bibliotecários de Minas Gerais, por sua Comissão de Bibliografia, contando com a cooperação da Universidade Federal e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, iniciou seu trabalho a partir de uma sugestão da Prof. Norma de Góes Monteiro, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da UFMG para um levantamento menos abrangente, referente apenas ao acervo da mencionada Faculdade. O resultado — depois da idéia ter-se expandido a todos os membros do Grupo e a várias bibliotecas fora dele — é altamente animador, embora os Autores acentuem não ter sido esse um levantamento completo (pela amplitude do tema e exiguidade de recursos, tiveram eles que se restringir a 31 bibliotecas localizadas em Belo Horizonte e em algumas das principais cidades do Estado).

A obra traz, de início, o elenco das entidades pesquisadas, com os respectivos endereços; seguem-se a *Bibliografia* propriamente dita, um Apêndice e o Índice dos Autores Citados.

A parte principal do livro, a Bibliografia, constitui-se de: 1. *Obras gerais sobre o Segundo Reinado*; 2. *Obras específicas* (2.1

D. Pedro II e vultos do Segundo Reinado; 2.2 A administração, as lutas e a política; 2.3 A economia, a cultura e a sociedade; 2.4 Viagens e viajantes) e 3. *Artigos de periódicos* (3.1 D. Pedro II e vultos do Segundo Reinado; 3.2 A administração, as lutas e a política; 3.3 A economia, a cultura e a sociedade).

Do Apêndice constam: Documentos originais (recolhidos pela museóloga Geralda Ferreira Armond Marques, Diretora do Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora), uma lista de livros que pertenceram a D. Pedro II e uma lista de revistas. Um índice de autores permite localizá-los dentro dos vários itens. Há ainda vários retratos de D. Pedro II, em diferentes fases de sua vida, bem como outras ilustrações.

A Bibliografia em foco é indicativa e seletiva. No entanto, para um trabalho desse teor, seria de todo desejável que fosse analítica, trazendo assim um resumo do conteúdo das obras citadas. São conhecidas, porém, as dificuldades de que se cerca a elaboração de resumos. Se, à primeira vista, parece fácil o “resumir-se”, os modernos estudos ligados à semântica, à semiótica, à racionalização do trabalho científico, à elaboração de “thesaurus”, etc., têm demonstrado os inúmeros tropeços com que se debate o resumidor ou analista (ao estilo dos analistas do *Bulletin Signalétique*). Como atinar com o relevante no pertinente aos respectivos conteúdos dos componentes de uma bibliografia específica, como é a relativa a um período (2º Reinado) e a uma personalidade (D. Pedro II)? Talvez esta parte do trabalho bibliográfico — a dos resumos — por enquanto, ainda dependa de uma colaboração estreita e efetiva entre especialistas e bibliotecários. Pode-se, no entanto, reconhecer que os profissionais de larga experiência em bibliotecas de domínios especializados das ciências e das artes já apresentam condições de realizar o trabalho completo (levantamento e resumo). Até, de certa forma, seus resumos podem apresentar certas vanta-





gens, uma vez que, conhecedores dos assuntos analisados, por formação profissional eles dominam a técnica de elaboração e resumos e *abstracts*. Esta constatação não invalida, porém, o trabalho realizado pela comissão mineira.

Que outros Grupos de Trabalho de Associações de Bibliotecários se habilitem — especialmente em temas regionais — a esse tipo de iniciativa da qual o GTCSH de Minas Gerais, sob a coordenação de Maria de Lourdes Cortes Romanelli, é certamente pioneiro e, como tal, credor de todo incentivo.

**Heloisa Liberalli Bellotto**

Instituto de Estudos Brasileiros  
Universidade de São Paulo

**MATOS, Odilon Nogueira de. Afonso de Taunay, historiador de São Paulo e do Brasil; perfil biográfico e ensaio bibliográfico.** São Paulo, Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, 1977. 267p. (Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, 1).

**ELLIS, Myriam & HORCH, Rosemarie Erika. Affonso d'Escragnolle Taunay no centenário de seu nascimento.** São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1977. 208p. (Coleção Textos e Documentos).

O ano de 1976, marcando o centenário do nascimento do mais importante historiador de São Paulo, Affonso d'Escragnolle Taunay, propiciou o aparecimento, em 1977, de dois trabalhos concernentes à sua vida e à sua produção bibliográfica. Ambas as obras traçam o perfil biográfico do eminente historiador, relembrando as suas atividades, primeiramente como engenheiro e professor da Escola Politécnica e, depois, já no campo da História, como o primeiro titular da Cadeira de História da Civilização Brasileira da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e como diretor do Museu Paulista.

ta, na mesma Universidade. Entretanto, foi principalmente a sua fecunda obra historiográfica que atraiu a atenção de historiadores do prestígio de Myriam Ellis e Odilon Nogueira de Matos e de bibliotecária do gabarito de Rosemarie Erika Horch. Puderam esses estudiosos elaborar um minucioso levantamento, como não havia sido realizado para Taunay e nem para outro historiador brasileiro. Honrosas exceções devem ser feitas à recente tese de doutoramento sobre José Honório Rodrigues, defendida por Raquel Glazer na USP e ao trabalho pioneiro de Neusa Dias de Macedo sobre Oliveira Lima, apresentado como dissertação de mestrado em Washington, na Catholic University, e publicado em 1968 pelo Arquivo Público do Recife. A própria obra de Varnhagen ainda está à espera de um levantamento mais completo que o de Armando Ortega Fontes, feito para o Itamaraty, ainda o melhor sobre o assunto. Oxalá o centenário da morte daquele historiador, no ano de 1978, enseje o aparecimento de estudos completos a respeito.

A obra do Prof. Odilon Nogueira de Matos, historiador já conhecido nos meios biblioteconômicos pelo seu excelente volume "Notícia bibliográfica e histórica", editado pela PUC de Campinas, onde é professor do Departamento de História, é apresentada em duas partes, correspondendo à primeira ao "perfil biográfico" e a segunda, ao "ensaio bibliográfico". Este último é integrado por: 1. Elenco noticioso da obra de A. de Taunay; 2. Edições e reedições promovidas por A. de Taunay; 3. A obra de Visconde de Taunay (Melhoramentos); 4. Obras do Visconde de Taunay publicadas por outros editores por iniciativa de Taunay; 5. Traduções de A. de Taunay; 6. Índice do elenco. É, portanto, na primeira parte deste "ensaio bibliográfico", no "Elenco noticioso", que aparece a bibliografia textual de Taunay, com 833 entradas relativas a livros e revistas (exceptuou-se a vasta colaboração de Taunay em jornais).

R.bras. Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 238-244, jul/dez. 1978.



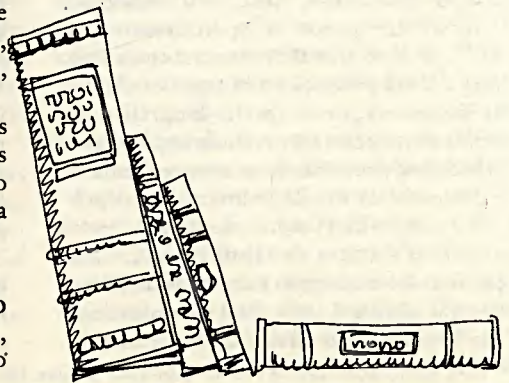
Cada verbete consta de referência bibliográfica e de minucioso resumo da obra. Quanto ao perfil biográfico foram consideradas, sobretudo, as atividades profissionais de Taunay: cargos ocupados, obra desenvolvida nas instituições que dirigiu, etc.

Já no livro de Myriam Ellis e Rosemarie Horch, na parte que coube à primeira ("Affonso de Taunay, o homem e o mestre"), avultam-se menos os aspectos profissionais e sobressaem-se os pessoais: seu perfil psicológico e o contacto direto com a Autora, sua aluna que foi. Inúmeros e importantes trechos de sua correspondência passiva são mostrados, deixando-se entrever como o viam os amigos e familiares. Quanto à segunda parte, ao que Rosemarie Horch modestamente chama de "Subsídios para uma bibliografia de A. d'E. Taunay", temos: 1. Artigos e obras de autoria de A. d'E. Taunay; 2. Obras traduzidas; 3. Obras comentadas, editadas e prefaciadas; 4. Artigos e obras sobre Taunay; 5. Índice onomástico, 6. Publicações periódicas consultadas. A referência bibliográfica das referidas obras é apresentada nas 1508 entradas; algumas delas são complementadas por dados referentes à publicação e edições.

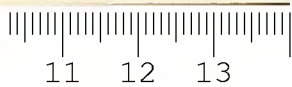
Como reconhece o próprio autor da primeira das obras aqui comentadas, Prof. Nogueira de Matos, "o levantamento completo, ou o menos incompleto possível de sua produção já foi realizado pela Professora Rosemarie E. Horch do Instituto de Estudos Brasileiros" (p.65). Do ponto de vista de informação quanto aos conteúdos, o livro do professor campineiro é mais rico, por seus resumos e comentários.

Pelas razões acima expostas, as duas obras complementam-se, podendo juntas constituírem definitivo guia para o estudo da vida e da obra do notável autor da "História do Café".

**Heloisa Liberalli Bellotto**  
Instituto de Estudos Brasileiros,  
Universidade de São Paulo



R.bras. Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 233-244, jul/dez.1978.



## Arquivos

José Cláudio Fama Toledo

Bibliotecário da UNESP

- ALMEIDA, José Roberto. *Processamento de dados*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, IAG, s.d. 22p.
- ARAÚJO, Ignez B. C. d' *Curso de arquivo - notas de aula*. Rio de Janeiro, Departamento de Educação dos Serviços Hollerith, 1941. 89 p.
- ÁREAS, José da Silva. *Relação e métodos de arranjo de documentos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973. 40p. (Instrumentos de Trabalho, sér. 3,8).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO MICROFILME, São Paulo. *Microfilme: tecnologia e aplicações*. São Paulo, 1972. 209 p.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.
- AASSOCIATION DES ARQUIVISTES FRANÇAISES. *Manuel d'archivistique; théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris, SUEPEN, 1970.
- BALLARINY, Humberto. Planejamento e organização de um registro de arquivo e estatística médica para um hospital infantil. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 74 (3): 304-16, 1957.
- BAUDOT, M. Les instruments de recherche". In: *Manuel d'archivistique*, p. 243-93.
- BAUDOT, M. "Les triages et éliminations. In: *Manuel d'archivistique*, p. 161-85.
- BAUDOT, M. Perspectives d'emploi du microfilm dans les dépôts d'archives. *Archivum*, Paris, 2: 89, 1952.
- BAUTIER, Robert-Henri Les archives. In: SAMARAN, C. - *L'histoire et ses méthodes*. Paris, Gallimard, 1961.
- BARROW, W. L. Clearing of documents. *Archivum*, Paris, 8:119-122, 1964.
- BERNATÉNE, H. *Comment concevoir, réaliser et utiliser une documentation*. 1967.
- BLAQUIERE, H.; DUCHEIN, M. & MAHEU, B. Les recherches, communications et délivrances de copies. In: *Manuel d'archivistique*, p. 295-337.
- BLAQUIERE, H.; FAUVREAU, R. & PEROTIN, Y. Les archives en formation et la pré-archivage. In: *Manuel d'archivistique*, p. 104-25.
- BOMENY, Regina D. & FRANCO, Celina A. P. M. Arquivos privados na história contemporânea brasileira. *Revista de Ciências Políticas*, Rio de Janeiro, 20 (1): 15-24, jan/mar 1977.

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 245-253, jul/dez.1978



- BRANCHE, Henri Boullier de. *Princípios e técnica de arquivo*. Rio de Janeiro, DASP, 1959. 98 p.
- BRASIL. Arquivo Nacional. *O preparo de inventários preliminares*. Rio de Janeiro, 1959. 31p.
- BRASIL. Arquivo Nacional *Tesouros do arquivo*. Rio de Janeiro, 1958. 44est. (Publicações avulsas)
- BRASIL. Departamento Administrativo do Serviço Público. *Diretrizes da documentação*. Rio de Janeiro, 1964. 356p.
- CAMPIGLIA, Guelfo Oscar Emprego da filmagem em arquivos. *IDORT*, São Paulo 26(307/308). 162-65, jul/ago. 1957.
- CANADÁ. Archives Publiques. *Organisation et opérations relatives à la gestion des documents*. 1975. 155 p.
- CANADA. Arquivo Público. *Arquivos correntes; organização e funcionamento*. Trad. de Nilza T. Soares. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1975. (Publicações Técnicas, 35).
- CANADA. Public Archives. *Records organization and operations*. 1974. 153p.
- CASCUDO, Luis da Câmara, *A função dos arquivos*. Recife Arquivo Público, Sep. da *Revista do Arquivo Público*, Recife, 9/10, 1953.
- CZ CASTELLANOS, Olga. *El descarte contemplado en la legislación argentina*. Trab. apres. nas JORNADAS DE ARCHIVEROS DE ARGENTINA, 3., Buenos Aires, 1971.
- CHAMOUX, Jean-Pierre. L'automatisation administrative chez les notaires. *Law and computer technology*. Washington, 2 (12): 4-10, Dec. 1969.
- CHARNIER, Henri. *As transferências dos documentos das prefeituras para os Arquivos Departamentais* (Les versements des services des préfectures dans les Archives Départementales). Trad. Marilena Barbosa Vieira. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. 44p. (Publicação Técnica, sér. 2, 22).
- CHURCH, Randolph W. "Relação existente arquivos públicos e bibliotecas. (The relationship between archival agencies and libraries). In: *Os arquivos públicos e as bibliotecas*. Trad. Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960, p.17 24. (Publicações Técnicas, sér. 2, 11)
- COARACY, Ada Maria, 4 Reprodução de documentos em bibliotecas. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 82 (1/3): 49-68, jan/mar. 1959.
- COLOMBIA. Universidad de Antioquia. Departamento de Organización y Sistemas. *Manual de procedimientos para la administración de hojas de vida en microfilmación*. Medellín, 1975. 110p.
- CONTINOLO, Giuseppe. *Como organizar o arquivo*. Lisboa, Pórtico, 1969.
- CORUJEIRA, Lindaura Alban. *Conserve e restaure seus documentos*. Salvador Itapuã, 1971. 91p.
- CORRÊA, Wilma Schaefer, *Métodos de arquivamento*. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, s.d. 8p.
- COSTA RICA. Instituto Costarricense de Eletricidade. Sección Archivo. *Manual de procedimientos para el trámite, clasificación y archivo de 1º correspondencia*. San José, 1965. 57p.
- DANNEMANN, Maria Luisa, Stallard *Elementos e técnicos de arquivo*. Rio de Janeiro, DASP, 1965.
- DANNEMANN, Maria Luisa. *Organização e administração de arquivos* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1968.



- DANNEMANN, Maria Luisa, *Técnica de arquivo*. Rio de Janeiro, 1968. 52p.
- DAVIES, John. *A study of the basic standards and methods in preservation and restoration workshops applicable to developing countries*. Bruxelles, CIA, 1973. 89p.
- DELMAS, B. & d'OLIER, J. - H. *La planification des infrastructures nationales de documentation, de bibliothèques, et d'archives*. Paris, UNESCO, 1974. (Documentation, 4)
- DICKSON, Maxcy R. - O ciclo dos documentos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 92 (1/3): 72-5, jul./set. 1961.
- DITTEL DE URIBE, Marta. *Técnicas modernas de arquivo*. México, D.F., McGraw-Hill s.d. 135p.
- DOLGIH, Filip Ivanovic. *La Liason entre les archives d'Etat et les archives administratives*. *Archivum*, Paris, 24: 33-74, 1974.
- DUBOSCQ, G. & MABBS, A. W., ed, *Organisation du pré-archivage*. Paris, UNESCO, 1974. (Documentation)
- DUBOSQ. G. & MABBS, A. W., ed. *The organization of intermediate records storage*. Paris, UNESCO, 1974 (Documentation, 5)
- DUCHEIN, Michel. *Les bâtiments et equipaments d'archives*. Paris, Mouton, 1966.
- DUCHEIN, Michel. *A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos*. (La collaboration entre les services administratives et les archives). Trad. de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959. 26p. (Publicações Técnicas, sér. 2, 5).
- DUCHEIN, Michel, *Le pré-archivage: quelques clarifications nécessaires*. *La Gazette des Archives*, 71: 226-36, 1970.
- EDUCATION DIRECTORY. *Careers and courses in Archival administration*. Ann Arbor, Mich., Society of American Archivists. 1973. 33p.
- ESPOSEL, José Pedro Pinto, *Arquivologia e desenvolvimento*. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 101 (3/4): 136 - 45, jul./dez. 1968.
- ESPOSEL, José Pedro Pinto. *Noções prévias para elaboração de um manual de arquivo*. Niterói, 1975. 72p.
- ESPOSEL, José Pedro Ponto. *Organização e administração de arquivos*. Rio de Janeiro, *Arquivo Nacional*, 1970.
- ETTINGER, Karl E. *Registros, relatórios e arquivos (Records and reports)*. Trad. Idel Becker. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1964. 54p. (Administração Racional de Empresas, 6)
- EVANS, Frank B. *Ideas modernas sobre la administación de archivos*. *Boletín de la UNESCO*, Paris, 24(5) Oct. 1970.
- FARIA, A. Nogueira, de. *A Técnica de arquivo*. In: *Organização de Empresas*. 4. ed. Rio de Janeiro, Record, 1969. v.3, cap. 15; p. 519-73,
- FAVIER, Jean. *Les archives*. Paris, PUF, 1959. (Que sais-je??, 805)
- FILANGIERE DI CANDIDA GONZAGA, Riccardo, conte, *Os arquivos privados*. *Archivum*, Paris, 6: 43-63, 1956.
- FILANGIERE DI CANDIDA GONZAGA; Riccardo, conte. *Os arquivos privados*. Trad. de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. 24p. (Publicações Técnicas, sér. 2, 6)
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS Manual de Arquivo. Rio de Janeiro, INDOC, 972. 78p. R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 245-253, jul/dez.1978



- FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS, Manual de Arquivo. Rio de Janeiro, Diretoria de Administração, 1974. 28p.
- GARCIA-DIAZ, Eva S. de; VELA, O. M. de & GORBEA, J. Q. de. *Sistemas de arquivos e controle de documentos* (Sistemas de archivar y control de documentos). Trad. Luiz Aparecido Caruso. São Paulo, Atlas, 1970, 212p.
- GILLE, Bertrand. Os arquivos privados e econômicos (Les archives privées et économiques). Tn: *A significação dos arquivos econômicos*. Trad. Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959. (Publicações Técnicas, sér. 2, 8, p. 25-45). Relatório ao III Congresso Internacional de Arquivos
- GIUSEPPE\$ Contino, *Como organizar o arquivo*.
- GIUSTI, Martire, Gli archivi civili; legislazione, organizzazione, classificazione. *Archivum*, Paris, 14: 89-104, 1964
- GOMES, F. Araujo. *Arquivamento com pastas suspensas vetromobel, vetrolateral e o arquivetro*. Rio de Janeiro, RUF, 1958. 96.p
- GOMES, F. Araújo. *Arquivo e documentação*, Rio de Janeiro, IBGE, 1967. 152p.
- GORBEA, Josefina Q. de & Muñiz, Alfredo. *Sistemas y métodos de archivar*, 1952.
- GREEN, K. Some comments on "Record Types". *Archives and manuscripts*, 5(5): 115-23, Nov. 1973.
- GUPTA, R.C. & KISHORE, Raubir. *Reparo e preservação de documentos*. Salvador, Arquivo Público da Bahia, s.d. (Publicação do Arquivo do Estado da Bahia, 4)
- GUT, Christian *Les archives et les relations publiques*. Trab. apres. na CONFERENCE INTERNACIONAL DE LA TABLE RONDE DES ARCHIVES, 15., Ottawa, 1974. 45p.)
- HARVEY, Lashley G. Organização de arquivos. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, 8 (45): 154-62, mar/abr 1960
- HODSON Y.H. *The administration of Archives*. Oxford, Pergamon, 1972
- HOLMES, Oliver W. A avaliação e preservação dos arquivos de negócios (The evaluation and preservation of the business archives). In: *A significação dos arquivos econômicos*. Trad. Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959. (Publicações Técnicas, sér. 2, 8) Relatório ao CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 3.
- JAMESON, Samuel Haig *Administração de arquivos e documentação*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1964. 319p. (Textos Seleccionados de Administração Pública, 12)
- JAVES, C.T. *Comunicações na Imprensa Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941.
- KATHPALIA, Y. P. *Conservation et restauration des documents d'archives*. Paris, UNESCO, 1973. (Documentation, 3)
- KECSKMÉTI, Ch. *La libéralisation en matière d'accès aux archives et de politique de microfilmage*. Paris, CIA, 1968.
- KILDUFF, Frederic W. *Inventory practice and material control*. New York, MacGraw-Hill, 1925.
- KNIGHT, Dorothy S. Vantagens da centralização do arquivo. IDORT, São Paulo, 26 (311/12): 263-65, nov./dez. 1957.
- LISSO DE LA VEGA, Javier Necessidade de aplicar um sistema orgânico à ordenação dos arquivos administrativos. Trad. Maria Amélia Martins de Araujo. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 79(1):44-60, abr. 1958.



- LEISINGER, Albert H. *A study of the basic standards for equipping, maintaining and operating a reprographic laboratory in archives of developing countries*. Bruxelles, CIA, 1973. 101p.
- LEISINGER, Albert H., *Microfotografia para archives*. Versión esp. Maria del Carmen Guzmán. Madrid, Servicio Nacional de Microfilm, 1972.
- LEISINGER, Albert H. *La Microphotographie aux archives*. Bruxelles, 1975.
- LEISINGER, Albert H. *Microphotography for archives*. Washington, D.C., 1968.
- LIMA, Raul *Arquivo e comunicação, nova função do arquivista: divulgar*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972. (Publicações técnicas, sér. 2,29).
- LEUCHT, Alberto Octávio. O arquivista moderno. *IDORT*, São Paulo, 26(309/10): 196-202, set/out 1957.
- LEVRON, Jacques. Les registres paroissiaux et d'état civil en France. *Archivum*, Paris, 9:55-100, 1959.
- MACEDO, Deoclésio Leite de *Noções gerais de cronologia*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1970. 64p. Sep. do *Mensário do Arquivo Nacional*, V.1,n.9, 1970.
- MACEDO, Deoclésio Leite de *Notariado*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1974. 15p. (Publicações Técnicas, sér. 2,33)
- MACHADO, Helena Corrêa. *Principais critérios de organização de arquivos*. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1974. 21p. Trab. apres. no Curso de Organização de Empresas.
- MARQUANT, R. *Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais* (Les archives et les recherches modernes économiques et sociales). Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. 32p. (Publicações Técnicas, sér. 2, 24)
- MARQUES, Sílvia Antunes. Termos coordenados. *Boletim Econômico da SUDENE*, Recife, 5(1):141-62, jan./jun. 1969.
- MARTIN, Roscoe. *Comunicações administrativas*. Rio de Janeiro, DASP, 1952.
- MASIS ROJAS, Teresa, *Archivo*. San José, Costa Rica, Dirección General de Servicio Civil, Departamento de Entrenamiento, 1971. 38.p
- MASIS ROJAS, Teresa. *Apuntes sobre archivo*. San José, Costa Rica, Dirección General de Servicio Civil, Departamento de Entrenamiento, 1974. 16p.
- MASIS ROJAS, Teresa, *Curso básico de archivo*. San José, Costa Rica, Dirección General de Servicio Civil, Departamento de Entrenamiento, 1968. 15p.
- MATILLA TASCÓN, A. *Cartilla de organización de archivos*. Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1960. (Sep. do *Boletín de la Dirección General de Archivos y Bibliotecas*, nº 55, 1960)
- MELGAR CALLEJAS, José Maria. *Administración de documentos*. Ensayo archivológico. San Salvador, 1972. 402p.
- MERCADO, Pablo A. Expurgo de archivos. *Boletín de la Asociación Archivística Argentina*,
- MIGUÉIS, Maria Amelia Porto. *O museu e a utilização das fontes primárias*. (Sep. de SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., Campinas, 1971, *Anais*)
- MIGUÉIS, Maria Amélia Porto. Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia. *AA*, Rio de Janeiro, 5(2): 7-20, ago. 1976.
- MILLER, Harry. *Organização e métodos*. 3.ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1964. 302p.



- MOREIRA, Oscar Victorino. *Administração de material*. Rio de Janeiro, DASP, 1967. 2v. (Série Escola de Serviço Público, 2)
- MOREIRA, Oscar Victorino. *Conservação e recuperação de material*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.
- MORELLI, Jucy Neiva. *Conheça e aplique a indexação coordenada*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Bibliotecários, 1968. 24p.
- MOTTA, Edson & SALGADO, Maria Luiza Guimarães. *O papel, problemas de conservação e restauração*. Petrópolis, Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1971.
- MOURA, Washington José de Almeida. Introdução a um curso sobre administração de arquivos. *Boletim Informativo do IBBD* Rio de Janeiro, 4(3/6):179-82, maio/dez. 1958.
- MULLER, S.; FEITH, J.A. & FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição de arquivos* (Handleiding voor het ordenen en beschrijven). Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. 145 p. (Publicações Técnicas, sér. 2,18).
- MUNDEN, Ken. *Regras de catalogação da Divisão de Documentação Departamental* (Cataloging rules in the Departmental Records Branch). Trad. de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro Arquivo Nacional, 1960. 23p. (Publicações Técnicas, sér.3, 18)
- NABUCO, Joaquim. *Bibliófilos versus bibliófagos: a conservação das nossas bibliotecas e arquivos*. Rio de Janeiro, Livraria J. Leite, 1943. 87p.
- NABUCO, Joaquim. *Em defesa do livro: a conservação das nossas bibliotecas e arquivos*. 2.ed. Rio de Janeiro, Antunes, 1959. 131p.
- A NATIONAL archives system; a background document. *Archives and manuscripts*, 5(5):104-09, Nov. 1973.
- NAUD, Gérard. *Le classement des fonds modernes et contemporaines*, 1972. (Mimeografado)
- NAYLOR, Lêda de Ticiano Walker. *A arte de arquivar*. Rio de Janeiro, ESPEG, 1971.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Proyecto multinacional de desarrollo de archivos*. Washington, D.C., 1974. 17p.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes Claro de. *Aspecto legal do microfilme*. *Microfilmado*, Rio de Janeiro, 2(6):20-21, out./dez. 1962.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes Claro de. *Crêterios para microfilmar documentação*. *Microfilmado*, Rio de Janeiro, 3(10):20-23, out./dez. 1963.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes Claro de. *Dinâmica do microfilme nas empresas modernas*. *Microfilmado*, Rio de Janeiro, 4(13):10-11, jul./set. 1964.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes Claro de. *Serviços de microfilme: da importância do planejamento para a instalação de um sistema*. *Microfilmado*, Rio de Janeiro, 4(16): 10-12, abr./jun. 1965.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes Claro de & ROSA, José Lázaro de Souza. *Teoria e prática da microfilmagem* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973. 105p.
- PECKHAM, Howard & WILEY, Bell Irwin. *O registro nacional de manuscritos* (Manuscript repositories and the National register). Trad. Manoel Adolpho Wanderly. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. 23p. (Publicações Técnicas, sér.2, 19)
- PAES, Marilena Leite. *Teoria e prática de arquivo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972. 84p.





- PALKATHPHALIA, Jash. *Conservation et restauration des documents d'archives*. Paris, UNESCO, 1973. 250p.
- PEROTIN, Yves, ed. *Manuel d'archivistique tropical*. Paris, 1966.
- PINHEIRO, Hésio Fernandes. *Organização e reorganização de serviços*, 1955.
- PIRES, Claire de Souza, *Crîtérios de eliminação de documentos*. Trab. apres. no CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2., São Paulo, 1974.
- POSNER, Ernst. *Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa* (Some aspects of archival development since the French Revolution). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959. 22p. (Publicações técnicas, sér.2,4
- PRADO, Heloisa de Almeida. *A técnica de arquivar*. São Paulo, Polígono, 1968 2.ed., 1970.
- PRADO, Heloísa de Almeida. *Manual do arquivista*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- REDFIELD; Charles E. *Comunicações administrativas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- RODRIGUEZ IBANEZ. Carlos M. Archivos administrativos oficiales. *Revista da la Administración* Buenos Aires, 25, jul. 1967 Pública.
- SABBE, Etienne. *Os arquivos de Estado* (Les archives de l'Etat). Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963. 68p. (Publicações Técnicas, sér.2, 26).
- SACLIER, M. The future of archives and manuscripts; letter to the editor. *Archives and manuscripts*, 5 (4): 93-94, Aug.1973.
- SAINT BLANQUANT, Odon de. Le problème des versements dans les archives des grandes villes. *La Gazette des Archives*, nouv. s ser., 19, jan. 1956.
- SAINT BLANQUANT, Odon de. *O problema das transferências nos arquivos das grandes cidades*. Trad. de Marilena Barbosa Vieira. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. 17p. (Publicações Técnicas, sér.2, 16).
- SALGADO, Adnar. *Técnica de arquivar*. Rio de Janeiro, DASP, 1961.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas* (Modern archives: principles and techniques). Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973. 345 p.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *A avaliação dos documentos públicos modernos* (The appraisal of modern public records). Trad. Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959. 56p. (Publicações Técnicas, sér.2,9).
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Documentos públicos e privados, arranjo e descrição*. (Public and private records: their arrangement and description). Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963, 344p. (Publicações Técnicas, sér.2, 27).
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Manual de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959, 175 p. (Publicações Técnicas, sér.2, 10).
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Manual de arquivos*. 2.ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973. 167p. (Publicações Técnicas, sér.2,10).
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt, *Modern archives: principles and techniques*, 1956.



- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt, *O preparo de listas de maços de documentos*. Trad. Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. 37p. (The National Archives Staff Information Papers, 17, rev.)
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt *Problemas arquivísticos do governo brasileiro*. (Archival problems of the Federal Government of Brazil). Trad. Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. 25p. (Publicações Técnicas, sér. 2, 14)
- SHAW, J. Archives and automation: a paper given at the Seminar on a National Archives System, held at the Australian Academy of Science, Canberra, on September 1, 1973, under the auspices of the Special Minister of State. *Archives and manuscripts*, 5 (6): 147-50, Feb. 1974.
- SILVA, João Luiz Martins Ney da. *Informática na administração de pessoal*. Rio de Janeiro, DASP, 1971. 108p.
- SILVA, Fenelon. Metodologia da documentação. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, (1):23-30, jul. 1959.
- SILVA, Antonio Paula de Andrade e *Teoria de projeto de microfilmagem*. São Paulo, Rotimpres, 1974. 17p. Trab. apres. no CONGRESSO INTERNACIONAL DE MICROFILME, 6., São Paulo, 1974.
- SOARES, Nilza Teixeira *Administração e controle da produção documental em função da pesquisa*. 9p. Trab. apres. no CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1., Rio de Janeiro, 1972.
- SOARES, Nilza Teixeira. Avaliação e seleção de documentos de arquivos: problemas e soluções. AA, 3 (3):7-13, dez. 1975.
- SOARES, Nilza Teixeira. *Crêterios de eliminação de documentos*. Trab. apres. no CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2., São Paulo, 1974.
- SOARES, Nilza Teixeira. *Estágio no domínio da arquivística e técnicas de documentação na França*. Rio de Janeiro, Lux, 1962. (Sep. do Boletim da Câmara dos Deputados, 10 (2):437-52, jul./dez. 1961.
- SOUZA, Maria de Lourdes Costa e *Apostilas do curso de Organização e Administração de Arquivos*. Rio de Janeiro, DASP, 1950.
- SOUZA, Maria de Lourdes Costa e. *Conteúdo típico de cargos integrantes da linha profissional arquivística, no que se refere a profissionais de nível médio*. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, s. d. 2 p. Mimeografado
- SOUZA, Maria de Lourdes Costa e. *Curso de organização e administração de arquivos*. Rio de Janeiro, DASP, 1950. Mimeografado
- TANODI, Amélia. *Manuel de archivologia hispanoamericana; teoria y principios*. Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 1961. (Collectanea Archivística)
- TATE, Vernon D. Microfotografia em arquivos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 2 (1):77-82, abr. 1943.
- TAVARES, Álvaro. *Manuel prático e teórico do arquivista*. Rio de Janeiro, Bloch, 1944. 175p.
- TORRES, Marcílio Vaz. Apontamentos de arquivística. *Revista do Serviço Público* Rio de Janeiro, 1953/1959.
- TORRES, Marcílio Vaz. *Vade-mecum do arquivista*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.
- ULIBARRI, George S. Semelhanças e diferenças entre arquivos e bibliotecas. *Interamerican Review of Bibliography*, 12 (3): 269-78, Jul/Sept. 1962.



URIBE, Marta Dittel de; CHARNECO, A. L. de Mendez, F.R. de *Técnica Profissional de escritório* (Práticas de oficina). Trad. Sylvio Rebello. Rio de Janeiro, McGraw-Hill do Brasil, 1971. 233p.

VALETTE, Jean-Jacques. *O papel dos arquivos na administração e na política de planificação nos países em desenvolvimento* (Le rôle des archives dans l'administration e dans la politique de planification dans les pays em voie de developpement developpement). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973. 63p. (Publicações técnicas, sér.2, 30).

VASQUEZ, Manuel *Muebles y equipos de archivos, oficinas y mesas de entradas*. Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 1975. 110p.

VENEZUELA. Comisión de Administración Pública. *Manual general de archivo y correspondencia*. Caracas, 1974. 58p.

VENEZUELA. Ministerio de Obras Públicas. *Sistema de archivo; procedimientos*. Caracas, 1975. 20p.

VIANNA, Mario Gonçalves. *Arte de classificar e arquivar*, 1967.

VIEIRA, Regina Alves. *A construção do arquivo: uma experiência trazida da Europa*. Rio de Janeiro. Associação dos Arquivistas Brasileiros, s.d. 5p. Trab. apres. no CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2., São Paulo. 1974.

VIEIRA, Regina Alves. *Métodos de arquivamento*. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1973. 30p.

VIEIRA, Regina Alves. *Técnica de arquivo*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1965. (Apostilas do Curso de Arquivo)

VOSS, Ana Maria Pedroso. Noções de prática de pesquisa. *Coleta e armazenamento de dados*. Trab. apres. no CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2., São Paulo, 1974. 23p.

WHITE, ERic Watson. *Arquivar e achar*. Rio de Janeiro Bloch, 1941. 231p.

ZOJA, Mário M. Curso de arquivística e noções de arquivonomia. Rio de Janeiro, Rede Ferroviária Federal, Departamento de Pessoal da Administração Central, Setor de Treinamento, s.d. 108p.



**Bibliotecas Especializadas**

Thereza Diácoli Quadrelli\*  
 Maria Amélia Rocha Costa\*\*

**A — Bibliografias**

LIBRARIANSHIP and allied subjects. 3. ed. s.l., Ealing Public Libraries, 1961.

SCHUTZE, Gertrude. *Documentation source book*. New York, Scarecrow Press, 1965. 554p.

SCHUTZE, Gertrude. *Information and library science source book: a supplement to Documentation Source Book*. Metuchen, N.J., Scarecrow Press, 1972. 483p.

ZELL, H. & MACHESNEY, R. *An international bibliography of non periodical literature on documentation and information*. Oxford, Robert Maxwell, 1965. 294p.

**B — Livros e artigos de periódicos**

AGYEI-GYANE, L. *Directory of special libraries in Ghana*. Accra, Central Reference and Research Library, 1974. 71f.

ALBERT, D. The special library consultant: some pragmatic guidelines. *Special Libraries*, 63 (11):507-10, 1972.

AL-MARKAZ AL-QAWNI LIL-I'LAM WA-AL-TAWTHIQ. *Directory of scientific and technical libraries in the United Arab Republic*. Cairo, National Information and Documentation Centre, 1970. 242p.

ALMEIDA, M. L. P. de. *Bibliotecas especializadas*. Belém, Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, 1970. 11p.

ANDERS, M.E. Reference service in special libraries. *Library Trends*, 12 (3):390-404, Jan. 1964.

ANDERSON, B.L. *Special libraries and information centres in Canada: a directory*. Ottawa, Canadian Library Association, 1970. 168p.

\* Chefe Substituta da Seção de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Div. de Biblioteca e Documentação da Coordenadoria de Atividades Culturais da USP.

\*\* Chefe Substituta da Seção de Bibliografia e Referência da Biblioteca Central da Div. de Bibl. e Documentação da Coordenadoria de Atividades Culturais da USP.



- ANTHONY, L.J. Filing and storing material. In: ASWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, ASLIB, 1967. p. 233-75.
- ANTHONY, L.J. Library planning. In: ASHWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, ASLIB, 1967. p.309-64.
- AQUINO, A.N. de & PACOMIO, M.T. A. *Biblioteca especializada numa área em desenvolvimento: uma experiência*. São Paulo, 1967. 21p. Trab. apres. ao 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- ARBEITSGEMEINSCHAFT DER SPEZIALBIBLIOTHEKEN. *Verzeichnis der spezialbibliotheken in der Bundesrepublik Deutschland einschliesslich West-Berlin*: Neubearb. von Fritz Meyen. 2. aufl. Braunschweig, F. Vieweg, 1970. 207p.
- ARIÈS, P. Du bon usage de l'ordinateur par les centres de documentation spécialisés. *Bulletin des Bibliothèques de France*, 13 (12): 531-9, 1968.
- ASHWORTH, W. Abstrating. In: —, ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3 ed. London, Aslib, 1967. p.453-81.
- ASHWORTH, W. Information science in Britain and Germany. 2. Information in Britain. *Aslib Proceedings*, 23 (12):635-44, 1971.
- ASHWORTH, W. *Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos*; trad. da 3ª ed. de Maria Fernanda de Brito... Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. 707p.
- ASHWORTH, W. A review of mechanical aids in library work. In: — *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, Aslib, 1967. p.524-53.
- ASHWORTH, W. Special libraries. In: BRITISH librarianship today; edited by W. L. Saunders. London, Library Association, 1976. p.272-96.
- ASHWORTH, W. Staffing the special library. *Librarian and book world*, 49 (9): 175-81, Oct. 1960.
- Aslib. *Aslib directory*; edited by Brian J. Wilson. 3. ed. London, 1970. 2v.
- ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS. *Relatório da Comissão de Estudos de Bibliotecas Especializadas*. São Paulo, 1964. 6f.
- ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS. Grupo de Bibliotecários Biomédicos. *Normas para catalogação de publicações seriadas nas bibliotecas especializadas*. Ed. preliminar. São Paulo, 1966. 52f.
- ASSOCIATION DES DOCUMENTALISTES ET BIBLIOTHÉCAIRES SPÉCIALISÉS. Groupe Est. *Répertoire des bibliothèques et des services de documentation*. Metz, 1973. 208p.
- ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES. *Problems and prospects of the research library*; edited by Edwin E. Williams. New York, Scarecrow Press, 1956. 181p.
- R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 254-269, jul/dez. 1978



- ASTALL, H. R. *Special libraries and information bureaux*. London, Bingley, 1966. 72p.
- AUDRENKAMP, J. A. et al. *Special libraries: a guide for management*. New York, Special Libraries Association, 1975. 74p.
- BAER, H. Nutzen und Nutzung einer Spezialbibliothek Benefit and utilization of a special library *Nachrichten vereinigung Schweizerischer Bibliothekare*, 42 (3):81-92, 1966.
- BATTEN, W. E., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 4. ed. London, Aslib, 1975. 430p.
- BECKER, J., ed. Automation fundamentals for special librarians. *Drexel Library Quarterly*, 5(4): 192-246, 1969.
- BEDSOLE, D. T. *Library services in large industrial corporations*. Ann Arbor, University of Michigan, 1961. Ph. D. Dissertation.
- BERG, Brit. *Swedish special libraries and documentation centres*. 2. rev. utg. Stockholm, Tekniska litteratursällskapet, 1974. 123p.
- BERTALAN, F. J. Selection and reference use in the special library. *Library Trends*, 15(1):143-56, 1966.
- BHATNAGAR, U. The role of the library in the research team. *Herald of Library Science*, 14(4):232-7, 1975.
- BHATTACHARYYA, K. Some general characteristics of special libraries in science and technology in U. K. *Journal of Documentation*, 28(3):214-32, 1972.
- BLAGDEN, J. F. Special libraries. *Library Association Record*, 72(4): 150-60, 1970; 72(11):351-2, 1970; 73(7):136, 1971; 74(7):122-3, 1972; 75(7):132-3, 1973; 76(12):246-7, 1974; 77(6):129-33, 1975; 78(5):207-8, 1976; 78(12):576-7, 1976.
- BLAGDEN, J. F. What makes special libraries special? *Library Association Record*, 79(10):545, 1977.
- BLAIR, K. G. Special libraries in the next decade. *California Librarian*, 31(1):22-8, 1970.
- BLUEPRINT FOR THE '70s: a Seminar on Library Planning, New York, 1971. *Planning the special library: a project of the New York Chapter, SLA*. Edited by Ellis Mount. New York, Special Libraries Association, 1972. 122p. (SLA Monograph nº 4)
- BOAZ, M. T. Evaluation of special library service for upper management. *Special Libraries*, 59(10):789-91, 1968.
- BOLEF, D. Computer output microfilm. *Special Libraries*, 65(4):169-75, 1974.
- BOODSON, K. Publications of the library and information department. In: ASHWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and in information work*. 3. ed. London, Aslib, 1967. p.482-523.
- BRAIDATO, T. G. *Bibliotecas especializadas*. Fortaleza, 1963. 9f. Trab. apres. ao 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.



- BRASIL. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Bibliotecas especializadas brasileiras*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1969. 605p. (Fontes de Informação).
- BRITISH LIBRARY. Science Reference Library. *Guide to government department and other libraries and information bureaux*. 22. ed. London, 1976. 72p.
- BROEBECK, S. *Sugestões para uma cooperação intensa entre as bibliotecas especializadas do Brasil*. Recife, 1954. Trab. apres. ao 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- BUDINGTON, W.S. Interrelations among special libraries. *Library Quarterly*, 39 (1): 64-77, 1969.
- BURKETT, J. *Industrial and related library and information services in the United Kingdom*. 3. ed. London..Library Association, 1972. 263p.
- BURKETT, J. *Special libraries and documentation centres in the Netherlands*. Oxford, Pergamon Press, 1968. 103p.
- BURKETT, J. *Trends in special librarianship*. London, Archon Books, 1969. 205p.
- BURKETT, J. & MORGAN, T. S. *Special materials in the library*. London, Library Association, 1964.
- CAMPBELL, D. J. Las pequeñas bibliotecas técnicas: guía para bibliotecários que no han recibido formación técnica. *Boletín de la Unesco para las Bibliotecas*, 24 (5): 273-96; 24(6): 344-60, 371, 1972.
- CAMPBELL, D. J. *Survey of information/ library units in industrial and commercial organizations*; results of a survey of the information/library units of a sample comprising 52 british industrial and commercial organizations. Results analyzed and report prepared by C.W. Hansom. London, Aslib, 1960. 42p.
- CAREY, R. J. P. *Finding and using technical information*. London, Edward Arnold, 1966. 153p.
- CARPINE-LANCRE, J. L'avenir des bibliothèques spécialisées. *Associations des Bibliothécaires Français. Bulletin d' Informations*, (82): 7-8, 1974.
- CARPINE- LANCRE, J. Le contrôle bibliographique universel et les bibliothèques spécialisées. *INSPEL*, 9 (1/2): 22-5, 1974.
- CARTERSON, J. et al. Commentary on proposing a special library. *Special libraries*, 66 (2): 92-4, 1975.
- CENTRO NACIONAL DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN. *Guía de bibliotecas especializadas y centros de documentación de Chile*. 2. ed. Santiago de Chile, CONICYT/CENID, 1976. 167p.
- CHRISTIANSON, E.B. *Para-professional and nonprofessional staff in special libraries*. New York, Special Libraries Association, 1973. 70p.
- CARISTIANSON, E. B. Special libraries: putting knowledge to work. *Library Trends*, 25 (1): 399-416, 1976.



- COARD, J. Flexibility: the key to service in special libraries. *New Zealand Libraries*, 35 (2): 124-30, 1972.
- COLLISON, R. L. W. *The treatment of special material in libraries*. 2. ed. London, Aslib, 1955. 104p.
- CONTEMPORARY problems in technical library and information center management: a state-of-the-art; Alan Rees, editor. Washington, ASIS, 1974. 211p.
- CORBETT, L. Problems in using external information services: attitudes of the special library and its users (with discussion). *Aslib Proceedings*, 24 (2): 96-110, 1972.
- COWGILL, L. O. & HAVLIK, R. J. Standards for special libraries. *Library Trends*, 21 (2): 249-60, 1972.
- DAGNESE, J. M. Cooperation between academic and special libraries. *Special Libraries*, 64 (10): 423-32, 1973.
- DIJK, G. van. The small special library and its librarian. *Open*, 1 (5): 304-6, 1969.
- DIRECTORY of libraries in Manitoba. Winnipeg, Public Libraries Services, Dept. of Tourism, Recreation and Cultural Affairs, 1972/73. v.
- DIRECTORY of special libraries. Akron, Ohio, Cleveland Chapter, Special Libraries Association, s.d. v.
- DIRECTORY of special libraries in Indonesia. Dajakarta, Indonesian National Scientific Center, 1966. v.
- DOUVILLE, J. A. Technical information centers: specialized services to science and technology: an overview. *Journal of the American Society for Information Science*, 23 (3): 176-84, 1972.
- DUNCAN, M. Making the special librarian special: the case for continuing education. *California Librarian*, 30 (3): 191-8, 1969.
- ECHELMAN, S. Libraries are business, too. *Special libraries*, 65 (10/11): 409-14, 1974.
- ECHELMAN, S. Toward the new special library. *Library Journal*, 101 (1): 91-4, 1976.
- ELMAN, S. A. Special libraries: the users' points of view. *Special Libraries*, 62 (9): 340-2, 1971.
- ENGLISH, E.W. Hits and misses. *Special libraries*, 66 (5/6): 237-40, 1975.
- ENSLEY, R. F., ed. Special library services. *Illinois Library*, 57 (7): 445-516, 1975.
- ESTADOS UNIDOS. International Cooperation Administration Office of Industrial Resources. *Technical libraries in cooperative programs*. Washington, 1960. 97p.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO. *Modern documentation and information practices*. Haia, 1961. (FID Publication, 334)
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO. Comissão Latino-R. bras. Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 254-269, jul/dez. 1978





- Americana. *Guia de bibliotecas especializadas e centros de documentação na America Latina*. Rio de Janeiro, IBBD, 1970.
- FERREIRA, M. I. de C. *Bibliotecas especializadas*. São Carlos, São Paulo. Belo Horizonte, 1971. Trab. apres. ao 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- FETROS, J. G. Cooperative picture searching and collection development. *Special Libraries*, 62 (5/6): 217-26, 1971.
- FEUILLEBOIS, G. Des bibliothèques spécialisées pour le progrès, la science et l'humanisme. *INSPEL*, 7 (3/4): 58-63, 1972.
- FINK, D. G. The impact of technology on library science. *Special Libraries*, 68 (2): 76-80, 1977.
- FISHER, E. L. *A checklist for the organization, operation and evaluation of a company library*. New York, Special Libraries Association, 1960. 60p.
- FOLDI, T. & LANG, I. New trends in the basic function of Hungarian economic libraries. *INSPEL*, 8 (1): 9-17, 1973.
- FOSKETT, D. J. Classification. In: ASHWORTH, W. ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, Aslib, 1967. p.79-140.
- FOSKETT, D. J. *Serviço de informação em bibliotecas*; tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1969. 159p.
- FOSKETT, D. J. *Special libraries*. s.l., 1972. 16p. Paper prepared for presentation at the Internacional Conference on Librarianship held in Kingston, Jamaica, 1972, April 23-29.
- FOSKETT, D. J. Special libraries: definitions, purposes and services. In: LIBRARIES and the challenge of change. Chicago, Ill., Mansell Information Publishing, 1975. p.80-5.
- GALVÃO, C. M. Documentação na Região Amazônica. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 1 (2):203-6, 1973.
- GARVIN, D. Information analysis center and the library, *Special Libraries*, 62 (1):17-23, 1971.
- GILCHRIST, A. Objectively speaking. *Information scientist*, 7 (2): 37-42, 1973.
- GHOSH, G. B. & BANERJEE, B. N. *Trends of information service in India*. Calcutta, World Press, 1974. 286p.
- GREYBE, J. I. Beskrywing en evaluering van take in spesiale biblioteke/Description and evaluation of duties in special libraries; with discussion by S. Bruins. *South African Libraries*, 33:22-7, July 1965.
- GUARNIERI, A. C. *Bibliotecas especializadas*. São Paulo, 1967. 9p. Trab. apres. ao 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- GUARNIERI, A.C. Bibliotecas especializadas, um problema no Brasil. *O Correio Paulistano*, 22 abr. 1960.
- R.bras.Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 254-269, jul/dez. 1978



- GUARNIERI, A.C. *Documentação e bibliotecas especializadas*. Fortaleza, 1959. 7p. Trab. apres. ao 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- GUARNIERI, A.C. *Notas sobre o problema de informação nas bibliotecas especializadas*. Fortaleza, 1963. 10p. Trab. apres. ao 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- HALL, J. Technical report literature. In: ASHWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, Aslib, 1967. p.287-308.
- HAMILTON, M. J. de C. Members in special libraries: staffing survey 1970: preliminary report. *Library Association Record*, 72 (12): 370-1, 1970.
- HANDBOOK of special librarianship and information work; ed. by W. E. Batten. 4. ed. London, Ashb, 1975. 430p.
- HANSOM, C.W. *Introduction to science-information work*. London, Aslib, 1971. 199p.
- HANSOM, C.W. Subject inquiries and literature search. In: ASHWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, Aslib, 1967. p.415-49.
- HANSON, C.W. Survey of information/library units in industrial and commercial organizations. *Aslib Proceedings*, 12 (11): 391-6, Nov. 1960.
- HARVEY, J.M. *Specialized information centres*. Hamden, Conn., Linnet Books, 1976. 112p.
- HEWITT, V.D. Special libraries, librarians and the continuing education of black people. In: JOSEY, E.J., ed. *What black librarians are saying*. Metuchen, N.J., Scarecrow, 1972. p.268-74.
- HEWITT, V.D. Utilizing public and special libraries to serve post-secondary education. *Special Libraries*, 67 (1): 13-7, 1976.
- HOLM, B.E. *How to manage your information*. New York, Reinhold, 1968.
- HOLM, B.E. Library and information centres management. *Annual Review of Information Science and Technology*. 5: 353-75, 1970.
- HOPE, N.W. Role of the small special library in tomorrow's world. *Special Libraries Association. Science-Technology Division News*. 22: 260-2, Fall 1968.
- HOUGHTON, B. & PROSSER, C. Rationalization of serial holdings in special libraries. *Aslib Proceedings*, 26(6): 226-36, 1974.
- HULEATT, R.S. The Stone & Webster Library 1900-1970: seventy years of special library service. *Special Libraries*, 61(7): 374-76, 1970.
- HULEATT, R.S. What do libraries do all day? Some management questions. *Special Libraries*, 61(2): 78-80, 1970.
- INFORMATECH FRANCE-QUÉBEC. *Répertoire des centres de documentation et des bibliothèques spécialisées du Québec*. Québec, EOQ, 1974. 241p.

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 254-269, jul/dez.1978



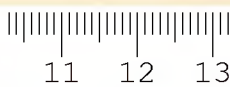
- INSTITUT ALI BACH HAMBBA. *Les unités de documentation en Tunisie: essai de recensement, situation au 30 juin 1967*. Tunis, 1967. 100p.
- ISRAEL. ha-Mo'atsah ha-le'umit le-mehkar ulefituah. *Union list of abstracting and indexing services in special libraries in Israel*. Tel-Aviv, National Council for Research and Development, National Center of Scientific and Technological Information, 1975. 80, 16 p.
- JACKSON. E. B. Measurement and evaluation in special libraries. In: GOLDHOR, H. *Research methods in librarianship: measurement and evaluation*. Champaign, Ill., University of Illinois, Graduate School of Library Science, 1968. p.70-87.
- JACKSON, L., ed. *Technical libraries: their organization and management*. New York, Special Libraries Association, 1951. 202p.
- JAHODA. G. Special libraries and information centres in industry in the United States. *Unesco Bulletin for Libraries*, 17(2):70-6, Mar.-Apr. 1963.
- JOHNS, A. W. *Special libraries: development of the concept, their organizations, and their services*. Metuchen, N.J., Scarecrow, 1968. 245p.
- JOHNSON, E. M. Special library and some of its problems. In: LANDMARKS of library literature, 1876-1976. Metuchen, N.J., Scarecrow, 1976. p.308-18.
- JOHNSTON, B. Establishing a special library in isolation. *Australian Special Libraries News*, 6(4):69-73, 1973.
- JOHNSTON, B. *Special library practice: a report on a visit to special libraries in England, France, Canada, and the United States of America in 1948*. Melbourne, Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization, 1949. 81p.
- KAEGBEIN, P. Libraries as special information systems. *INSPEL*, 11(1):5-15, 1976.
- KAISER, B. Special libraries and productivity. *New Zealand Libraries*, 37:205-9, Aug. 1974.
- KATES, J. R. One measure of a library's contribution. *Special Libraries*, 65(8):332-6, 1974.
- KAUL, B. K. Special library and recruiting. *IASLIC Bulletin*, 13(3):213-8, 1968.
- KENT, A. *Specialized in information centres*. Washington, Spartan Books, 1965. 230p.
- KINDER, K. L. What's special about special librarianship? *Library Journal*, 87(19):3957-61, Nov. 1, 1962.
- KLEMPNER, I. M. 'commentary. KNOX, W. T. Special libraries and NTIS. *Special Libraries*, 67 (8):397-400, 1976.
- KNOX, W. T. Special libraries and NTIS. *Special Libraries*, 67(1): 45-8, 76.
- KRUZAS, A. T. *The development of special libraries for American business and industry*. Ann Arbor, University of Michigan, 1960. Ph. D. Thesis.
- KUNKEL, B. K. et al. The use of computerized data bases by special libraries. *Bookmark*, 36(2): 49-54, 1977.
- R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 254-269, jul/dez.1978



- \*KYLE, B. R. F. Administration. In: ASHWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, Aslib, 1967. p.12-34.
- LANDENDORF, J. *The changing role of the special librarians in industry, business and government*. New York, Special Libraries Association, 1973.
- LANDENDORF J. The special librarian in the modern world. *Special Libraries*, 61(10): 531-7, 1970.
- LAMB, J. P. *Commercial and technical libraries*. London, Allen & Unwin, 1955. 315p. (The Library Association series of library manuals, v.10)
- LANDAU, H. B. Contract services in the special library: the make or buy decision. *Special libraries*, 64(4): 175-80, 1973.
- LANE, R. B. What is a special library? *Pakistan Library Bulletin*, 4:45-54, 1972.
- LEWIS, C. M. *Special libraries: how to plan and equip them*. New York, Special Libraries Association, 1963. 117p. (SLA Monograph n° 2)
- LIBRARY ASSOCIATION. Classification Research Group. *Classification and information control*; papers representing the work of the Classification Research Group during 1960-68. London, 1969. 130p.
- LIBRARY ASSOCIATION OF AUSTRALIA. Special Libraries Section. *Directory of special libraries in Australia*; edited by Vera M. Wicks. 3. ed. Sydney, Library Association of Australia, 1972. 202p.
- LITTON, G. L. *La biblioteca especializada*. Buenos Aires, Bowker Editores Argentina, 1974. 208p.
- LUCAS, C. K. Considerations in planning special libraries and information centers. *Drexel Library Quarterly*, 7(1):65-9, 1971.
- LUCAS, H. C. Jr. Influencing computer decisions. *Special Libraries*, 63(7): 281-4, 1972.
- LUNA, D. de M. *Problemas das bibliotecas especializadas*. Fortaleza, 1963. 17p. Trab. apres. ao 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- LYLES, M. A. Environmental design applications. *Special Libraries*, 63(11):495-501, 1972.
- MACK, E. *In-training in information and special library units*, London, Aslib, 1974. 53p.
- MARTYN, J. *Notes on the operation of specialised information centres*. London, Aslib, 1970, 16p. (Aslib Occasional Publication n° 5)
- MASON, M. United States special libraries and universal Bibliographical Control: bibliographical essay. *INSPEL*, 9 (1/2): 53-63, 1974.
- MATARAZZO, J. M. The development of a special library: an experiment in instruction. *Special libraries*, 64 (5/6): 217-21, 1973.
- MEDEIROS, H. *Bibliotecas especializadas: o especialista em informação científica*. Fortaleza, 1963. 17f. Trab. apres. ao 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.



- MEDELLIN, Colombia. Universidad de Antioquia. Escuela de Bibliotecología. *Bibliotecas universitarias y especializadas: manual para el curso B-46*, preparado por Fermin Peraza Sarausa y Gastón Litton. Medellín, 1961. 55p.
- MELTZER, M.F. *The information center: management hidden asset*. New York, American Management Association, 1967.
- MONTAGUE, P.M. Technological changes that may affect newspaper libraries in the future. *Aslib Proceedings*, 25 (6): 216-9, 1973.
- MONTE-MOR, J. *Estudo sobre objetivos e padrões mínimos de bibliotecas especializadas*. Rio de Janeiro, IBBD, 1965, 8f. Seminário de Bibliotecas de Matemática. Física e Química.
- MOUNT, Ellis. *Planning the special library*. New York, Special Libraries Association, 1972. 128p.
- MUKHERJEE, A.K. *Fundamentals of special librarianship and documentation*. Calcutta, IASLIC, 1969. 260p. (Indian Association on Special Libraries and Information Centers. IASLIC manual nº 1)
- MUSIKER, R. *Guide to sources of information in the humanities*. Potchefstroom, Potchefstroom University for C.H. E., 1962. 100p.
- MUSIKER, R. *Special libraries: a general survey, with particular reference to South Africa*. Metuchen, N.J., Scarecrow, 1970. 215p.
- MYERS, M.S. & FREDERICK, W.C. Business libraries: role and function in industrial America. *Journal of Education for Librarianship*. 15 (1): 41-52, 1974.
- NEW ZEALAND LIBRARY ASSOCIATION. Special Libraries Section. *Directory of special libraries in New Zealand*; edited by Paul Szentirmay. 3. ed. Wellington, New Zealand Library Association, 1974. 163p.
- O'DONNELL, W.S. The vulnerable corporate special library/information center: minimizing the risks. *Special libraries*, 67 (4): 179-87, 1976.
- OHIO LIBRARY FOUNDATION. *Model personnel policy for Ohio academic libraries and public libraries; personell guidelines for governmental libraries, school library media centers, special libraries*. Columbus. Ohio Library Foundation, 1975. 43p.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. *Does your firm need its own information service: an enquiry into the economic advantages of an information service in small and medium-sized firms*. Paris, 1963. 53p.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. *Setting up your company's technical information service*. Paris, 1965.
- OTTO, F. Spezialbibliothek und Bibliographie/ Special library and bibliography/ *INSPEL*, 9(1/2): 6-15, 1974.
- OTTO, F. Zentrale Fachbibliotheken in der Bibliotheksplanung Special libraries in library planning. *INSPEL*, 11(4): 157-63, 1976.
- OWERES, E.W. A survey of special library education. *Special Libraries*, 51: 288-93, 1960. R.bras.Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 254-269, jul/dez. 1978



- PACOMIO, M.T.A. et al. *Informe sobre bibliotecas especializadas no Recife*. São Paulo, 1967. 20p. Trab. apres. ao 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- PARIS. Bibliothèque Nationale. *Bibliothèques spécialisées de Paris et de la région parisienne*. 3. ed, Paris, en distribution au Service d'accueil et d'orientation des lecteurs, 1971. 31p.
- PECK, T.P. The special librarian and the resource-full community. *Special Libraries*, 63(12): 549-53, 1972.
- PERDUE, A.P. Universal Bibliographic Control and the private special library: the Bank of Canada library, a case study. *INSPEL*, 8(3/4): 51-3, 1973
- PERSATUAN PERPUSTAKAAN MALAYSIA. Standing Committee on Special Libraries. *Directory of special libraries in Malaysia*. Kuala Lumpur, 1976. 89p.
- PETRU, W.C., ed & WEST. M.W. ed. *The Library: an introduction for library assistants*. New York, Special Libraries Association, 1967. 79p.
- A PRACTICAL approach to your special library: proceedings of a seminar held in Wellington on 14 and 15 August 1972; ed. by H.M. Stephen-Smith. Wellington, New Zealand Library Association, Special Libraries Section, 1973. 60p.
- A PRELIMINARY directory of documentation centres in Kenya, Malawi, Tanzania, Uganda and Zambia; their subject fields, scope, services and sizes. Edited by S.W. Davis. Kampala, East African School of Librarianship, 1969. 15p.
- PROBLEMS of special libraries. In: LIBRARY ASSOCIATION OF AUSTRALIA CONFERENCE, 1969. Adelaide. Proceeding: Surrey Hill, Library Association of Australia, 1971. p.606-14.
- PUSAT DOKUMENTASI ILMIAH NASIONAL. *Directory of special libraries in Indonesia*, 1969. 3. rev. ed. Djakarta, 1969. lv.
- QUEIROZ, M.L.A. de S. *Carencia de bibliotecas especializadas no interior de São Paulo*. São Paulo, 1967. 7f. Trab. apres. ao I Simpósio de Bibliotecas em Empresas.
- RABURN, J. Public relations for a special public. *Special Libraries*, "60" (10): 647-50, 1969.
- RANDALL, J.E. Inventory for a special library collection. *Special Libraries*, 63 (3): 130-4, 1972.
- RATHBUN, L. The small library's large problem: "I'm ready and eager, but where are the clients?" *Special Libraries*, 65 (5/6): 223-6, 1974.
- REDMOND, D.A. Small technical libraries: a brief guide to their organization and operation, *Unesco Bulletin for Libraries*, 18 (2): 49-79, Mar.- Apr. 1964.
- RICHER, S. La bibliothèque spécialisée d'aujourd'hui. *Association Canadienne des Bibliothécaires de Langue Française. Bulletin*, "13": 184-5, 1967.
- RIPPON, J.S. & FRANCIS, S. Selection and acquisition of library materials. In: R.bras. Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 254-269, jul/dez. 1978



- ASHWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, Aslib, 1967. p.35-78.
- RUOKONEN, K. Special libraries and Universal Bibliographic Control. Finland: state of the art report. *INSPEL*. "8" (3/4): 53-7, 1973.
- RUSH, N.O. et al. *Special collections : what they mean to librarians, professors and collectors*. Tallahassee, Friends of the Library, Florida State University, 1972. 50p.
- SABLE, E.M. A management concept of the modern special library. *Special Libraries*, 55 : 23-6, 1965.
- SAHA, J. *Special libraries and information services in India and in the U.S.A.* Metuchen, N.J. Scarecrow, 1969. 216p.
- SAVOVA, E. Le Control Bibliographique International et son influence sur les bibliothèques speciales. *INSPEL*. 9 (1/2): 37-44, 1974.
- SAVOVA, E. *Problems of special libraries*. Sofia, Bulgarian Academy of Science, 1975. 273p.
- SAVOVA, E. La structure moderne d'organisation et l'administration des bibliothèques speciales. *INSPEL*, 12 (1): 31-8, 1977.
- SCHICK, F.L. & HOWARD, P. *Survey of special libraries serving the Federal Government*. Washington, U.S. Dept. of Health, Education and Welfare, Office of Education, 1968, 117p.
- SCHORR, A.E., ed. *Directory of special libraries in Alaska*. New York, Special Libraries Association, 1975. 67p.
- SELLERS, D.Y. Basic planning and budgeting concepts for special libraries. *Special libraries*, 64 (2): 70-5, 1973.
- SEMINAR ON AUTOMATION PROBLEMS IN UNIVERSITY LIBRARIES AND SPECIAL. Proceedings. *Annals of Library Science and Documentation*, 16(2): 54-118, 1969.
- SEMMON TOSHOKAN KYOGIKAI. *Directory of special libraries*, Japan. Tokyo, Special Libraries Association, 1976. 563p.
- SHARP, J. R. Information retrieval. In: ASHWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, Aslib, 1967. p.141-232.
- SHARP, H. S. *Readings in special librarianship*. New York, Scarecrow, 1963. 714p.
- SHEFFIELD INTERCHANGE ORGANISATION. *Sinto information resources: directory and guide*; edited by John Bebbington. Sheffield, Sinto, 1971. 18p.
- SHERA, J. H. An education program for special librarians. *Journal of Education for Librarianship*, 1:121-8, Winter 1961.
- SILVA, A. N. de. *Avaliação estatística em bibliotecas especializadas*. Belo Horizonte, 1971. Trab. apres. ao 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- SILVA, M. *Special libraries*. London, Andre Deutsch, 1970. 96p.
- R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 254-269, jul/dez.1978

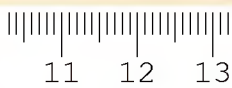


- SLATER, F., ed. *Cost reduction for special libraries and information centers*. Washington, ASIS, 1973. 187p.
- SLATER, M. *Technical libraries: users and their demands*. London, Aslib. 1964. 126p.
- SOVENYHAZY, C. Investigation of professional information demands and the user. *Research in Librarianship*, (30):192-204, 1975.
- SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION. Objectives and standards for special libraries. *Special libraries*, 55(10):672-80, Dec. 1964.
- SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION. Boston Chapter. *Directory of special libraries in Boston and vicinity*. Compiled by Maisie E. Parsons. 7. ed. Boston, 1972.
- SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION. Illinois Chapter. *Special libraries: a guide for management*; Edward G. Strable, editor. New York, 1975. 74p.
- SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION. Southern California Chapter. *Directory of special libraries in Southern California*; compiled by Sophie K. Hudnut et alii. 4 ed. Ridgecrest, Calif., Available form S. K. Hudnut, 1972. 154p.
- SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION. Supplement. Los Angeles, Southern California Chapter, Special Libraries Association, 1974. 32p.
- SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION. Toronto Chapter. *Directory of special libraries in the Toronto area*. 6. ed. Toronto, 1974. 99p.
- SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION. Upstate New York Chapter. *A directory of special libraries and research resources in New York State*. Rochester, N.Y., 1966. 37p.
- SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION. Washington Chapter. *Directory and handbook*. Washington, 1966. v.
- SPECIAL libraries and information centers. In: GATES, J. K. *Introduction to librarianship*. 2. ed. New York, McGraw-Hill, 1976. p.215-25.
- SPECIAL libraries and special librarians: a potpourri. *Kentucky Library Association Bulletin*, special issue, 1975.
- SPECIAL libraries directory of Greater New York. 12 ed. New York, Special Libraries Association, 1972. v.
- SPECIAL libraries, worldwide: a collection of paper; prep. for the Section of Special Libraries; ed. by Günther Reichardt. Pullach 'Isartal', Verlag Dokumentation, 1974. 360p.
- SPIER, J. M. *Het beroepsbeeld van de speciale bibliothecaris/The professional image of the special librarian* *Open*, 3(11): 669-722, 1971, 3(12): 775-86, 1971.
- STEPHEN-SMITH, H., ed. *A practical approach to your special library: proceedings of a seminar held in Wellington on 14 and 15 August 1972*. Wellington, New Zealand Library Association, Special Library Section, 1973. 60p. (Occasional Paper n° 1)
- STRABLE, E. G. From special library to information center: move it or lose it. *Special Libraries*, 63(11):7A, 1972.

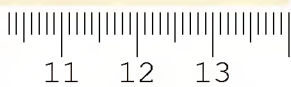




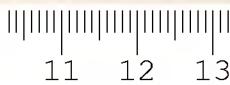
- STRABLE, E.G. *The relationship and involvement of the special library with the national program*. Washington, National Program for Library and Information Services, National Commission on Libraries and Information Science, 1974. 26p. (Related paper n° 3. Report NCLIS-NPLIS-3)
- STRABLE, E.G. *Special Libraries: a guide for management*. New York, Special Libraries Association, 1966.
- STRABLE, E.G. Special libraries. *American Library Association Yearbook*, 1976. p.329-31.
- STRAIN, P. M. When a library job ends... find another! *Special Libraries*, 61(7):363, 368-73, 1970.
- STRAUSS, L., STRIEBY, I. M. & BROWN, A. L. *Scientific and technical libraries: their organization and administration*. 2. ed. New York, Wiley-Recker-Hayes, 1972.
- STYRELSEN FOR INTERNATIONELL UT.VECKLING. Biblioteket. *Nordiskabibliotek och dokumentationscentraler med samlingar som beror utvecklingsländer och bistandsfrågor*. Sammanställd av. SIDA: bibliotek. 2. utökade uppl. Stockholm, Utgivaren, 1971. 22p.
- THORNTON, J. L. *Special library methods: an introduction to special librarianship*. London, Grafton, 1940. 158p.
- TOMALIN, C. H. *The development and administration of special library; being an account of the Library of the National Institute for Research in Dairying, Shinfield, Reading*. London, Library Association, 1951. 22p.
- TOWNER, L. W. Independent libraries. *American Library Association Yearbook*, 1976. p.181-4.
- TUDOR, D. The special library budget. *Special libraries* , 63(11):517-27, 1972.
- VAILLANCOURT, P. M. & WHALEN, L. Special libraries cooperate to promote an internship program. *Special libraries*, 64(11):493-7, 1973.
- VALENTI, M., & CAROSELLA, M. P. Special libraries in Italy. *INSPEL*, 4(1):28-34, 1969.
- VAN HOEK, L. Special libraries: the company library. *IFLA Journal*, 3(1):53-5, 1977.
- VASILAKIS, M. Video as a service in special libraries: a videotaped presentation. *Special libraries*, 64(9):351-4. 1973.
- VEROUGSTRAETE, J. *Inventaire des centres belges de recherche disposant d'une bibliothèque ou d'un service de documentation*. Rédigé par Janine Verougstraete. 2. ed. Bruxelles, Bibliothèque Albert Ier., 1971. 350p.
- VERZEICHNIS deutscher Informations und Dokumentationsstellen. Wiesbaden, L. Reichert, 1974. v.
- VIAUX, J. Quelques problèmes qui se posent à la Division des Bibliothèques Spécialisées. Some problems regarding the Division of Special Libraries *IFLA Journal*, 3 (3):236-8, 1977.
- VIAUX, J. Le rôle international des bibliothèques spécialisées. *INSPEL*, 12(2):52-4, 1977.
- R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 254-269, jul/dez.1978



- VICENTINI, A. L. C. Bibliotecas especializadas e centros de informação no Brasil e na América Latina. *FEAB*, 12(3/4):33-60, 1965.
- VICKERY, B. C. Extend sources of information: the kinds of services and facilities offered and criteria for evaluation. *Aslib Proceedings*, "24" (12):34-45, 1973.
- VILLAÇA, M. F., SOUZA, M. J. R. de & PESTALOZZI, S. *Contribuição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo ao I Simpósio de Bibliotecas em Empresas*. São Paulo, 1967. 14f.
- VOLIN, L. K. Consider the handicapped! *Special libraries*, 63(9): 379-80, 1972.
- VOLIN, L. K. Special librarians: a resource to management on the handicapped. *Special libraries*, "64" (11):505-8, 1973.
- WAGNER, I. *The information function of a political library*. *INSPEL*, 8(1):2-9, 1973.
- WALDRON, H. J. Business of running a special library. *Special libraries*, 62(2):63-70, 1971.
- WALFORD, A. J. Service routine. In: ASHWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3 ed. London, Aslib, 1967. p.365-414.
- WALFORD, B. P. The evaluation of special librarians. *Special libraries*, 65(12):489-92, 1974.
- WALRAET, M. Bibliothèques spéciales et centres de documentation: regroupement et restructuration. *Archives et Bibliothèques de Belgique*, 40(1/2): 13-33, 1969.
- WASSERMAN, P. One of a species: the special library, past, present and future. *Library Journal*, 89(4):797-802, 1964.
- WASSERMAN, P. & O'CONNELL, J. The special library manager: a profile. *Special libraries*, 63(12):568-75, 1972.
- WEILL, P. R. Are you ready for a company library? *Administrative Management*, 24(8):42-9, Aug. 1963.
- WEINER, B. H. *Special libraries: planning and operation*. Washington, 1971. 35p.
- WELSCH, E. K. *Libraries and archives in Germany*. Pittsburgh, Council for European Studies, 1975. 275p.
- WHITE, H. Organizational placement of the industrial special library. *Special libraries*, 64(3):141-4, 1973.
- WHITE, H. Special libraries in science and the humanities: a progress report. *INSPEL*, 7:82-5, 1972.
- WHITE, R. M. Libraries look to the state agency: the special library. *American Libraries*, 2(7):741-2, 1971.
- WHITEHALL, T. A future for the bulletin? The results of an enquiry into how bulletins are used in today's special library. *Aslib Proceedings*, 25(2):34-45, 1973.



- WHITEHALL, T. Time to think use of the systems approach to the problems of the 'one-man' information unit: with discussion. *Aslib Proceedings*, 19(12):406-15, 1957.
- WILSON, L. Organizations in the special library. In: ASHWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3 ed. London, Aslib, 1967. p.554-603.
- WILSON, T. D. *Dissemination of information: an examination guidebook*. London, Bingley, 1969. 86p.
- WOODS, B. M. Special libraries: problems and cooperative potentials. In: 'MILITARY LIBRARIANS WORKSHOP, 12th, 1968. *Proceedings*. Carlisle Barracks, Pa., U.S. Army War College, 1968. p.12.
- WOODS, B. M. The special library concept of service: two decisive decades. *American Libraries*, 3 (7): 759-68, 1972.
- WRIGHT, J. E. *Manual of special library technics*. London, Aslib, 1945.
- WRIGHT, J. E. The special library and information service. In: ASHWORTH, W., ed. *Handbook of special librarianship and information work*. 3. ed. London, Aslib, 1967. p.1-11.
- YOUNG, M. L., YOUNG, H.C. & KRUZAS, A. T. *Directory of special libraries and information centers*. 4. ed. Detroit, Gale Research, 1977. 2v.
- YOUNG, M. L., YOUNG, H.C. & KRUZAS, A.T. *Subject directory of special libraries and information centers: a subject classified edition of material taken from Directory of special libraries and information centers*, 3. ed. Detroit, Gale Research, 1975. 5v.
- ZACHERT, M. J. K. Design of special library teaching models. *Special libraries*, 64(9): 362-9, 1973.



# Abstracts

Textual bibliography, by Rosemarie Erika Horch, p.147

*Informs about what is a Textual Bibliography, what has been done on this field outside Brazil and which is its utility nowadays. Presents illustration and standards for bibliographical reference in this type of bibliography. Comments are made on the lack of specialized courses in Brazil. Suggests its organization, besides the setting up of a central catalogue for the works published in the XVth and XVIth centuries to be located at the National Library of Rio de Janeiro. Suggests also the official support for works written about the history of national, state and private printing offices.*

CDU 019.9 Textual bibliographies. Bibliographical reference. Descriptive cataloguing.

Archives, Libraries and Documentation Centers: from the convergence of their objectives to the diversity of documentation and techniques, by Heloisa Libaralli Belloto, p.169

*Archives, libraries and documentation centers are responsible for information retrieval processes in favor of their scientific, technological, cultural and social dissemination, as well as their historical and juridical evidence. These goals are achieved by using different material and procedures on their technical processing according to the nature of these documents. The modern information retrieval services in*

*these three kinds of centers require highly qualified staff with specific education -.*

CDU 651.5.02.002 Archives. Libraries. Documentation Centers. Education.

About documents, by José Augusto Valente, p.177

*The document, as information medium, is an important component of our culture and has originated various sciences and techniques. Its importance, however, has only very recently become evident, even though some care has been given to ancient documents which reached us. The adequate handling of the document — diploma — originated a new science — Diplomatics — whose aims and methods have been closely and directly used in the Scientific History. The first purpose of Diplomatics was the written document and this tradition lasted a long time. However, this concept has been enlarged and nowadays everything that is able to reveal "man in his time" is considered a document, an information medium. This enlarged concept contains a variety of realities, such as: witness, source, testimony, seal, trace, sign and other ones. Today it is not only used in History. Other sciences use the document in their research in its new and wider function — as an essential tool.*

022 Documents. Diplomatics.



Special services in specialized libraries: review of the literature, by Nice Menezes de Figueiredo, p.155

*Description of the services rendered by special libraries to their users according to a review of the literature in the field. Brief historical introduction and overview of the characteristics, objectives, functions, holdings and staff of special libraries. Trends of the services rendered by special libraries.*

CDU 026 Technical services. Special Libraries. Information services. Library users

The reprography in the libraries and the copyright, by May Brooking Negro, p.199

*Reproduction of copyrighted works has brought a problem to the libraries due to the increasing use of photocopy machines. Copyright has also been of great interest to authors*

*and to national and international specialized committees. Some solutions are presented to this subject in developing countries, in this paper. An equilibrium between the user's needs of information and the author's right to a legal protection is discussed.*

CDU 025.13:347.78 Copyright. Reprography, Libraries.

Integrated automation system of technicals process, by Terezine Arantes Ferraz, p.211

*The system used for automation of aquisition, technical process and circulation routines used at the library of the Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), São Paulo, is described. Problems and difficulties arised during implantation and operation phases as well as final results are also discussed. Special emphasis is given to catalogues obtained and improvement of quality of services redered.*



BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto s.n., 1 set. 1978. Nomeia Nancy Westphalen Corrêa, Bibliotecária, para exercer a função de Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia. *Diário Oficial, Brasília*, Seção I, Parte I; 4 set. 1978. p.14.228, C.2.

1. Conselho- Federal de Biblioteconomia. Presidência

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 83.043, 15 jan. 1979. Concede reconhecimento ao Curso de Biblioteconomia, ministrado pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. *Diário Oficial da União, Seção I, - Parte I*, Brasília, Imprensa Nacional, 117 (11): 725, 16 jan.

1. Biblioteconomia - Escolas. Reconhecimento.

## INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO.

Convênio s.n., 18 maio 1978. Termo aditivo firmado em 31 de outubro de 1978 entre o Instituto Nacional do Livro e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários para prorrogação do prazo de vigência. *Diário Oficial da União, Seção I - Parte I*. Brasília, Imprensa Nacional, 117(15): 1072, 22 jan. 1979.

1. Convênios - Instituto Nacional do Livro.
2. Convênios - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.

## INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO.

Convênio s.n., 23 fev. 1978. Termo aditivo firmado em 31 de julho de 1978 entre o Instituto Nacional do Livro e a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal para prorrogação do prazo de vigência. *Diário Oficial da União, Seção I - Parte I*. Brasília, Imprensa Nacional, 117(15): 1072, 22 jan. 1979

1. Convênios - Instituto Nacional do Livro.
2. Convênios - Associações dos Bibliotecários do Distrito Federal.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 83.101, de 29 de janeiro de 1979. Concede reconhecimento aos cursos de Biblioteconomia e de Economia Doméstica, ministrados pelas Faculdades Integradas Teresa D'Ávila, com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo. *Diário Oficial da União, Seção I Parte I*. Brasília, Imprensa Nacional, 617 (21): 1391, 30 jan. 1978.

1. Biblioteconomia - Escolas. Reconhecimento.

## INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO.

Convênio s.n., s.d. Celebrado entre o Instituto Nacional do Livro e a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal para publicação do volume 6º da Revista de Biblioteconomia de Brasília. *Diário Oficial da União, Seção I - Parte I*, Brasília, Imprensa Nacional, 117 (15): 1072, 22 jan. 1979.

1. Convênios - Instituto Nacional do Livro
2. Convênios - Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal.

## CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS

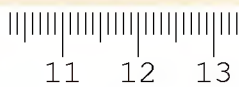
PROFISSÕES LIBERAIS. Edital 00017, 2 jan. 1979. Enquadra como profissionais liberais na CLT diversos profissionais e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Seção I - Parte I*. Brasília, Imprensa Nacional, 117(5): 285, 8 jan. 1979.

1. Bibliotecários - Profissão Liberal.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

Departamento de Assuntos Culturais. Biblioteca Nacional. Serviço de Direitos Autorais. Registro de publicações. *Diário Oficial da União, Seção I - Parte I*. Brasília, Imprensa Nacional, 117 (14): 1072, 19 jan. 1979.

1. Direitos autorais.
2. Biblioteca Nacional.



COELHO NETTO, José Teixeira. A biblioteca como modelo de sistema de comunicação. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.* 11(1/2): 29-32, jan./jun. 1978.

O tradicional modelo de comunicação Fonte — Receptor é um fracasso total em virtude de sua natureza paternalista. Deveria ser substituído pelo seguinte modelo: Fonte — Receptor ou por este: Receptor — Fonte que é modelo adequado para um sistema de comunicação bibliotecário. Este novo modelo, que não se aplica apenas à biblioteca, está mais capacitado a atender às reais necessidades das pessoas, quando comparados com outros sistemas (como os de massa) que antes transformam as pessoas em objetos ao invés de tratá-las como sujeitos. A natureza do modelo tradicional é ainda apresentada como uma das razões do desempenho insatisfatório das bibliotecas, particularmente em casos como o do Brasil.

Sistemas de Comunicação. Bibliotecas.

CDU: 05:5 (81)

CUNHA, Annelise Carneiro da; FERREIRA, Virgínia Lobo; GRAEBER, Marily Antonelli; CARVALHO, Laís Fernandes de. Divulgação científica em periódicos brasileiros. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 11(1/2): 43-46, jan./jun. 1978.

Oferece ao pesquisador brasileiro informações sistematizadas acerca de nossos periódicos científicos. Após listagem dos títulos brasileiros indexados no *Biological Abstracts*, *Chemical Abstracts*, *Index Medicus* e *Current Contents* procedeu-se à sua análise quantitativa quanto à atualização, distribuição por área de conhecimento e local de publicação. Nos resultados encontrados comprovou-se uma real necessidade de incentivo à atualização da revista científica nacional e sua divulgação rápida e eficaz em bibliografias e índices brasileiros e estrangeiros, para que encontre melhor aceitação junto à comunidade científica internacional.

Indexação. Periódicos científicos brasileiros. Disseminação da informação.

CDU: 027. 52: 027. 8

FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro. Biblioteca pública é biblioteca escolar? *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 11(1/2): 9-16, jan./jun. 1978.

Considerações sobre os objetivos da biblioteca pública e da biblioteca escolar e sobre diversificação do seu "dever ser". Em condições especiais, aceita-se a fusão das duas bibliotecas numa só: a biblioteca comunitária.

Bibliotecas públicas. Bibliotecas escolares. Bibliotecas Comunitárias.





GRANJA, Elza Corrêa. A biblioteca universitária e sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 11(1/2): 17-20, jan./jun. 1978.

A universidade desempenha papel de suma importância na busca de soluções para problemas que se configuram como desafios do momento. Sua contribuição se faz sentir sobretudo no desenvolvimento no ensino superior e da pesquisa científica constituindo ainda elemento de apoio indispensável na transferência e disseminação da informação científica. A biblioteca universitária brasileira atual não está preparada, entretanto, para atender às necessidades do momento em termos de ensino e pesquisa. Estudo realizado entre 15 bibliotecas da USP revelou um padrão limitado

v.verso

CDU 026

FIGUEIREDO, Nice Menezes. Serviços oferecidos por bibliotecas especializadas: uma revisão de literatura, *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 11 (3/4): 155-168 jul.-dez. 1978.

Descrição pormenorizada dos serviços prestados pelas bibliotecas especializadas aos seus usuários, baseada em revisão da literatura na área. Breve introdução histórica e estudo sucinto das características, objetivos, funções e pessoal de bibliotecas especializadas. Apresentação das diretrizes para o futuro, na prestação de serviços, por parte desse tipo de bibliotecas.

Bibliotecas Especializadas. Serviços de Informação. Usuários. Bibliotecários.

CDU - 019.9

HORCH, Rosemarie Erika. Bibliografia textual. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 11(3/4): 147-154 jul./dez. 1978.

Informa sobre a Bibliografia Textual, o que tem sido realizado fora do Brasil e qual a sua utilidade na época atual. Ilustra e apresenta elementos para a referência bibliográfica deste tipo de bibliografia. Comenta a falta de cursos especializados no Brasil e propõe a sua criação, além da formação de um catálogo central para as obras dos séculos XV e XVI a ser localizado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Sugere também o apoio de entidades oficiais para trabalhos sobre as tipografias nacionais, estaduais ou particulares.

Bibliografia Textual. Referência bibliográfica. Catalogação descritiva.

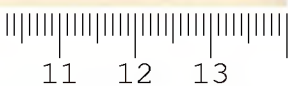


quanto aos serviços estados bem como acervos considerados desatualizados para fins de estudo e pesquisa. São formuladas sugestões no sentido de que a biblioteca universitária venha a apresentar um desenvolvimento mais compatível com as necessidades do momento.

**Bibliotecas Universitárias. Pesquisa Científica.**



Digitalizado  
gentilmente por:



MACEDO, Neusa Dias de & MOREIRA, Maria de Fátima Gonçalves.  
Resumos: técnica para sua elaboração. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*,  
11(1/2): 65-72, jan./jun. 1978.

Dificuldades na elaboração de resumos levam professores do Depto de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP a realizar estudo experimental visando ao estabelecimento de diretrizes e técnicas de procedimento a fim de treinar seu alunos. Apresenta princípios gerais conforme diretrizes e normas do Comitê FID/ICSU/FIAB/ABNT/MLA e tradição corrente. Instrumental metodológico proposto se baseia no princípio de que o resumo é síntese do texto científico e, portanto, suas estruturas informacionais significativas devem ser respeitadas: o problema, a hipótese, o tratamento do problema, os argumentos e a solução do problema. Apresenta exemplo e ilustra o registro das informações em formulário próprio.

Resumos. Técnica. Modelo.

CDU: 001. 89

MILANESI, Luís Augusto. Orientação bibliográfica: uma experiência. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 11(1/2): 47-64, jan./jun. 1978.

A disciplina "Orientação Bibliográfica" da ECA/USP situa a prática da busca de informações em biblioteca dentro de uma atividade abrangente que vai desde a escolha do assunto, coleta e organização dos dados à apresentação das conclusões e avaliação do produto final. A bibliografia é um elemento que adquire exata dimensão para o estudante na medida em que for significativa dentro das etapas da elaboração de uma pesquisa. Esta só tem sentido para o aluno quando ele compreende a função da universidade.

Pesquisa bibliográfica. Bibliotecas. Orientação bibliográfica. Bibliografia. Universidade. Monografia científica.

CDU: 002: 4

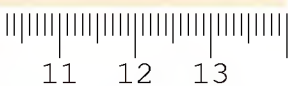
NATALI, Johanna W. Documentação e Lingüística: inter-relação e campos de pesquisa. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.* 11 (1/2):33-42, jan./jun. 1978.

A relação entre Lingüística e Documentação se evidencia na análise do texto, na análise de conteúdo dos documentos (análise documentária). As duas disciplinas até então trabalharam isoladamente, uma vez que as pesquisas lingüísticas se desenvolveram sobretudo no campo da Sintaxe. Mesmo as conquistas semiológicas voltadas para o extra-fásico (o "sentido), não procuraram desenvolver métodos operacionais. A prática da análise documentária tem-se baseado em operações implícitas, circunscritas à cultura



individual do indexador. A intersecção entre as disciplinas surgiu das tentativas de sistematizar as relações entre a Linguagem Natural (LN) e a Linguagem Documentária (LD). Segundo Gardin, as LD compõem-se de um léxico (lista de descritores), uma rede paradigmática (classificação dos descritores) e uma rede sintagmática (relacionamento entre os descritores), podendo-se formalizá-la em termos de um sintagma mínimo,  $R_i(x,y)$ , onde  $R_i$  é uma relação binária, paradigmática ou sintagmática, e  $x$  e  $y$  termos ou descritores do léxico. A abundância das LD possibilita pesquisas tanto quanto à passagem de LN para LD, quanto sobre a compatibilidade entre as diferentes LD. As primeiras partes do postulado segundo o qual é possível explicitar todas as regras que sustentam a tradução entre as duas linguagens. A compatibilidade entre as diferentes LD vêm sendo pesquisada a partir do formato de

cont.f.2



base do sintagma mínimo de Gardin, que permite a análise de equivalência entre diferentes léxicos; estas pesquisas têm tomado direções diferentes mas paralelas: 1) conversão de um ou vários léxicos em um léxico fixo; 2) construção de um macrothesaurus, a partir do qual se possa derivar diferentes microthesauri especializados, 3) criação de uma linguagem de concordância, de um dicionário intermediário que permita a concordância entre sistemas diferentes. A Documentação, considerada por muitos como a variante mais industrializada da análise de texto, servirá de feedback para as pesquisas lingüísticas das quais ela se alimenta, estimulando a mútua colaboração entre ambas as disciplinas.

Documentação. Lingüística.

CDU: 651. 5: 02: 002

BELLOTO, Heloisa Liberalli. Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação: da convergência de objetivos à diversidade da documentação e do processamento técnico. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 11(3/4): 169-175 jul./dez.1978

Arquivos e centros de documentação têm a co-responsabilidade no processo da recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como no testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes a material de distintas origens. A diferença se baseia, fundamentalmente, no fim para os quais os documentos foram criados. Neste sentido, a moderna recuperação da informação, naqueles três tipos de instituição, exige pessoal altamente qualificado através de formação específica.

Arquivos. Bibliotecas. Centros de Documentação.

CDU: 025.13:347.18

NEGRÃO, May Brooking. A reprografia nas bibliotecas e o direito autor. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 11(3/4): 199-209 jul./dez. 1978.

A questão da reprodução de documentos face ao crescente uso de máquinas copiadoras e o Direito do autor, vem sendo objeto de preocupação constante dos interessados, autores, comitês nacionais e internacionais para a proteção do direito dos autores e das bibliotecas. O problema se acentua em países desenvolvidos e aqui se apresentam soluções. Para os países em desenvolvimento aconselha-se um equilíbrio entre as partes tendo em vista a informação como fator de desenvolvimento e o direito do autor à proteção legal de sua criação.

Reprografia. Bibliotecas. Direito do autor.





NOVAES, Leila & HEGENBERG, Leonidas. Biblioteconomia centrada no consulente. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 11(1/2): 21-28, jan./jun. 1978.

Exame das relações entre usuário e bibliotecário: o 1º deseja resolver questões para fins de preparação de trabalho; ao 2º compete localizar esses informes em documentos relevantes. A noção de relevância é levada em conta, conforme seus vários significados. Ensino de biblioteconomia deve atentar para os aspectos da troca de idéias entre consulente e bibliotecário.

Usuários. Bibliotecas. Bibliotecários. Documentos. Relevância. Biblioteconomia. Ensino.

CDU 002

VALENTE, José Augusto Vaz. Acerca de documentos. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 11(3/4) jul/dez. 1978.

Documento, como elemento de informação, é componente importante em nossa cultura e dá lugar a inúmeras ciências e técnicas. Sua importância não se revelou plenamente a não ser em tempos modernos, mesmo que alguns cuidados na preservação de alguns documentos venham de tempos bem antigos. O trato criterioso do documento (diploma) resultou numa ciência (Diplomática) cujos trabalhos e disposições tiveram o endereço mais próximo na História Científica. Considerava-se, então, o documento *escrito*, cuja tradição perdurou. No entanto, o conceito foi-se ampliando e, como elemento de informação, passou a considerar-se "documento" tudo

v.verso



NOVAIS José de HENRIQUE, licenciado em Direito, graduado em Direito, com especialização em Direito Processual Civil, 1967, 55, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 94, 96, 98, 100, 102, 104, 106, 108, 110, 112, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 126, 128, 130, 132, 134, 136, 138, 140, 142, 144, 146, 148, 150, 152, 154, 156, 158, 160, 162, 164, 166, 168, 170, 172, 174, 176, 178, 180, 182, 184, 186, 188, 190, 192, 194, 196, 198, 200, 202, 204, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 220, 222, 224, 226, 228, 230, 232, 234, 236, 238, 240, 242, 244, 246, 248, 250, 252, 254, 256, 258, 260, 262, 264, 266, 268, 270, 272, 274, 276, 278, 280, 282, 284, 286, 288, 290, 292, 294, 296, 298, 300, 302, 304, 306, 308, 310, 312, 314, 316, 318, 320, 322, 324, 326, 328, 330, 332, 334, 336, 338, 340, 342, 344, 346, 348, 350, 352, 354, 356, 358, 360, 362, 364, 366, 368, 370, 372, 374, 376, 378, 380, 382, 384, 386, 388, 390, 392, 394, 396, 398, 400, 402, 404, 406, 408, 410, 412, 414, 416, 418, 420, 422, 424, 426, 428, 430, 432, 434, 436, 438, 440, 442, 444, 446, 448, 450, 452, 454, 456, 458, 460, 462, 464, 466, 468, 470, 472, 474, 476, 478, 480, 482, 484, 486, 488, 490, 492, 494, 496, 498, 500, 502, 504, 506, 508, 510, 512, 514, 516, 518, 520, 522, 524, 526, 528, 530, 532, 534, 536, 538, 540, 542, 544, 546, 548, 550, 552, 554, 556, 558, 560, 562, 564, 566, 568, 570, 572, 574, 576, 578, 580, 582, 584, 586, 588, 590, 592, 594, 596, 598, 600, 602, 604, 606, 608, 610, 612, 614, 616, 618, 620, 622, 624, 626, 628, 630, 632, 634, 636, 638, 640, 642, 644, 646, 648, 650, 652, 654, 656, 658, 660, 662, 664, 666, 668, 670, 672, 674, 676, 678, 680, 682, 684, 686, 688, 690, 692, 694, 696, 698, 700, 702, 704, 706, 708, 710, 712, 714, 716, 718, 720, 722, 724, 726, 728, 730, 732, 734, 736, 738, 740, 742, 744, 746, 748, 750, 752, 754, 756, 758, 760, 762, 764, 766, 768, 770, 772, 774, 776, 778, 780, 782, 784, 786, 788, 790, 792, 794, 796, 798, 800, 802, 804, 806, 808, 810, 812, 814, 816, 818, 820, 822, 824, 826, 828, 830, 832, 834, 836, 838, 840, 842, 844, 846, 848, 850, 852, 854, 856, 858, 860, 862, 864, 866, 868, 870, 872, 874, 876, 878, 880, 882, 884, 886, 888, 890, 892, 894, 896, 898, 900, 902, 904, 906, 908, 910, 912, 914, 916, 918, 920, 922, 924, 926, 928, 930, 932, 934, 936, 938, 940, 942, 944, 946, 948, 950, 952, 954, 956, 958, 960, 962, 964, 966, 968, 970, 972, 974, 976, 978, 980, 982, 984, 986, 988, 990, 992, 994, 996, 998, 1000.

Trabalha como advogado em escritório de advocacia, com especialização em Direito Processual Civil, 1967, 55, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 94, 96, 98, 100, 102, 104, 106, 108, 110, 112, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 126, 128, 130, 132, 134, 136, 138, 140, 142, 144, 146, 148, 150, 152, 154, 156, 158, 160, 162, 164, 166, 168, 170, 172, 174, 176, 178, 180, 182, 184, 186, 188, 190, 192, 194, 196, 198, 200, 202, 204, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 220, 222, 224, 226, 228, 230, 232, 234, 236, 238, 240, 242, 244, 246, 248, 250, 252, 254, 256, 258, 260, 262, 264, 266, 268, 270, 272, 274, 276, 278, 280, 282, 284, 286, 288, 290, 292, 294, 296, 298, 300, 302, 304, 306, 308, 310, 312, 314, 316, 318, 320, 322, 324, 326, 328, 330, 332, 334, 336, 338, 340, 342, 344, 346, 348, 350, 352, 354, 356, 358, 360, 362, 364, 366, 368, 370, 372, 374, 376, 378, 380, 382, 384, 386, 388, 390, 392, 394, 396, 398, 400, 402, 404, 406, 408, 410, 412, 414, 416, 418, 420, 422, 424, 426, 428, 430, 432, 434, 436, 438, 440, 442, 444, 446, 448, 450, 452, 454, 456, 458, 460, 462, 464, 466, 468, 470, 472, 474, 476, 478, 480, 482, 484, 486, 488, 490, 492, 494, 496, 498, 500, 502, 504, 506, 508, 510, 512, 514, 516, 518, 520, 522, 524, 526, 528, 530, 532, 534, 536, 538, 540, 542, 544, 546, 548, 550, 552, 554, 556, 558, 560, 562, 564, 566, 568, 570, 572, 574, 576, 578, 580, 582, 584, 586, 588, 590, 592, 594, 596, 598, 600, 602, 604, 606, 608, 610, 612, 614, 616, 618, 620, 622, 624, 626, 628, 630, 632, 634, 636, 638, 640, 642, 644, 646, 648, 650, 652, 654, 656, 658, 660, 662, 664, 666, 668, 670, 672, 674, 676, 678, 680, 682, 684, 686, 688, 690, 692, 694, 696, 698, 700, 702, 704, 706, 708, 710, 712, 714, 716, 718, 720, 722, 724, 726, 728, 730, 732, 734, 736, 738, 740, 742, 744, 746, 748, 750, 752, 754, 756, 758, 760, 762, 764, 766, 768, 770, 772, 774, 776, 778, 780, 782, 784, 786, 788, 790, 792, 794, 796, 798, 800, 802, 804, 806, 808, 810, 812, 814, 816, 818, 820, 822, 824, 826, 828, 830, 832, 834, 836, 838, 840, 842, 844, 846, 848, 850, 852, 854, 856, 858, 860, 862, 864, 866, 868, 870, 872, 874, 876, 878, 880, 882, 884, 886, 888, 890, 892, 894, 896, 898, 900, 902, 904, 906, 908, 910, 912, 914, 916, 918, 920, 922, 924, 926, 928, 930, 932, 934, 936, 938, 940, 942, 944, 946, 948, 950, 952, 954, 956, 958, 960, 962, 964, 966, 968, 970, 972, 974, 976, 978, 980, 982, 984, 986, 988, 990, 992, 994, 996, 998, 1000.

Trabalha como advogado em escritório de advocacia, com especialização em Direito Processual Civil, 1967, 55, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 94, 96, 98, 100, 102, 104, 106, 108, 110, 112, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 126, 128, 130, 132, 134, 136, 138, 140, 142, 144, 146, 148, 150, 152, 154, 156, 158, 160, 162, 164, 166, 168, 170, 172, 174, 176, 178, 180, 182, 184, 186, 188, 190, 192, 194, 196, 198, 200, 202, 204, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 220, 222, 224, 226, 228, 230, 232, 234, 236, 238, 240, 242, 244, 246, 248, 250, 252, 254, 256, 258, 260, 262, 264, 266, 268, 270, 272, 274, 276, 278, 280, 282, 284, 286, 288, 290, 292, 294, 296, 298, 300, 302, 304, 306, 308, 310, 312, 314, 316, 318, 320, 322, 324, 326, 328, 330, 332, 334, 336, 338, 340, 342, 344, 346, 348, 350, 352, 354, 356, 358, 360, 362, 364, 366, 368, 370, 372, 374, 376, 378, 380, 382, 384, 386, 388, 390, 392, 394, 396, 398, 400, 402, 404, 406, 408, 410, 412, 414, 416, 418, 420, 422, 424, 426, 428, 430, 432, 434, 436, 438, 440, 442, 444, 446, 448, 450, 452, 454, 456, 458, 460, 462, 464, 466, 468, 470, 472, 474, 476, 478, 480, 482, 484, 486, 488, 490, 492, 494, 496, 498, 500, 502, 504, 506, 508, 510, 512, 514, 516, 518, 520, 522, 524, 526, 528, 530, 532, 534, 536, 538, 540, 542, 544, 546, 548, 550, 552, 554, 556, 558, 560, 562, 564, 566, 568, 570, 572, 574, 576, 578, 580, 582, 584, 586, 588, 590, 592, 594, 596, 598, 600, 602, 604, 606, 608, 610, 612, 614, 616, 618, 620, 622, 624, 626, 628, 630, 632, 634, 636, 638, 640, 642, 644, 646, 648, 650, 652, 654, 656, 658, 660, 662, 664, 666, 668, 670, 672, 674, 676, 678, 680, 682, 684, 686, 688, 690, 692, 694, 696, 698, 700, 702, 704, 706, 708, 710, 712, 714, 716, 718, 720, 722, 724, 726, 728, 730, 732, 734, 736, 738, 740, 742, 744, 746, 748, 750, 752, 754, 756, 758, 760, 762, 764, 766, 768, 770, 772, 774, 776, 778, 780, 782, 784, 786, 788, 790, 792, 794, 796, 798, 800, 802, 804, 806, 808, 810, 812, 814, 816, 818, 820, 822, 824, 826, 828, 830, 832, 834, 836, 838, 840, 842, 844, 846, 848, 850, 852, 854, 856, 858, 860, 862, 864, 866, 868, 870, 872, 874, 876, 878, 880, 882, 884, 886, 888, 890, 892, 894, 896, 898, 900, 902, 904, 906, 908, 910, 912, 914, 916, 918, 920, 922, 924, 926, 928, 930, 932, 934, 936, 938, 940, 942, 944, 946, 948, 950, 952, 954, 956, 958, 960, 962, 964, 966, 968, 970, 972, 974, 976, 978, 980, 982, 984, 986, 988, 990, 992, 994, 996, 998, 1000.

COM. 0034

o que possa revelar o “homem no tempo”. Nessa ampliação conceitual cabem designações várias, tais como: testemunho, fonte, prova, marca, vestígio, sinal, de algumas outras. Hoje não serve só à História. Outras ciências, em suas pesquisas, fazem do documentos — tomado em sentido amplo — instrumento indispensável.

Documentos. Diplomática.

COM. 0034



Digitalizado gentilmente por:





# ÍNDICE DA "REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO" v. 11, n.ºs 1/4, jan./dez., 1978 \*

## COLABORADORES

---

- ANDREOTTI, Cecília A tienza, comp., 86-8, 269-70  
APPY, Rosmarie, trad., 155-68  
BELLOTO, Heloísa Liberalli, 169-75  
CARVALHO, Lais Fernandes de, 43-6  
COELHO (NETTO), José Teixeira, 20-32  
CUNHA, Anneliese Carneiro da, 43-6  
FAMA, Cláudio, comp., 244-52  
FERRAZ, Terezine Arantes, 210-9  
FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro, 9-15  
FERREIRA, Virgínia Lobo, 43-6  
FIGUEIREDO, Nice, 155-68  
GRAEBER, Marily Antonelli, 43-6  
GRANJA, Elza Correa, 17-20  
HEGENBERG, Leônidas, 21-8  
HORCH, Rosemirie Erika, 147-54  
MACEDO, Neusa Dias de, 17-20, 65-72  
MERCADANTE, Leila Magalhães Zerlotti, 220-3  
MILANESI, Luis Augusto, 47-64  
MOREIRA, Maria de Fátima G., 65-72  
NATALI, Johanna W., 33-42  
NEGRÃO, May Brooking, 73-5, 199-209  
NOVAES, Leila, 21-8  
PEIXOTO, Jorge, trad., 76-82  
QUADRELLI, Thereza Diacoli, comp., 119-36, 253-68  
VALENTE, José Augusto Vaz, 176-98

## ASSUNTOS

---

### ARQUIVISTA

- regulamentação da profissão, 86-8, 89-93  
ARQUIVOLOGIA, 86-8, 89-93, 169-75  
ASSOCIAÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL  
convênio com o INL, 270  
ARQUIVOS, Bibliotecas, Centros de Documentação, 169-75  
AUTOMAÇÃO  
na biblioteca do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, 210-9  
BIBLIOGRAFIA  
na Orientação Bibliográfica, 47-64  
levantamentos bibliográficos, 119-36, 244-68  
textual, 147-54  
BIBLIOTECÁRIO  
regulamentação da profissão, 89-93, 270

\* As páginas 1 a 140 pertencem aos fascículos 1 e 2; as páginas 141 a 284, aos fascículos 3 e 4.

R.bras.Bibliotecon.Doc. 11(3/4): 141-284, jul/dez.1978

283



Digitizado  
gentilmente por:



BIBLIOTECÁRIOS, 21-8, 155-68  
BIBLIOTECA CENTRAL da UNESP, 220-3  
BIBLIOTECA PÚBLICA "MÁRIO DE ANDRADE", 73-5  
BIBLIOTECA NACIONAL  
  direitos autorais, 270  
BIBLIOTECAS, 9-16, 17-20, 21-7, 29-32, 47-64, 73-5,  
  76-85, 119-36, 155-68, 199-209, 210-9, 220-3, 253-68  
  arquivos e centros de documentação, 169-75  
  comunitárias, 9-16  
  escolares, 9-16, 270  
  especializadas, 21-6, 155-68, 257-68  
  estatísticas em, 76-85  
  públicas, 9-16, 73-5, 119-21  
  universitárias, 17-20, 47-64, 125-36, 220-3  
BIBLIOTECONOMIA, 21-8, 89-93, 147-54, 269  
CAPES  
  como obter bolsa de estudos, 101-2  
CATALOGAÇÃO DESCRITIVA  
  na bibliografia textual, 147-54  
CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO, Bibliotecas e Arquivos, 169-75  
Comunicação ver SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO  
CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA  
  presidência em 1976 (Nancy Westphalen), 269  
DIPLOMÁTICA, 176-98  
DIREITOS AUTORAIS  
  reprografia e biblioteca, 199-209  
  na Biblioteca Nacional, 270  
DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO, 43-6, 155-68  
DOCUMENTAÇÃO, 33-42, 169-75  
DOCUMENTOS  
  análise, 33-42  
  conceituação, 176-98  
  relevância, 21-8  
ENSINO  
  biblioteconomia, 21-8, 47-64, 65-72, 147-54  
ESCOLAS  
  biblioteconomia, reconhecimento, 269  
  2.º Grau, Regimentos, 270  
ESTATÍSTICAS  
  de bibliotecas, normalização, 76-85  
HISTÓRIA  
  conceituação de documentos, 36-58  
INFORMAÇÃO  
  serviços de, 155-68  
  ver também Documentos, Disseminação da informação  
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO  
  convênio com ABDF, 270  
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E  
  NUCLEARES (antigo IEA)  
  sistema de automação na biblioteca, 210-9

R. bras. Bibliotecon. Doc. 11(3/4): 141-284, jul/dez.1978



## **NORMALIZAÇÃO**

- bibliografia textual, 147-54
- estatísticas de biblioteca, 76-82
- resumos, 65-72

## **LEGISLAÇÃO, 89-93, 269-70**

- Arquivista, regulamentação da profissão, 86-88, 89-93
- ABDF, convênio com o INL, 270
- Bibliotecário, regulamentação da profissão, 89-93, 269
- Direitos autorais, 199-209, 270
- Escolas de biblioteconomia, reconhecimento, 269
- Escolas estaduais de 2.º grau, regimentos, 270
- Linguística e Documentação, 33-42

## **MODELOS**

- bibliografia textual, 147-54
- comunicação, 29-32
- resumos, 65-72

## **MONOGRAFIA CIENTÍFICA, 47-64**

## **ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, ensino na UPS, 47-64**

## **PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS**

- análise de, 43-6

## **PESQUISAS BIBLIOGRÁFICA, 47-64**

## **PESQUISA CIENTÍFICA**

- apoio da biblioteca universitária, 17-20

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

- na bibliografia textual, 147-54

Referência ver SERVIÇO DE REFERÊNCIA

## **RELEVÂNCIA**

- nos documentos, 21-8

## **RESUMOS**

- técnica de, 65-72

## **SERVIÇO DE INFORMAÇÃO, 155-68**

## **SERVIÇO DE REFERÊNCIA, 17-20**

## **SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO**

- e biblioteca, 29-32

## **UNIVERSIDADE, 17-20, 47-64**

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL "JÚLIO MESQUITA",**

- Biblioteca Central (campus de Marília), 220-3

## **UNESP ver Universidade Estadual "Júlio Mesquita"**

## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola de Comunicações**

- e Artes. Departamento de Biblioteconomia e

Documentação

- ensino, 17-20, 47-64, 65-72

## **USP ver Universidade de São Paulo**

## **USUÁRIOS**

- biblioteca, 21-28, 155-68

## **RESENHAS**

---

### **Autores e Resenhadores**

ALMEIDA, Marina dos Santos, res., 105-6

ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS DE MINAS

GERAIS, Grupo de Trabalho em Ciências Sociais e

Humanas, 142-3



BASTOS, Zenóbia, P. S. de Moraes, 111-2  
BELLOTO, Heloíza Liberalli, 111-2, 142-3  
CASTRO, Cláudio de Moura, 141  
ELLIS, Myriam, 243-4  
FARIA, Francisco Leite de, 104-5  
FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES  
DE BIBLIOTECÁRIOS, 108-9  
FERRI, M. G., 140-1  
HARRISON, K. C., 110-1  
HEGENBERG, Leônidas, res., 106-8  
HORCH, Rosemarie Erika, 243-4  
HORCH, Rosemarie Erika, res., 103-5, 109-10  
IMPERATRIZ, Inês Maria de M., res., 110-1, 238-40  
LEMOS, Antonio Agenor Briquet de, trad., 108-9  
MATOS, Odilon Nogueira de, 243-4  
MENESES, N. L., 240-1  
MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de, 105-6  
MONTEIRO-SCANAVACCA, W. R., 240-1  
OLIVEIRA (FILHO), Eurico Cabral de, res., 240-1  
SPINA, Segismundo, 109-10  
SPINELLI, Laila Gebara, res., 108-9, 141

#### Obras Resenhadas

Advances in librarianship, 238-10  
Affonso d'Escragnoille Taunay no centenário de seu  
nascimento, 243-4  
Affonso de Taunay, historiador de São Paulo e do  
Brasil, 243-4  
Bibliografia de Dom Pedro II e sua época, 242-3  
Dicionário de Linguística (Cultrix), 106-8  
Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis  
e a sua obra, 104-5

#### TÍTULOS

First steps in librarianship: a student's guide, 110-1  
Glossário ilustrado de botânica, 240-1  
Informação para o desenvolvimento: o planejamento  
bibliotecário no Brasil, 105-6  
Latin America: a guide to economic history, 1830-1930, 103-4  
Normas para bibliotecas públicas, 108-9  
Organização de mapotecas, 111-2  
A prática da pesquisa, 214-2



Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa.

*Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted.*

Recebemos a Rev. Bras. Bibliotec. Doc. V. 11, n.º 3/4 jul. dez. 1978

Nome/Name:

Endereço/Address:

Data/Date:

(a)



Digitalizado  
gentilmente por:





A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por: Information Science Abstracts (ISA), Library and Information Science Abstracts (LISA) e Library Literature (LL).

**REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECOMIA  
E DOCUMENTAÇÃO**

(Federação Brasileira de Associações de  
Bibliotecários)

São Paulo, 1, 1973–10, 1977; N. Ser. 11,  
1978 –

Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO BRA-  
SILEIRA de ASSOCIAÇÕES de BIBLIOTE-  
CÁRIOS, 1, 1960/26 (5/6), 1972.

1973/77, 1–10

1978, 11 (3/4)

CDU: 02:061.25(81)(05)

**Luiz de Luca & Hamilton Ribeiro**  
Assessoria editorial e gráfica



Composição  
S/A O ESTADO DE S. PAULO  
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - São Paulo



Digitalizado  
gentilmente por:



CR\$ 160.00



Digitalizado  
gentilmente por:

